

IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 463 | Ano XV
20/04/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

Todas as possibilidades do Gênero

Novas identidades, contradições e desafios

Jamil Cabral: *A Queerização da vida*

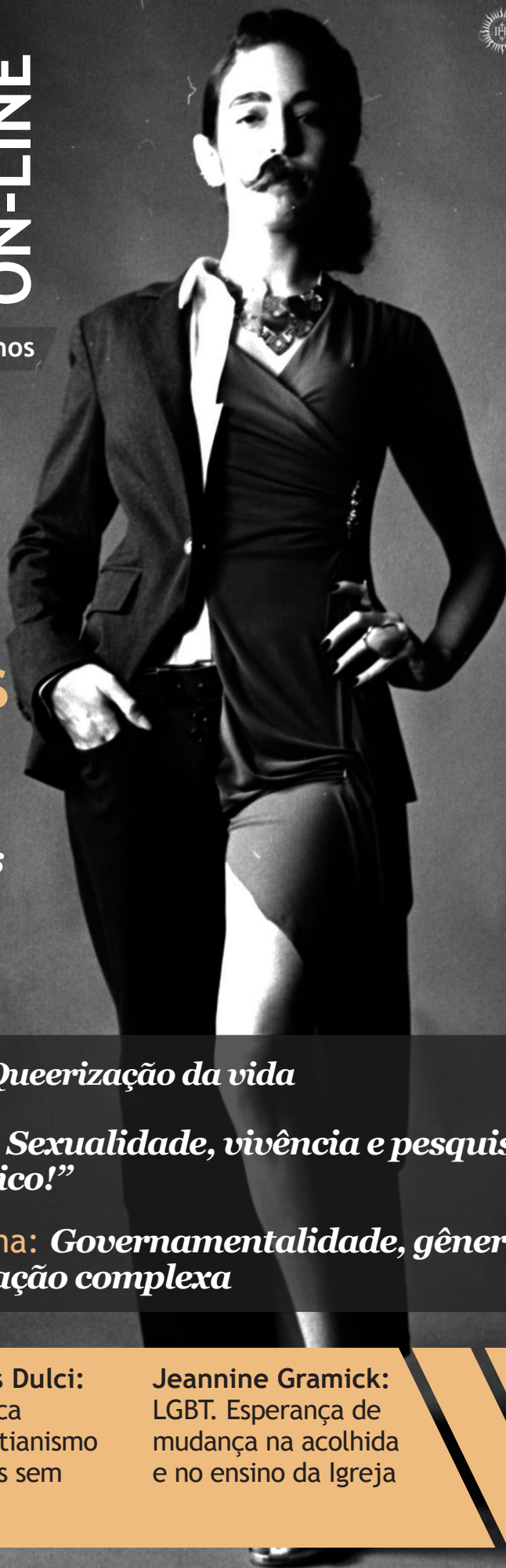
Fernando Seffner: *Sexualidade, vivência e pesquisa. "O pessoal é político!"*

Maria Cláudia Dal'Igna: *Governamentalidade, gênero e educação, uma relação complexa*

Lúcia Pedrosa:
A mística teresiana como veículo para a verdadeira e profunda transformação

Pedro Lucas Dulci:
O que significa pensar o cristianismo hoje? 70 anos sem Bonhoeffer

Jeannine Gramick:
LGBT. Esperança de mudança na acolhida e no ensino da Igreja



Todas as possibilidades do Gênero. Novas identidades, contradições e desafios

O complexo debate em torno das questões de gênero traz os contornos típicos das sociedades do século XXI, repleto de nuances, novas identidades e, também, contradições. A multiplicidade de gêneros e as biopolíticas de administração da vida humana, trazendo à luz a pluralidade de nossas sociedades é o tema em debate na edição desta semana da revista IHU On-Line.

Sob o título “*Fazendo gênero. Nossos corpos, nossas regras*” uma reportagem, a partir de vários depoimentos, descreve a complexidade do tema em debate. Por sua vez, pesquisadores e pesquisadoras do tema discutem a questão sob várias enfoques e dimensões.

Fernando Seffner, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, reflete sobre as estratégias de percepção da sexualidade a partir de sua experiência pessoal. Dagmar Meyer, professora dos PPGs em Educação e em Saúde Coletiva da UFRGS, discorre sobre os processos de politização do feminino e da maternidade a partir das biopolíticas de Estado.

Já a professora Maria Rita César, do PPG em Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR, explora as implicações que conceitos como a biopolítica e o cuidado de si trazem para as discussões de gênero. A cultura queer é abordada na entrevista com o pesquisador e professor Jamil Cabral Sierra, da UFPR.

Para a doutora em Educação Jeane Félix da Silva, a melhor arma para combater a violência e garantir a saúde pública é a informação. Maria Cláudia Dal’Igna, professora do Curso de Pedagogia e do PPG em Educação da Unisinos, sustenta que governamentalidade e gênero são ferramentas teóricas para entendermos melhor os sujeitos.

A maternagem e a estética do controle são abordadas pela pro-

fessora da Unijuí, Maria Simone Schwengber. Corporalidades a partir do gênero na Educação Física é o tema da entrevista com Priscila Gomes Dornelles, integrante do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - GEERGE/UFRGS.

Os avanços e os desafios no tema violência é o assunto abordado pela coordenadora do Projeto de Implementação da Lei de Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde, na África, Carla Corsino.

O professor de Ética Cristã na Universidade Livre de Urbino e de Ética e Economia na Universidade de Turim Giannino Piana discute as implicações biopolíticas de gênero, abordando o tema do ponto de vista teológico. Jeannine Gramick, irmã religiosa americana, narra a sua participação na luta de grupos LGBT católicos, especialmente organizados no movimento New Ways Ministry, e que, recentemente, em Roma, participaram de uma audiência pública do Papa Francisco.

Complementa esta edição uma entrevista sobre Teresa de Ávila, cujo quinto centenário de nascimento é celebrado neste ano, com Lúcia Pedrosa de Pádua, professora de Teologia e Cultura Religiosa na PUC-Rio, um artigo de Pedro Lucas Dulci, sob o título “O que significa pensar o cristianismo hoje? 70 anos sem Bonhoeffer” e o depoimento “Em que creio eu?” do antropólogo e cientista social Carlos Rodrigues Brandão.

Nesta edição também podem ser lidas as reportagens “Hannah Arendt e a Modernidade. Política, economia e a disputa por uma fronteira” e “A emergência do comum: da perspectiva de deserto à visão de ecossistema vivo”.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Crédito do foto de Capa:
RAZ Zarate Flickr-Creative commons

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

Diretor de Redação
Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Jornalistas
João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)
Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)
Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)
Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Revisão
Carla Bigliardi

Projeto Gráfico
Ricardo Machado

Editoração
Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do site
Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Fernanda Forner e Nahiene Machado.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128
e-mail: humanitas@unisinos.br
Diretor: Inácio Neutzling
Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do tempo
- 10 Adriano Correia: Hannah Arendt e a Modernidade. Política, economia e a disputa por uma fronteira
- 12 Bruno Cava: A emergência do comum - da perspectiva de deserto à visão de ecossistema vivo

Tema de Capa

- 16 Reportagem: Fazendo gênero. Nossos corpos, nossas regras
- 23 Fernando Seffner: Sexualidade, vivência e pesquisa. "O pessoal é político!"
- 28 Dagmar E. Meyer: Políticas públicas e a institucionalização do feminismo
- 31 Maria Rita César: Educação, biopolítica e o cuidado de si. Contribuições foucaultianas
- 35 Jamil Cabral Sierra: A Queerização da vida
- 40 Maria Cláudia Dal'Igna: Governamentalidade, gênero e educação, uma relação complexa
- 44 Maria S. Schwengber: A maternagem e a estética do controle
- 48 Jeane Félix da Silva: Informação. Arma contra violência de gênero e garantia à saúde pública
- 52 Priscila Gomes Dornelles: Corpo, gênero e corporalidades na Educação Física escolar
- 58 Carla Corsino: Violência com base em gênero - Avanços e desafios em Cabo Verde
- 62 Giannino Piana: Gênero, sexualidade e biopolíticas, um olhar teológico
- 66 Jeannine Gramick: LGBT. Esperança de mudança na acolhida e no ensino da Igreja

IHU em Revista

- 72 Agenda de Eventos
- 73 Lúcia Pedrosa de Pádua: A mística teresiana e a profunda transformação
- 79 Pedro Lucas Dulci: O que significa pensar o cristianismo hoje? 70 anos sem Bonhoeffer
- 82 Carlos Rodrigues Brandão: Creio em...
- 84 IHU Repórter: Um homem de mente limpa, alma aberta e poesia no coração
- 86 Publicações
- 87 Retrovisor



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 13-04-2015 e 17-04-2015 no sítio do IHU.

Terceirização: a tendência é aumentar o número de ações trabalhistas

Entrevista com André Cremonesi, graduado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU e mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Atualmente é Juiz titular da 5ª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Publicada em 17-04-2015

Acesse o link: <http://bit.ly/1JPERy7>

Se o PL 4330, que propõe a regulamentação da terceirização no país, for transformado em lei, a principal perda para os trabalhadores será sentida em relação aos “direitos previstos nas convenções coletivas de trabalho que regem os empregados das empresas tomadoras dos serviços, as quais não serão aplicadas no caso de terceirização de atividade-fim”, alerta André Cremonesi em entrevista concedida por e-mail.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

A esquerda desconectada e o impasse das novas manifestações

Entrevista com Bruno Cava, graduado e pós-graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e mestre em Direito; participa da rede Universidade Nômade.

Publicada em 16-04-2015

Acesso o link: <http://bit.ly/1yxJv2M>

Os protestos de 15 de março e 12 de abril compõem “um novo ciclo de manifestações”, o qual é pautado pela “indignação que já estava presente desde 2013, mas que não tinha encontrado uma forma de canalização”, diz Bruno Cava em entrevista concedida à IHU On-Line, pessoalmente, na última segunda-feira, quando esteve participando do Ciclo de Estudos Metrôpoles, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo. Territórios, governamento da vida e o comum, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Na avaliação dele, atualmente a insatisfação da população encontra eco no discurso contra a corrupção e coaduna contra a presidente, a partir do “fora Dilma”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

PL 4330: o tiro de misericórdia na regulação do trabalho brasileiro

Entrevista com Giovanni Alves, professor da Faculdade de Filosofia e Ciências do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp. Livre-docente em teoria sociológica, mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais pela Unicamp.

Publicada em 15-04-2015

Acesso o link: <http://bit.ly/1yxJv2M>

“Quem diria, hein! Há algumas décadas, a esquerda criticava a CLT como uma peça autocrática-fascista oriunda do governo Vargas. Hoje, tornou-se um bote salva-vidas de direitos trabalhistas em extinção. Eis o sintoma da barbárie salarial que caracteriza o capital em sua fase de crise estrutural: o rebaixamento civilizatório”. O comentário é de Giovanni Alves, ao analisar as causas que levaram à aprovação do PL 4330 e as possíveis consequências caso a lei da terceirização seja aprovada.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

A roça e a mina. ‘O mito do pré-sal está afundando o Brasil’

Entrevista com José Eustáquio Alves, doutor em Demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE.

Publicada em 14-04-2015

Acesse o link: <http://bit.ly/1GGuaZz>

“Tudo indica que, mesmo com pré-sal, teremos uma outra década perdida e um agravamento da pobreza e das condições sociais”, frisa José Eustáquio Alves. Na entrevista a seguir, concedida por e-mail, o doutor em demografia crítica o discurso que associa as reservas de pré-sal encontradas no país com a ideia de “passaporte do futuro”. Segundo ele, apesar das evidências de que os ganhos com o pré-sal ainda não podem ser vislumbrados, o pré-sal tem sido pouco questionado “porque abriu-se a possibilidade de muita gente ganhar dinheiro.”



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

O mal-estar e o esgotamento de propostas

Entrevista com José Luiz Quadros, graduado, mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG.

Publicada em 13-04-2015

Acesse o link: <http://bit.ly/1JmWEq>

O “mal-estar” que se manifesta nos protestos realizados no país em 2013 e neste ano é um efeito da “crise radical da civilização moderna e o esgotamento de suas propostas”, diz José Luiz Quadros, em entrevista concedida por e-mail. Para ele, esse mal-estar é “subjetivo” e decorrente do “modo como experimentamos” as crises econômica e política na sociedade. Na avaliação do pesquisador, “o momento que vivemos foi gradualmente e cuidadosamente forjado”



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU entre os dias 13-04-2015 e 17-04-2015 relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana.

Senado conclui votação de novo Marco da Biodiversidade e texto volta à Câmara

O Senado concluiu ontem (15) a votação do novo Marco Legal da Biodiversidade. O projeto estava sendo votado desde a semana passada na Casa e os últimos destaques que propunham modificações ao texto foram votados hoje. Agora, a matéria retornará para a Câmara dos Deputados para última análise das alterações feitas pelos senadores.

A reportagem é de Mariana Jungmann, publicada pela Agência Brasil - EBC, 16-04-2015.

Para concluir a tramitação do projeto, os senadores aprovaram emenda que prevê a isenção da repartição de benefícios com as comunidades tradicionais e populações indígenas dos produtos que tiveram pesquisa iniciada antes de 29 de junho de 2000.

A repartição de benefícios é considerada por organizações ligadas a essas comunidades como um dos principais avanços do novo marco legal. Ela prevê que 1% dos benefícios obtidos pelo uso do patrimônio genético de plantas e animais deverá ser repartido com os povos que colaborarem para a exploração deles.

A indústria comemora o texto do projeto, por considerar que ele traz segurança jurídica para a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos nas áreas de fármacos, cosméticos, químicos e outros. Assim, a expectativa é que, mais seguras, as empresas promovam mais investimentos nessas áreas, no médio e longo prazo.

Leia mais em <http://bit.ly/1HePRFt>

Protestos contra terceirização ocorrem em pelo menos 21 estados e no DF

Sindicatos fizeram nessa quarta-feira, protestos em pelo menos 22 estados contra o projeto de lei que regulamenta a terceirização no Brasil, aprovado na Câmara no dia 8. Durante a tarde e início da noite, houve manifestações em São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, Bahia e no Distrito Federal. Alguns desses estados, ocorreram atos tanto à tarde quanto pela manhã.

A reportagem é publicada por Agência Brasil, 15-04-2015.

Os protestos, que integram o Dia Nacional de Paralisação contra o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, ocorreram ainda em Alagoas, Amapá, Goiás, Piauí, Paraíba, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pará, Acre, Maranhão, Rondônia, Ceará.

Há registro de ao menos um confronto entre policiais militares e manifestantes, que aconteceu em Vitória. As manifestações são organizadas por sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais.

Houve paralisações no transporte público em pelos menos cinco capitais, segundo a CUT: Florianópolis, Porto Alegre, Salvador, Recife e Brasília. O Dia Nacional de Paralisação contra a Lei da Terceirização também inclui passeatas, manifestações e paralisações em diversos estados.

Leia mais em <http://bit.ly/1JMxDei>

'Rolo compressor' de Cunha emperra na votação da terceirização

Repercussão assusta Câmara e pode brear lei da terceirização

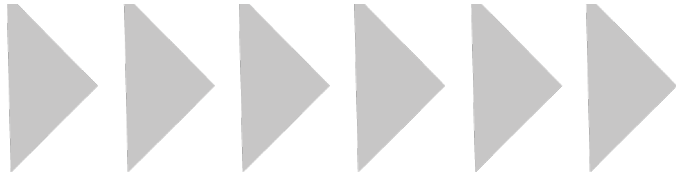
Reação na internet e protestos de rua acuaram líderes partidários; diante de apelos, Eduardo Galeano adia conclusão da votação.

A reportagem é de Andre Barrocal e publicada por CartaCapital, 15-04-2015.

Ondas surgidas na internet e nas ruas podem provocar uma reviravolta no futuro da Lei da Terceirização (PL 4330/04). Com receio da reação contrária à tentativa de relativizar os direitos trabalhistas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), suspendeu a sessão desta terça-feira 14, na qual estavam sendo votados pontos específicos do projeto. A deliberação será retomada nesta quarta-feira 15, mas, pelo clima em Brasília, nada garante que será concluída nem se pode antecipar qual seria o texto final resultante de eventual votação.

Cunha decidiu adiar a sessão após apelos de líderes partidários. Da tribuna, alguns deles admitiram preocupação com a repercussão negativa da Lei, cujo texto-base foi aprovado na quarta-feira 8. André Figueiredo (CE), do governista PDT, disse que seu partido é herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas, o pai da CLT, e não quer ficar conhecido como "traidor". Ele reclamou que em alguns aeroportos há sindicalistas da CUT e da CTB disseminando a ideia de "traição".

Leia mais em <http://bit.ly/1DmXl6Q>



“Clima tenso para os cristãos, mas não rege a comparação com o pós Regensburg”

“Não me parece que esteja se verificando um segundo Regensburg. Pessoalmente considero imprópria esta comparação. Então, se estava em 2006, todo o Islã interpretou mal uma citação papal. Hoje se trata de uma reação, aliás, prevista, para não dizer deduzida, de um País que se cansa de aceitar a própria história”, afirma Walter Kasper comentando o pronunciamento do Papa Francisco sobre o genocídio armênio.

A reportagem é de Paolo Rodari, publicada pelo jornal La Repubblica, 15-04-2015. A tradução é de Benno Dischinger.

Eis a entrevista.

Não considera que a Turquia poderia reagir?

Não creio realmente. Aqui estamos diante de um país que se fecha sobre suas posições. Também em 2006 reagiram assim. E creio que sua conduta dificilmente mudará. Ontem o presidente turco Erdogan disse: “Condeno as palavras do Papa e o admoesto não repetir este erro”. Não me espantam estas palavras. É a política deles. Faze assim. Não aceitam julgamentos históricos diversos dos próprios. Mas bem faz o Papa de não reagir. As suas palavras permanecem e não há necessidade de algo diverso. Falando do genocídio auspiciou que no amor pela verdade e pela justiça se salem as feridas e se façam gestos concretos de reconciliação entre as nações que ainda não conseguem chegar a um razoável consenso sobre a leitura de tão tristes ocorrências.

Leia mais em <http://bit.ly/1DqPwNm>

Quatro olhares sobre as manifestações do dia 12 de abril

“O outsider Joaquim Levy e o Consulado Eduardo Cunha-Renan Calheiros, coadjuvados por Michel Temer, formam o quarteto que de fato governa, e com uma agenda regressista”, constata Adriano Pilatti, professor de Direito Constitucional da PUC-RJ, em um dos depoimentos sobre as manifestações do dia 12 de abril, publicados pelo jornal O Estado de S. Paulo, 14-04-2015.

Reproduzimos quatro depoimentos.

Pablo Ortellado - Filósofo e professor da Usp

Vejo uma dinâmica típica de mobilização de rua. (...)

Rudá Ricci - Sociólogo, cientista político e diretor do Instituto Cultiva

As manifestações diminuíram por dois fatores: o “timing” ruim - as de domingo não foram tão próximas das de março que continuassem na onda emocional, nem tão distantes para que se considerasse necessário uma volta - e o afastamento do pensamento médio do brasileiro. (...)

Adriano Pilatti - Professor de Direito Constitucional da PUC-RJ

No confronto entre os mais conservadores e o governismo petista, os protestos seguirão servindo para manter o segundo acuado pela oposição e recuado nas pautas progressistas. (...)

Marcelo Castañeda - Sociólogo do PPG em Comunicação da UERJ

A diminuição da quantidade de presenças nos protestos anti-Dilma não reflete uma diminuição da indignação que permeia o País e que será cada vez mais sentida e mobilizadora. (...)

Leia mais em <http://bit.ly/1NCp8s1>

Morrem Günter Grass e Eduardo Galeano

O escritor alemão Günter Grass, Prêmio Nobel de Literatura de 1999, morreu nesta segunda-feira (13/04), aos 87 anos, em Lübeck. O anúncio foi feito pela editora Steidl, em Göttingen.r.

A reportagem é de Cornelia Rabitz e publicada por Deutsche Welle, 13-04-2015.

Um pequeno país latino-americano, o Uruguai, chora nesta segunda-feira a morte de Eduardo Galeano (foto), um de seus grandes escritores. O eco desse lamento chega ao Brasil, com milhões de brasileiros que se somam à dor dessa perda, e somos hoje mais América Latina do que nunca. Só Galeano, amante do país e - na contracorrente do que é comum acontecer - reconhecido aqui por muitos, seria capaz de orquestrar essa rara comunhão entre dois lados de uma mesma moeda que muitos insistem em descolar.

A reportagem é de Camila Moraes, publicada por El País, 13-04-2015.

Leia mais em <http://bit.ly/1NCp8s1> e <http://bit.ly/1Ddub6Q>

COBERTURA DE EVENTOS

Hannah Arendt e a Modernidade. Política, economia e a disputa por uma fronteira

Adriano Correia propõe uma leitura de Arendt pela perspectiva da modernidade. Subjugação da política pela economia é a linha que conduz sua obra

Por Márcia Junges

Fruto da articulação de conferências e artigos escritos ao longo dos últimos anos na trajetória filosófica do Prof. Dr. Adriano Correia, em que pesquisou a relação entre economia e política, a obra *Hannah Arendt e a modernidade. Política, economia e a disputa por uma fronteira* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014) foi apresentada e discutida no evento Sala de Leitura, em 15-04-2015, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Adriano revelou julgar que as preocupações que orientam a escrita dos oito capítulos do livro continuam atuais e brotam do convívio com os textos de Arendt há mais de 20 anos. O tema da subjugação da política pela economia é o fio condutor dessa obra e uma das preocupações centrais da filosofia arendtiana, como o título sugere, ao problematizar a questão de uma fronteira a ser delimitada. Para essa pensadora, marxismo e liberalismo se irmanariam ao não estabelecer uma clara distinção entre emancipação econômica e emancipação política e entre liberdade econômica e liberdade política.

De acordo com Arendt, a contribuição moderna mais importante à política são os conselhos populares revolucionários, porquanto o que está na raiz, na essência da política é a participação efetiva e o engajamento dos sujeitos no processo decisório. Contudo, reflete Adriano, o fracasso das revoluções para Arendt foi não ter conseguido

transformar essa experiência e o espírito revolucionário que a inspirou em uma forma de governo.

Já no prólogo de *Hannah Arendt e a modernidade*, Adriano discorre a respeito do que significa para a filósofa alemã a tarefa do pensador político, pondo em xeque, igualmente, a figura clássica do intelectual. Na compreensão dos fenômenos é preciso apreender a dimensão da originalidade, observa. Baseada em Aristóteles, Arendt afirma que, a fim de compreender, é preciso estabelecer distinções. A tarefa óbvia do pensamento político implica a coragem de encarar fenômenos sem categorias pré-concebidas. Cada evento porta uma singularidade única, mesmo quando se aparenta com outros eventos.

Assim, muitas vezes a necessidade de compreender exige ocupar-se com os eventos no calor do momento e analisá-los quando ocorrem, “o que raramente é fácil”, pondera Adriano.

Perspectiva catastrófica

De modo didático, Adriano expôs um breve resumo acerca de cada um dos capítulos que compõem o livro.

No capítulo 1, intitulado “Vícios privados, prejuízos públicos”, recupera e critica as ideias de Bernard Mandeville (1670-1733) na obra *A fábula das abelhas*, na qual o autor expõe a tese de que vícios privados podem originar benefícios públicos. Ao conceber que cada indivíduo atua seguindo seus próprios interes-

ses e, de tal forma, contribui para o bem coletivo, objeta a ingerência de poderes públicos na sociedade, antecipando aspectos que mais tarde serão objeto de interesse de Adam Smith, como o conceito de “mão invisível”, por exemplo.

O Capítulo 2, “O liberalismo e a prevalência do econômico: Arendt e Foucault”, examina, entre outras coisas, o conceito do burguês na filosofia arendtiana. Sujeito para quem o mundo termina onde acabam os muros de sua casa e trabalho, o burguês que gravita nas obras dessa pensadora é um sujeito apático e enfraquecido que a nada consegue reagir, se interessando somente por aquilo que lhe diz respeito pessoalmente. Porém, não se trata de pensar o burguês a partir de uma classe social, mas de um modo de vida. O consumo em si mesmo não chega a ser um problema, mas sim a vida que passa a se organizar em torno dele, somente.

“Quando o consumidor se torna modelo de vida social, não há horizonte político. Hoje, o consumidor não vê a hora de trocar seus bens, de adquirir novas coisas. Vive-se como se tudo tivesse virado bem de consumo e devesse ser devorado. Isso tem implicações políticas e éticas sérias”, descreve Adriano, no Capítulo 3.

Animal laborans & homo economicus

Nesse aspecto, Adriano destaca a afinidade entre o diagnóstico de Arendt e Foucault acerca da domi-

nação econômica sobre a política. Pontos de convergência enfatizam o quanto essa concepção engendra um modo de vida, desde o comerciante egoísta à teoria do “homem empresa”. Enquanto Arendt formula a ideia de *animal laborans*, Foucault vale-se da figura do *homo economicus* em *O nascimento da biopolítica*. Segundo Adriano, seria adequado dizer que se trata de figuras afins e cuja proximidade merece ser estudada.

No Capítulo 4, a temática do *animal laborans* é explorada com maiores detalhes a partir da condição humana. Mais adiante, no Capítulo 6, política, economia e justiça são a temática sob análise, quando Adriano menciona a insistência de Arendt em separar as esferas da economia da política e as dificuldades geradas pela rigidez da distinção. De acordo com essa filosofia, pensar que alguém é cidadão porque tem acesso a bens básicos é reduzir a vida à mera vida. Destacou, ainda, a transição da economia para a política e a conversão desta para governo e, posteriormente, para gestão, a exemplo do que examina na temática do Capítulo 7, chamado “O caso do conceito de poder - A Arendt de Habermas”.

Fechamento à experiência política

“Do uso ao consumo: alienação e perda do mundo” nomeia o Capítulo 3, onde se discute o caso da política a partir da obra *A condição humana*, de Arendt. O *homo faber* e sua constituição apolítica

surtem com força e ajudam a compreender o diagnóstico de que o “homem empresa”, o consumidor, está fechado a qualquer experiência política.

“A política ocidental é cooriginariamente biopolítica? - Um percurso com Agamben” é a inquietação que move o Capítulo 5. Adriano aponta para a diferença entre os diagnósticos de Agamben, Foucault e Arendt acerca da política no Ocidente. Para estes dois últimos pensadores, a biopolítica é um fenômeno moderno. Por outro lado, para Agamben, já na obra *O aberto*, no projeto *Homo Sacer*, desde a pólis grega a história política do Ocidente é a história da demarcação entre o biológico e o político. Nesse sentido, Agamben não vislumbra uma experiência alternativa à biopolítica na política ocidental. Arendt, por seu turno, acredita que liberdade política significa participar da política, do governo. Se não for assim, não significa coisa alguma. Sobre esse aspecto trata o Capítulo 8, “Revolução, participação e direitos”.

Liberalismo e a dominação econômica da política: Arendt e Foucault

Na segunda atividade de 15-04-2015, no Instituto Humanitas Unisinos, Adriano Correia conduziu a palestra *Liberalismo e dominação econômica da política: Arendt e Foucault*. O tema se insere no escopo da problemática que norteia o V Colóquio Latino-Americano de

Biopolítica, o III Colóquio Internacional de Biopolítica e Educação e o XVII Simpósio Internacional IHU, marcados para 21 a 24-09-2015, na Unisinos.

Já nos primeiros momentos de sua fala, Adriano deixou clara a hipótese central da exposição: hoje é praticamente impossível pensar a política sem a hegemonia que a economia exerce sobre ela. Assim, apontou similaridades entre os diagnósticos de Michel Foucault e Hannah Arendt, como o fato de que a progressiva subjugação da política pela economia é o progressivo desvelar da política no liberalismo.

Recuperando uma ideia de Foucault, acentuou que o sujeito de interesse extrapola a todo momento o sujeito de direitos, e que o mercado e o contrato funcionam de modo inverso um do outro. Dessa forma, há que se pensar o *homo economicus* de Foucault, no âmbito do liberalismo como um sujeito de interesse. O mercado tem sua lógica interna, cuja totalidade escapa ao sujeito e ao soberano (que por isto mesmo não deveria ter a ambição da gestão). Paradoxalmente, o soberano não pode governar o *homo economicus* - a governamentalidade só pode ser garantida no novo campo da sociedade civil. Diga-se que este *homo economicus* é o egovernável porque enxerga qualquer crise como possibilidade de sucesso empresarial - seu único objetivo é ter sucesso naquilo que o interessa. Ele é o que aceita a realidade. Se mudarem as condições do meio, ele se reorganiza e se adequa novamente. ■

Quem é Adriano Correia?

Professor de Filosofia da Universidade Federal de Goiás desde 2006, Adriano Correia da Silva graduou-se e fez mestrado em Filosofia na PUC-Campinas; concluiu o mestrado em Educação (2001) na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp com a dissertação *A instituição da cidadania: formação e política entre os gregos dos séculos VI e V a.C.* É doutor em Filosofia pela Unicamp com a tese *Sentir-se em casa no mundo: a vida do espírito e o domínio dos assuntos humanos na obra de Hannah Arendt*. Outras de suas publicações são *Hannah Arendt e A condição humana* (Salvador: Quarteto, 2006) e *Hannah Arendt* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012).



FOTO: Arquivo/IHU

COBERTURA DE EVENTOS

A emergência do comum: da perspectiva de deserto à visão de ecossistema vivo

Bruno Cava destaca que chegamos a um momento de desertificação. Para ele, é preciso pensar para além e ver esse lugar não como vazio, mas como ecossistema



FOTOS: João Vitor Santos/IHU

12

Por João Vitor Santos

A segunda semana do evento **Metrópoles**, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos - IHU, abriu com provocações para se pensar “o comum”. Bruno Cava, da Universidade Nômade, incita a pensar o momento atual como um deserto, na ideia de êxodo de escravos que fogem para esse local. Sua fala é

inspirada pelo texto de **Jorge Luis Borges**, que fala da disputa de príncipes por um reino. Desafiados a transpor labirintos, os aspirantes ao trono se veem em meio a um deserto. É a analogia para pensar o momento como a desertificação em que a sociedade se coloca na atualidade. “É o deserto, do capitalis-

mo e do socialismo, da política, da representação... Gera crise, coloca tudo fora de órbita. Algo com que nem a esquerda consegue lidar”, completa.

E como lidar com esse instante? “Caímos no deserto, e agora? Vamos morrer aqui?”, provoca. Cava apresenta duas perspectivas que



Há uma saída: o discurso do comum, que encara o deserto como ecossistema que abre a possibilidade de convergência

não servem ao **comum** e à **Metrópole**. A primeira encara como fim de tudo e que resta apenas minimizar os impactos. Já a outra é mais fatalista e diz que não há o que fazer. “Há uma saída: o discurso do comum, que encara o deserto, mas não como um vazio, morto, e sim como ecossistema que abre a possibilidade de convergência”, aponta.

O velho morreu e o novo não nasceu

Bruno Cava assume definitivamente a pós-modernidade como uma espécie de marco zero. Como se tudo que já se tivesse construído não coubesse mais e a busca por saídas tem de essencialmente ser inventada. “É como pensar na sentença de Gramsci, que diz que o velho está morrendo, mas o novo ainda não nasceu. É nesse instante que estamos.” Para ele, a saída é encarar o terreno do conflito, problematizar e “abandonar os tabus”. Os exemplos que traz auxiliam nessa ideia, como o Zapatismo.

O Zapatismo traz consigo essa ideia de luta, guerrilha, mas, segundo ele, também traz a perspectiva dos usos de todo arsenal midiático. “Eles são os maias, mas só que no mundo novo. E ao mesmo tempo. Conflagram suas

lutas, mas vão para internet, se articulam em rede. São lutas que falam de outra globalização”, explica. Outro exemplo: a Primavera Árabe. Para Cava, houve a tentativa de desqualificação do movimento. Falou-se numa revolta apenas pelo pão. “Não é isso. Há uma congregação muito grande. Ocupam um território a partir de um movimento em rede que vai inspirando e contaminando o mundo todo, até o Brasil. E pensar assim não é ver de uma forma colonizadora.”

Das perspectivas de 2013 a 2015

Com a inspiração desses movimentos, Bruno Cava chega no Brasil. Primeiro, 2013, momento que observa como a eclosão. Há a articulação e a tomada do espaço público, com a pauta de reivindicações plurais. “E com isso surge toda a incompreensão e tentativa de criminalização.” Mas o que de fato distancia e aproxima essas primeiras manifestações com as deste ano? “Temos o processo de eleição no meio. Ele achata a multiplicidade em dois moldes”, explica. Assim, passa-se do momento de incompreensão para a redução, sem a compreensão. O binarismo polariza e tensiona de forma arbi-

trária a busca pelos espaços do comum.

E o comum

Bruno Cava encerra sua fala com a provocação: pensar o comum da perspectiva do diferente. Como se hoje se tivesse chegado ao estiramento do colapso e a partir daí se começa a reconstrução. “E não é algo que parte do zero. O comum, por exemplo, não pode ser dissociado da ideia de capitalismo. Mas também não pode fazer apenas a história do capitalismo. É preciso evoluir na emergência de outro mundo”, aponta.

O comum, aquele a que a Metrópole se refere, vai partir da perspectiva das lutas. “No comum, é falar do ponto de vista da fábrica. Mas é falar das novas lutas. Algo para além do fordismo, como novas lutas do fordismo. Lutas que hoje são da Metrópole e não mais só da fábrica.”

O conceito de Cava sobre o comum é posto em movimento no *case* que traz de Belo Horizonte. Lá, emergem coletivos que das suas individualidades tecem o comum como “algo constituinte”. Um desses coletivos trazidos é a Praia, que faz nascer uma praia - literalmente - em plena Belo Horizonte a partir de um espaço que o poder público ensaiava destituir e tirar do domínio das pessoas, do comum. Ali, para além do ato panfletário, é espaço de debate e fruição de ideias. “E comum é isso. Nele não há algo de meramente reclamatório para buscar o atendimento de reivindicações na forma clientelista. Ele toma o espaço e é propositivo. Quer mais, faz diferente, vai além”, pontua.

Ecos do Evento

“

“O debate foi muito importante porque reforçou a necessidade de pensarmos e criarmos coisas novas. São rupturas que só podem ser feitas a partir do pensamento de comum, baseado em Negri.”

Theo Lima, aluno do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFRGS.

“

“O evento foi muito importante. Agora, estou me informando, buscando informação para além da mídia e dos veículos de comunicação. Hoje, viemos com a turma toda. Estamos aproveitando esses espaços para levar a aula para fora da sala.”

Priscila Vargas de Freitas, aluna do 9º semestre do curso de Psicologia da Unisinos.

“

“Sou de Taquara. Nós começamos a sair para rua agora. Antes, não saíam com medo de ficarem marcadas. Tem mesmo é que sair. Mas acho que tem muita gente e se perdem um pouco, pois se luta por tudo e por nada ao mesmo tempo.”

Tainá Viana, aluna do 1º semestre da graduação em Direito da Unisinos.

“O processo de luta é um processo narrativo, com seus discursos. Para as pessoas é a narrativa de opressão, tirando poder delas. Elas são vistas como uma não potência para pensar outras narrativas para além das que são propostas.”

Carolina dos Reis, doutoranda em psicologia da UFRGS.

Bruno Cava



É graduado e pós-graduado em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, é também mestre em Direito na linha de pesquisa Teoria e Filosofia do Direito. É blogueiro do Quadrado dos loucos e escreve em vários sítios; ativista nas jornadas de 2013 e nas ocupas brasileiras em 2011-2012; participa da rede Universidade Nômade e é coeditor das revistas Lugar Comum e Global Brasil. Atualmente, é professor na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. ■

“

“Os últimos movimentos das ruas me fazem pensar como Gramsci: ‘o velho está morrendo, mas o novo ainda não nasceu’. E nesse meio surgem os monstros. Pensar os movimentos apenas pela ameaça do fascismo é tolher esse movimento comum.”

Marcelo Soares, sociólogo, UFRGS.

ihu.unisinos.br

Acompanhe nosso canal do Youtube
youtube.com/IHUComunica

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

#Reportagem

Fazendo gênero. Nossos corpos, nossas regras

Por Andriolli Costa

Desde 2013 ele passou a se apresentar como Eric (foto). O nome ele escolheu, mas sua identidade de homem trans nunca foi alvo de escolha, mas de descoberta e aceitação. Os familiares, na medida do possível, foram compreensivos. Ainda hoje escorregam em artigos ou pronomes de tratamento adequados. No entanto, comemora, ao menos não o haviam expulsado de casa.

“Eles entenderiam melhor se eu assumisse a narrativa de que eu era um homem em corpo de mulher. Se dissesse que estava no corpo errado.” No entanto, isso não era verdade para Eric. Nunca foi. “Meu corpo nunca esteve errado. Eu sempre fui homem, mesmo que não me parecesse com o que se espera de um homem”, esclarece. Eric Seger, aos 28 anos, nos lembra que a questão de gênero transcende a questão biológica.

Maria Fernanda faz do corpo uma mensagem política de autoafirmação. Ostenta com orgulho os pelos debaixo do braço, cultivados ao longo de quase dois anos. Uma lembrança para a sociedade — e para ela mesma — de que não precisa seguir padrões de qualquer tipo para ser mais ou menos mulher. Simpatizante das vertentes mais radicais do feminismo, concorda com a ideia de que o homem (como classe, não indivíduo) é um inimigo. Uma relação semelhante à aproximação desconfiada entre patrão e empregado, que não perde de vista a estrutura de dominação.

“Não é questão de ódio, mas de medo. Eu me relaciono sexualmente e afetivamente com homens,



FOTO: Arquivo pessoal

sou amiga deles, mas em última instância eles ainda são homens”, lembra, mencionando casos de violência e abuso que ocorrem todos os dias. O esclarecimento, entretanto, não a livrou do sofrimento. Por diversas vezes esteve em relacionamentos abusivos, marcados por chantagens e jogos emocionais.

“Quando vivemos essas situações, não percebemos o abuso. Para chegar ao ponto de admitir isso em uma entrevista, foi preciso primeiro admitir para mim mesma”, assinala. Assim como ela, uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência por parte de seus parceiros, segundo a ONU. Militantes ou não. Maria Fernanda Salaberry, também aos 28 anos, nos lembra que gênero é um campo de enfrentamento.

Pouco depois de iniciar seu processo de transição, já com mais de 30 anos de idade, Luisa entrou em depressão e esteve reclusa por longos períodos. Tinha medo da reação que as pessoas viriam a ter. Familiares, conhecidos da rua, colegas de trabalho, todos pareciam pressioná-la. Antes de qualquer cirurgia a dignidade começou a retornar a sua vida com a alteração de seu nome social. Os implantes de silicone e a redesignação sexual, por sua vez, vieram para torná-la uma pessoa completa. Não era uma “troca de sexo”, como se diz no popular. Era uma readequação. Algo que ela mesma pôde atestar juridicamente, ao dar entrada, como advogada, em seu próprio pedido de alteração documental.

“Eu queria me olhar no espelho e me ver com uma aparência femini-

“

Volta e meia aparece no jornal uma matéria sobre um pai ‘herói’ que criou sozinho um filho após o abandono da mãe

na. Antes disso, meu subconsciente parecia bloquear qualquer relacionamento que eu pudesse ter.” A vontade de estar com homens veio apenas com a transição pronta. Não com a cirurgia feita, mas com a identidade feminina formada. Luisa nunca se sentiu gay, mas uma mulher (trans) heterossexual. Essa não é a regra, e há diversos casos de gays e lésbicas entre os transgêneros, o que gera ainda mais incompreensão. Luisa Helena Stern, 48 anos, nos lembra que sexualidade e identidade de gênero são tópicos totalmente independentes.

Quando o filho de Fabiane nasceu, seu primeiro brinquedo foi uma bonequinha negra. O pai quis protestar – mais por boneca, que por negra. Em nada adiantou. Não seriam coisas tão pequenas que determinariam a masculinidade de seu filho, ela sabia. Quem, afinal, havia inventado que aquele era um brinquedo só de meninas? Para Fabiane, categorizar o mundo entre coisas de menino e de menina nunca fez muito sentido. Ainda assim, mesmo na idade adulta, as oportunidades continuavam a seguir essa lógica. Para ela, diziam, bastava o magistério. Era uma atividade adequada para uma mulher, e ela estaria cercada de crianças e de outras senhoras. Ignorou. Formou-se em Direito.

Longe de escritórios de advocacia ou de estágios no Ministério Público, ela encontrou seu lugar logo cedo em uma ONG de empoderamento feminino, a Themis, e nela permanece atuando até hoje. Para ela, ser mulher nunca se reduz à maternagem, mas a consciência adquirida acabou incorporada em

sua vida. Algo que transparece na educação de seu filho, com 10 anos de idade. “Esses dias mesmo ele pegou meu sutiã do chão, colocou e começou a brincar.” Ela se divertiu com a cena, e entrou na onda. “É, tá faltando um pouco de peito aí, hein?” Fabiane Simioni, 35, recorda que aquilo que consideramos masculino ou feminino é construído com base em convenções sociais.

Vivências de gênero

Eric, Maria Fernanda, Luisa e Fabiane nos lembram de muitas coisas, mas a principal delas é de que ainda há muita confusão e desinformação envolvendo questões de gênero na nossa sociedade. Conforme o avanço das décadas, o antigo adágio de que a *anatomia é o destino* vem paulatinamente caindo por terra. Tanto que, para evitar uma distinção baseada entre pessoas trans e pessoas “normais”,

utiliza-se o termo cissexual para se referir àqueles que se identificam com o gênero ao qual foram impostos. Mas, se gênero não é sinônimo de sexo biológico, e muito menos está ligado à orientação sexual, como é possível defini-lo?

O psicólogo cis Lucas Goulart, militante da ONG Somos e membro do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero UFRGS – o NUPSEX, esclarece que gênero é uma construção social. Ou seja, para além do macho e da fêmea, é a forma como os papéis de masculino e feminino são atribuídos, transformando os sujeitos em *homens* e *mulheres*. A orientação sexual, por outro lado, diz respeito ao interesse sexual por pessoas. E ainda que muitas vezes haja relação entre os dois termos, aquele que se identifica como gay não deseja ser uma mulher. O fato indica apenas que ele é um homem gay.

Basta olhar o cotidiano para ver como as questões de gênero estão presentes desde o nascimento até o fim da vida. Não se trata apenas de escolher um enxoval azul ou rosa para os bebês, ou de comprar carrinhos para um e panelinhas para o outro. Parte desde a decisão de ter ou não uma criança, e as consequências disso. “Volta e meia aparece no jornal uma matéria sobre um pai ‘herói’ que criou



FOTO: Andriolli Costa

O psicólogo Lucas Goulart explora os dilemas que envolvem corpo e gênero na sociedade

sozinho um filho após o abandono da mãe”, resgata Lucas. “Mas se a mídia escrevesse uma matéria para cada mãe solteira que faz o mesmo, não haveria jornal para dar conta.”

Entretanto, o assunto não se restringe às questões do feminino. O garoto proibido de fazer dança ou cursar uma faculdade de artes plásticas por ser coisa de menina; o rapaz que se fecha com os amigos para não parecer emotivo e afeminado; ou a pessoa trans que desenvolve transtornos psicológicos por temer a reação dos pais, todas essas são questões de gênero, que se inserem em uma lógica fundamentalmente machista e patriarcal.

Tal lógica é desgastante, e afeta a todos. Mesmo os homens, ainda que sejam seus maiores beneficiados. Deles, a sociedade exige demonstrações de força e resistência que não combinam com cuidados com o corpo ou emotividade. Segundo o Centro de Referência da Saúde do Homem, de São Paulo, a cada mês cerca de 60% dos pacientes procuram o local já apresentando enfermidades em estado avançado.

Ser o “homem da casa” é uma responsabilidade adoecedora. Contudo, é sempre importante lembrar que os homens — ainda que possam sofrer com restrições em relação a seu gênero — são ainda privilegiados socialmente, cabendo a eles questionar esses privilégios. Discutir questões de gênero não é apenas retirar privilégios de um grupo, mas é libertar a todos.

Feminismo e enfrentamento

Se gênero é um campo de enfrentamento, a era da internet e das redes sociais torna esses embates mais públicos e frequentes. De maneira que, muitas vezes, o assunto pode parecer ultrapassado e o discurso “vitimista”. No entanto, não é preciso muito para perceber que ainda há tanto a ser discutido. E nem mesmo os direitos já conquistados com anos de luta são pontos pacíficos.

Em dezembro de 2014, o deputado federal do PP-RJ, Jair Bolsonaro, defendeu o pagamento de salários menores para mulheres, frente ao iminente risco de gravidez.¹ “Poxa, essa mulher daqui a pouco engravida e fica seis meses de licença-maternidade. Quem vai pagar a conta? O empregador. Quando ela voltar, vai ter mais um mês de férias. Ou seja, ela trabalhou cinco meses em um ano.”

De modo parecido, quando a passista Fabiane Vilela desfilou grávida este ano, no carnaval de São Paulo, não faltaram aqueles para botar em xeque a necessidade de

flitam em hierarquias e posições desiguais de poder. E, no mundo do trabalho, a gravidez é um dos exemplos mais evidentes deste tratamento desigual.

“Ainda hoje temos mulheres que são estimuladas dentro da empresa a programarem a maternidade, em uma política invasiva e coercitiva”, expõe. É o caso de uma empresa de telemarketing de Juiz de Fora, que estabeleceu uma escala de gravidez para suas funcionárias.² Quem quisesse ter filhos, deveria obedecer ao período estabelecido pelo local. Na época, o ministro Claudio Brandão, do Tribunal Su-



FOTO: Andriolli Costa

Fabiane Simioni defende o feminismo como mudança política da sociedade

dar assento no ônibus ou de deixar a gestante passar na fila do banco. O patriarcado tem dificuldades em abrir mão de qualquer direito, por mais simples que seja.

Fabiane Simioni, advogada e ativista, defende que é para a resolução de situações como essa que surgem os movimentos feministas. Feminismo não é o contrário de machismo, mas um processo político de transformação da sociedade. “É a ideia radical de que homens e mulheres devem ter direitos iguais, como diz o chavão.” Fabiane não nega as diferenças entre os sexos, mas luta para que estas não se re-

perior do Trabalho, se posicionou. “O empregador tem o controle do trabalho do empregado, mas não da sua intimidade, da sua privacidade. O empregado não deixa de ser cidadão quando vai trabalhar.”

É por essas e outras que a advogada, que também dá aula em um curso de aperfeiçoamento em Direitos Humanos na UFRGS, sempre chama a atenção de seus alunos para essas temáticas. No entanto, ela deixa claro: ninguém precisa virar ativista ou feminista depois de sua disciplina. “Ainda assim,

² Ver matéria “Empresa cria escala de gravidez e diz quando funcionárias podem ter filho”, publicada em 22-09-2014 no *Jornal Hoje*, disponível em <http://bit.ly/jhgravidas>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹ Ver entrevista publicada em 10-12-2014 no jornal *Zero Hora*, disponível em <http://bit.ly/zhbolsonaro>. (Nota da **IHU On-Line**)

para entender o feminismo, é preciso fazer um exercício de alteridade. O rechaço *a priori* é ruim para todos. Ouvir essa vivência pode ser libertador para quem consegue dar o primeiro passo.”

Um processo natural para o homem que simpatiza com a causa das mulheres é buscar o engajamento nos movimentos feministas. Foi o que fez o publicitário cissexual Lucas Rodrigues Koehler, antes de compreender seu papel nesta luta. “Eu sou branco, hétero e homem. Eu não posso assumir o protagonismo desta causa, mas posso ser um apoiador.” A reflexão amadurecida só veio com o passar do tempo. No início, questionava o porquê certos grupos eram tão contrários à participação do homem no movimento. Mais do que isso, tentava dizer para as próprias mulheres o que deveria ser o feminismo e como agir. A paciência e a empatia foram fundamentais para compreender que a melhor forma de ajudar era apoiar de fora. Hoje, faz o papel contrário. É ele quem explica a outros homens o modo adequado de apoiar o movimento.

“A energia que as mulheres gastam explicando para os homens o que eles fazem de errado poderia ser muito melhor empregada empoderando mais mulheres”, propõe Fabiane. Na capa do Facebook da ativista Maria Fernanda Salaberry, uma assertiva parece pôr um ponto final na ideia: “Ninguém pergunta por que os patrões não fazem parte do sindicato dos trabalhadores. Então, por que questionar o motivo de os homens não fazerem parte do feminismo?”.

Relações de poder

Pensar questões de gênero não é simplesmente reconhecer as diferenças, mas identificar a disparidade das relações de poder. É nesse sentido que se diz que este é um campo de constante enfrentamento. No entanto, para a publicitária e ativista Maria Fernanda Salaberry, é mais que isso. “Gênero não é uma guerra. Guerra é quando os dois lados atacam. Gênero é um



FOTO: Dani Bervanger

Feminista radical, Maria Fernanda Salaberry questiona o patriarcado desde as raízes

massacre.” Ao seu lado estão os dados. No Brasil, a cada 10 minutos uma pessoa é estuprada, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Outra pesquisa, do IPEA, aponta que 88% das vítimas de estupro no país são do sexo feminino.

Nos grupos feministas, é comum a utilização do termo “sororidade”. Diz respeito à relação de fraternidade e solidariedade que deve existir entre todas as mulheres. Com base nisso, Maria Fernanda pontua: “Certa vez ouvi outras feministas dizendo que sororidade é mostrar para as mulheres que elas podem conviver bem com os homens. Não! Dizer isso é uma irresponsabilidade. Existe um risco efetivo”.

Para ela, a questão é levar em conta a socialização. A sociedade forma os homens para dominar e as mulheres para obedecer. Assim, mesmo aquele que não tem o desejo de oprimir acaba o fazendo sem perceber. “Você não pode chegar até a Faixa de Gaza e dizer que todos podem parar de se preocupar e serem amigos, sabendo que os exércitos estão a postos.”

Maria Fernanda milita por um feminismo radical. “Aquele que questiona o patriarcado desde as raízes”, explica ela. No entanto,

ainda que sua denominação não derive de “radicalismo”, certas posturas mais extremas impactam mesmo dentro do próprio feminismo. “Muitas dizem que o feminismo radical é muito teórico. Mas não é a teoria que incomoda, é a postura de vida.”

A discussão, segundo ela, diz respeito à hierarquia e à exploração. “A sociedade forma as mulheres para executarem tarefas para os homens. Não só tarefa de educar os filhos, mas de fazer sexo com o cara.” Certas correntes, inclusive, afirmam que qualquer tipo de penetração é uma violência. Propõe então o *lesbianismo político*, para marcar de vez o afastamento dos homens. Maria Fernanda não segue essa linha, e continua a se relacionar com homens. Ainda assim, reconhece: “O patriarcado é o mais antigo sistema de exploração de todos os tempos. E ele só funciona até hoje porque as vítimas têm uma relação afetiva com seus exploradores”.

Questão de identidade

Ícone do feminismo do século XX, Simone de Beauvoir apontava em um famoso aforismo que *não se nasce mulher, torna-se uma*. Ao dizer isso, ela se referia ao modo

FOTO: Andrioli Costa



Luisa Stern sempre se sentiu mulher. Seu processo de transição começou de dentro para fora

como a sociedade molda o indivíduo dentro do que se espera dele. Tais expectativas mudam com as décadas, e podem ir de uma “gentil e submissa dona de casa” até a mulher independente e empreendedora dos dias de hoje – mas de quem ainda se cobra apartamento limpo e um filho bem educado. Revisões do pensamento de Beauvoir, propostos pela teoria *queer*, exploram como esta afirmação é válida para todos os corpos e sujeitos.

“De acordo com autores da psicologia do desenvolvimento, é a partir dos quatro anos que a criança passa a ter noção do gênero que lhe é estabelecido. Que existem aqueles tidos como homens, os tidos como mulheres e que cada um exerce papéis diferentes na sociedade”, esclarece Lucas Goulart. E é normalmente nessa idade, também, que a criança começa a perceber as possíveis inadequações. Assim, chegamos à questão de identidade de gênero – a forma como a própria pessoa se reconhece diante da socialização que recebe.

Foi assim para Luisa Stern, da ONG Igualdade. “Eu sonhava em ser mulher quando crescesse. Já me imaginava mulher.” Ela conta

que desde a infância sentia sua identidade feminina sendo formada, ainda que para conseguir processar e compreender o que acontecia fosse preciso bem mais tempo. Quando a decisão foi tomada, no entanto, ela a assumiu sozinha e em silêncio. Não contou aos amigos, colegas ou familiares – nem mesmo à sobrinha, com quem morava na época. “Tem a ver com a questão da minha autonomia. Falar com alguém seria como se eu estivesse pedindo permissão para ser assim.” Não era o caso. Luisa é o que sempre foi. E agora, tanto por dentro quanto por fora.

Eric Seger de Camargo foi cursar Educação Física, na UFRGS, para se entender. “Eu fui buscar uma verdade do corpo, que para mim não fechava. Porque havia uma verdade por trás do meu próprio corpo que eu não conseguia entender.” Não encontrou. Ao menos não ali. O curso apenas reforçou estereótipos de masculino e feminino. Frustrado, buscou outros horizontes. Em uma disciplina de Psicanálise e Arte, escreveu um artigo sobre arte *queer*, inspirado no vídeo *The Gender Obsolescence*. Nele, homens e mulheres cis e trans desmascaravam-se perante a

sociedade. “A pessoa que entregou esse artigo nunca mais voltou. No outro semestre, já pedi que os professores alterassem meu nome na lista para Eric”, relata.

“Para que a pessoa trans possa se desenvolver, é fundamental ter um grupo de pessoas que acreditam em ti e te legitimam socialmente”, reflete. Neste sentido, ele encontrou todo o apoio no NUPSEX, onde atualmente é bolsista de Iniciação Científica. E esta legitimação se dá em um nível muito maior do que o de simplesmente utilizar a colocação pronominal adequada.

“Quando eu digo que quero ser tratado no masculino, espero que as pessoas me tratem como homem. E eu sinto a diferença quando não é para valer. A pessoa me trata de maneira adequada, mas na real parece que está falando com Napoleão Bonaparte”, confidencia Eric. “Algo como: Ah, você é Napoleão? Bom, se você está dizendo eu acredito...”

Disforia de gênero

Para conseguir os tratamentos hormonais ou o encaminhamento para cirurgias pelo SUS, as pessoas trans no Brasil devem passar por atendimento em uma das quatro Unidades de Atenção Especializadas credenciadas. O Hospital das Clínicas de Goiânia (GO) – cujo projeto está em vias de ser encerrado, o Hospital das Clínicas da FMUSP (SP), o Hospital Universitário Pedro Ernesto (RJ) e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (RS). Neles, dependendo da disponibilidade do local, é possível realizar não apenas a hormonioterapia e a redesignação sexual, mas também a tireoplastia – para feminilização da voz – e a mamoplastia masculinizadora para os seios.

Em Porto Alegre, esse tipo de trabalho no HC é realizado dentro do Programa de Transtorno de Identidade de Gênero, o Protig. O nome já está sendo mudado, mas ainda segue a antiga forma de se relacionar com a transexualidade – como um transtorno, uma parafilia, da mesma forma que a homos-

sexualidade foi tratada durante muitas décadas. O novo Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais norte-americano - DSM-5, traz mudanças a esta visão, propondo o termo “Disforia de gênero”. As mudanças vêm ocorrendo, mas de forma lenta.

“Cada vez mais, na psicologia, estamos vendo a questão da identidade como sendo aut centrada”, explica Lucas. “Ou seja, se a pessoa se coloca como homem ou mulher, é isso o que faz da pessoa homem, mulher, ou pessoa não binária.” Aquele que deseja se submeter ao processo transexualizador, ou mesmo solicitar juridicamente a mudança de seu nome social, deve apresentar um laudo psicológico atestando sua “disforia”.

Lucas Goulart atua constantemente nesta área, graças ao projeto *Direito à Identidade: Viva seu Nome* – uma parceria com o NUP-SEX, a Igualdade e o G8-Generalizando, grupo de assessoria jurídica da UFRGS. Ele relata que seu parecer não é psicologizante, e explicamos como a pessoa construiu sua vida daquela maneira e como a mudança de nome pode minimizar a situação de vulnerabilidade. Ainda assim, reconhece que não é a melhor maneira. “Nenhum cis precisa passar por alguma avaliação para atestar ser homem ou mulher”, problematiza. “Nós tentamos não patologizar, mas ainda é tratado como doença. A melhor solução seria não necessitar de parecer algum.” A solução, no entanto, não parece estar próxima. Isto porque, com exceção de casos específicos, com o SUS não é possível realizar cirurgias plásticas por motivo estético. Por isso, certa patologização acaba sendo necessária.

Mas nem todos os pareceres são assim. Para a realização da cirurgia de redesignação sexual pelo SUS, o órgão exige pelo menos dois anos de tratamento psicológico. Correm, entre os pacientes desses centros, críticas sobre a exigência de um comportamento idealizado de homens e mulheres por parte dos pacientes. “Em alguns hospitais de referência, a equipe médica exige

que a mulher trans tenha aquele ar de Amélia, de dona de casa, enquanto aqui fora a mulherada quer se livrar deste estereótipo”, relata Luisa. Muitas vezes se cobra da mulher trans até mesmo um jeito de sentar adequado, como se fossem estes signos capazes de dizer o que é ou não ser mulher.

Em Porto Alegre, segundo Eric, o clima poderia ser mais acolhedor. “Não é como se eles estivessem te ouvindo, mas te interrogando. Eles sempre ficam perguntando sobre a sua infância, como se tentassem descobrir o que houve de errado.” Eric entende que a prática vem dos protocolos da psiquiatria, e não dos profissionais em si, mas sugere que estas práticas sejam desafiadas.

Outras críticas dizem respeito ainda à cobrança por uma heteronormatividade. Eric conta que se relaciona com homens e mulheres, mas tem uma preferência. “Eu sou mais gay, na real, mas eu digo que sou bi.” Eric já relatou a uma assistente social sua preferência. No entanto, quando outra residente preenchia seu questionário, perguntou quando havia sido sua última relação sexual com uma mulher. “Com mulher?”, respondeu, deixando o subtexto claro. Ela confirmou. “Não passava pela cabeça dela outra possibilidade. Se eu digo que sou homem, então tem que ser com meninas, né?”

Do contato que já teve com outros pacientes, ouviu que o teatro é a melhor solução. Sente-se, por vezes, como se aqueles que seguem a cartilha do homem ou da mulher ficam mais próximos da cirurgia. “É uma coisa meio Big Brother, meio Jogos Mortais”, sintetiza.

A psicóloga e pesquisadora do Protig, Bianca Machado Borba Soll, relata que muitas vezes os pacientes já chegam ao Programa com um discurso pronto. “Eles leem na internet que para fazer a cirurgia é preciso agir de tal jeito, mas aqui nós seguimos critérios diagnósticos. Nenhum critério diz que é preciso ser heteronormativo, mas diz em relação à identidade.”

Segundo ela, esta triagem é importante para não encaminhar para a cirurgia alguém que manifesta insatisfação com o corpo, mas que em verdade não deseja a redesignação do sexo. Pode ser fruto de um surto, por exemplo. “Os critérios falam de um desconforto com suas características sexuais, do desejo de ter características de outro sexo biológico.” Algo que seja realmente grande, a ponto de a pessoa decidir se submeter a uma cirurgia de risco. “Às vezes há quem nos procure para ‘retirar o pênis’, mas relata que ainda sente prazer com ele, e o utiliza para relações sexuais. Então, será que a intervenção cirúrgica é realmente o melhor caminho?”

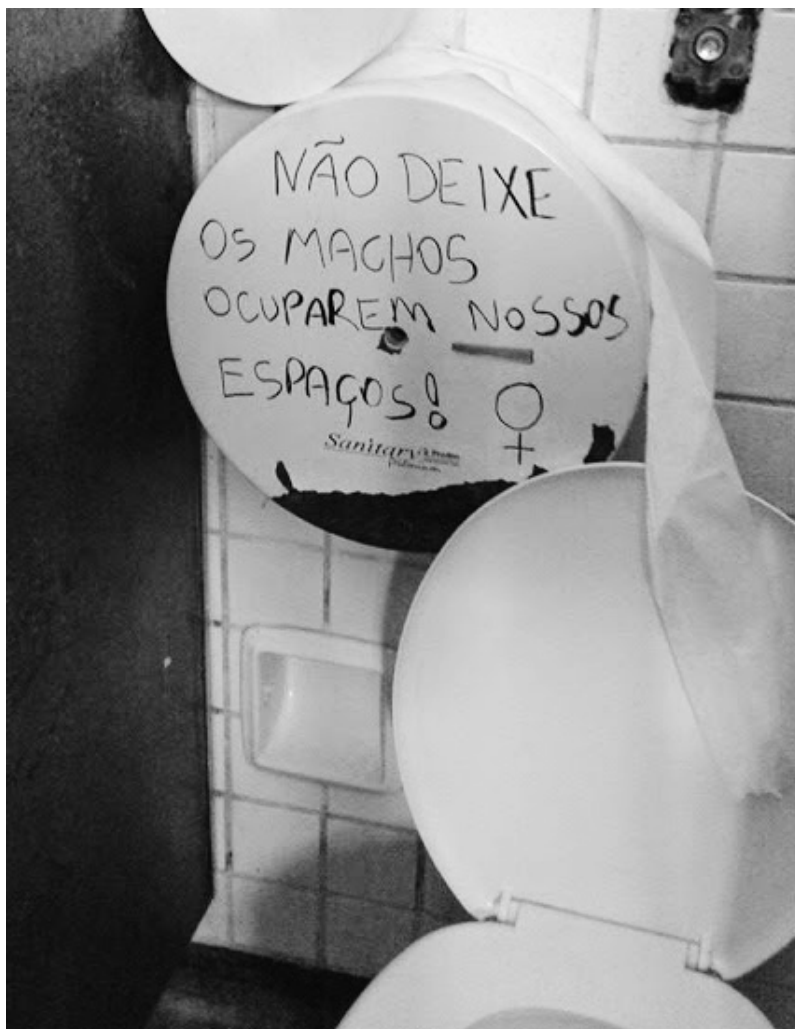
Para Lucas Goulart, nossa sociedade ainda tem uma visão muito limitada e binária de gênero e sexualidade que é ligada aos genitais. “E isso faz com que essas pessoas não consigam acessar os seus direitos, seja no dia a dia, seja no mercado de trabalho.” Isso se comprova ao observar as estimativas. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, 90% das travestis e transexuais no Brasil estão no mercado da prostituição.

“Uma boa iniciativa se vê em São Paulo, onde o governo está oferecendo bolsa para travestis estudarem. Afinal, muitas precisam largar a escola porque são expulsas de casa e precisam trabalhar. E como não têm oportunidades, a prostituição acaba se tornando o único caminho”, problematiza Lucas. Para ele, as políticas públicas brasileiras estão avançando – mesmo com a eleição do congresso mais conservador das últimas décadas. “Mas, é claro, enquanto pessoas estiverem morrendo, os diálogos sempre serão muito vagarosos.”

Linhas cruzadas

Neste campo tão movediço, corpos e sexualidade se misturam na construção da identidade de gênero que problematiza os binarismos tradicionais. Problematizam, mas não rompem com eles, pois ainda há a diferenciação entre masculino

FOTO: Travesti Marxista



Mensagens transfóbicas no banheiro feminismo da USP. Marcas da intolerância

e feminino. No entanto, existem aqueles que alegam se identificar com os dois gêneros. Ou então com gênero algum. Contra o binarismo, vertentes discutem o rompimento da barreira homem e mulher. Pensar em indivíduos e seres humanos, sem divisões estanques.

O Centro de Equidade de Gênero da Universidade da Califórnia, em Berkeley, propõe: "Uma pessoa cuja identidade de gênero não é nem homem nem mulher está entre os sexos ou além, ou é uma combinação de gêneros". E conclui: "Algumas pessoas não binárias se colocam sob o guarda-chuva dos transgêneros, enquanto outras não". O reconhecimento do gênero neutro vem aos poucos. Em países como Alemanha e Austrália já é possível registrar uma criança sem especificar o sexo entre masculino

e feminino. No Facebook da Argentina, o usuário pode se identificar entre mais de 50 opções de gênero e orientação sexual.

Maria Fernanda Salaberry questiona tamanha diversidade. Para ela, por vezes, é uma questão de exagero. "Você pode deixar que as pessoas transitem entre dois polos, ou acima, ou dos lados. E aí se você se diz abacaxi, você é abacaxi." No entanto, lembra ela, "propor a extinção das divisões binárias não discute a hierarquia desses lugares". Ela também se preocupa com as questões práticas. Como fica a questão da identidade de gênero em um hospital? Ou em um presídio?

Eric, ainda que se reconheça como binário, compreende como esta divisão pode não fazer sentido

para algumas pessoas. "Tem gente em que o selo do gênero simplesmente não gruda." Para ele, é preciso estar aberto para compreender as singularidades de cada um. "Alguém que tem o privilégio de não precisar dizer o tempo todo o que é, não pode repetir certas violências", defende. Para ele, "é uma agressão fortíssima dizer que uma pessoa não é aquilo que ela está dizendo".

Esse tipo de violência é frequentemente denunciado por homens e mulheres trans, especialmente no que envolve as chamadas TERFS – sigla em inglês para *Trans-Exclusionary Radical Feminists*. São grupos dentro de vertentes radicais que excluem, agridem e silenciam mulheres trans. Em dezembro passado, por exemplo, diversas ofensas foram pichadas nos banheiros femininos da USP. As mensagens ameaçavam: "Vamos cortar sua pica fora", e marcavam posição: "Não vamos deixar os machos ocuparem nossos espaços". Uma das mais simbólicas dizia: "Ser mulher não é usar nossos sapatos".

Para Eric, há muito a se perder na exclusão das mulheres trans dos movimentos feministas. "Se elas dessem voz a estas pessoas, poderiam entender o que ocorre com uma mulher quando esta sofre uma socialização masculina, e ainda assim abraça a vida de mulher", propõe. A mesma rusga destes grupos, no entanto, não é vista em relação aos homens trans. Com estes o problema é outro. "Quando elas dizem que sua sororidade não está com as mulheres trans, mas está com os homens trans, é como eu falei sobre Napoleão. Na verdade, elas continuam nos vendo como mulheres." Esta é a luta de Eric, a do reconhecimento.

- E o que é ser homem, para você?

Eric pensa um pouco. Encara a mesa do restaurante, e alisa o queixo sob a barba escanhoada na forma de cavanhaque. Por fim, responde.

"Eu não consigo dizer o que é ser homem", reflete. "Eu apenas sei." ■

Sexualidade, vivência e pesquisa. “O pessoal é político!”

Fernando Seffner reflete sobre as estratégias de percepção da sexualidade a partir de sua própria experiência

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

A sexualidade não é apenas um interesse de pesquisa para Fernando Seffner. Faz parte de sua própria vivência, de sua trajetória pessoal e profissional. E é a partir deste lugar de fala - da experiência e da reflexão - que ele expõe, nesta entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, a evolução das formas de ver a temática.

“Como alguém que progressivamente foi assumindo que sentia afetos, desejos e amor por outros homens, fiquei muito tempo afirmando em rodas de amigos que a sexualidade era um assunto do privado”, relembra. Nada que ocorria entre quatro paredes era de interesse de ninguém. Este pensamento, entretanto, se transforma com a emergência da AIDS e a militância pelo ativismo LGBT ao qual se engajou durante a juventude. “Sexualidade passou a ser algo de luta, de construção social”, esclarece. Durante muito tempo, afirmar-se gay era um ato de libertação. “A sexualidade era para ser mostrada, o pessoal é político!”

No entanto, mesmo que ainda se veja marcado por essa afirmação de luta, Seffner reflete que neste ponto a sexualidade não era apenas um traço

da identidade que se manifestava no privado, ela era a identidade toda. E quando “tudo o que fazemos e gostamos, todos os amigos que temos, passam a estar absolutamente relacionados com o que se diz, se pensa e se pratica na esfera da sexualidade, isso pode empobrecer a vida”.

O pesquisador estabelece os nexos entre sexualidade e o conceito de dispositivo de Foucault; trata do modo como filmes, livros e demais obras culturais permitem estratégias pedagógicas de gênero para além dos ambientes escolares. Reflete ainda sobre como o pertencimento religioso dos homens marca seus modos de compreensão da sexualidade, na esfera pública e na esfera da intimidade.

Fernando Seffner é graduado em História e Geologia pela UFRGS, com mestrado em Sociologia e doutorado em Educação pela mesma universidade. Atualmente é professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que maneira podemos compreender o conceito de sexualidade?

Fernando Seffner - Com certeza sexualidade é um termo que não encontra consenso fácil em sua definição, por razões tanto políticas quanto históricas. Prefiro falar das estratégias que em geral se conju-

gam para produzir o conceito de sexualidade. Faço isso expondo partes do que eu mesmo já acreditei “ser” a sexualidade.

Em minha trajetória pessoal/profissional se cruzam três pertencimentos: entendo-me como homem homossexual (ou seja, compreendo o que seja sexualidade a partir

deste lugar de desejo); estou de longa data envolvido no ativismo LGBT bem como na luta de apoio e prevenção da AIDS (ou seja, assumo que sexualidade é objeto de luta e disputa política) e tomei desde muitos anos a sexualidade como categoria de pesquisa - ou seja, sou um pesquisador na área, marcado por uma posição teórica



No caso das masculinidades, a produção de desejos tem sido muito intensa, o que em parte explica o que muitos chamam de crise da masculinidade

informada pelos estudos feministas e pós-estruturalistas, hoje em dia com interesse nas teorizações *queer* e nos estudos pós-coloniais.

Ainda vale dizer que me ocupo em estudar os modos de produção, manutenção e modificação das masculinidades, então sou um homem que estuda homens, e isso marca também o que penso sobre sexualidade. É do interior deste intrincado jogo de possíveis posições de sujeito que tenho produzido minhas compreensões acerca da sexualidade.

O pessoal é político

Exemplificando. Como alguém que progressivamente foi assumindo que sentia afetos, desejos e amor por outros homens, fiquei muito tempo afirmando em rodas de amigos que a sexualidade era um assunto do privado, das quatro paredes, que estava fora do alcance de normas e legislações. Sendo assim, por motivos de proteção da intimidade e respeito à privacidade simplesmente não se devia falar, nem perguntar, apenas respeitar.

Eu adorava dizer “aquilo que se faz entre quatro paredes não interessa a ninguém além dos que estão dentro das quatro paredes”. Na época, isso parecia ser o melhor, não vivíamos uma identidade gay. Éramos apenas alguns amigos que tinham se descoberto gostando de homens, falávamos mais de sexo do que de sexualidade, e víamos como possível saída para evitar a discriminação que se deixasse “em paz” a sexualidade de cada um, a começar pela nossa!

Mas a coisa mudou com a epidemia de AIDS, quando comecei a participar tanto dos grupos que lutavam no apoio e prevenção da doença, quanto nos encontros do ativismo gay na cidade de Porto Alegre. Em muito pouco tempo troquei de discurso. Sexualidade passou a ser algo de luta, de construção social, ela não era apenas um traço da identidade que se manifestava no privado, ela era a identidade toda.

Durante algum tempo, a coisa mais importante que havia para ser dita a meu respeito era “eu sou gay”, ela totalizava a minha identidade, e a de meus amigos, e a todo momento assegurávamos isso. E foi afirmando um pertencimento ligado à sexualidade gay que fiz amizades, ingressei em instituições, assumi relações. A sexualidade era para ser mostrada, o pessoal é político!

Pesquisa

Já como pesquisador do tema, entendo esse período como de afirmação identitária, estratégia pela qual sou muito marcado ainda. Ou seja, sustentar a todo instante que sou gay, um homem que tem desejos eróticos por outros homens, remeter o principal traço da minha inserção no mundo a um elemento da sexualidade, e fazer disso uma estratégia de luta e de construção de redes de sociabilidade é ainda algo muito forte na minha vida, e vejo isso também no ordenamento social como um todo.

Mas atualmente me preocupo com um elemento de “captura” que a luta pela identidade baseada

na sexualidade traz, pois tudo o que fazemos, tudo o que gostamos, todos os amigos que temos, passam a estar absolutamente relacionados com o que se diz, se pensa e se pratica na esfera da sexualidade, o que pode empobrecer a vida.

Aqui já é possível arriscar, com o uso de algumas ideias de Foucault,¹ o que penso ser a sexualidade: é esta superfície de estimulação de corpos, de estimulação de prazeres, de formação de conhecimentos, de estruturação de convívios, e de entendimentos sobre o corpo, com as quais justificamos crenças, comportamentos e relações ligados ao corpo e prazer, mas que podem repousar sobre objetos, mercadorias, instituições, eventos, muito afastados do que entendemos como “fazer sexo”.

IHU On-Line - Como a concepção de dispositivo de Michel Foucault nos ajuda a compreender a construção das sexualidades? Que dispositivos de poder estão em jogo nos processos sociais para fazer emergir determinados discursos de sexualidade?

Fernando Seffner - Esta questão tem tudo a ver com meu momento atual. Após dez anos inserido no PPGEDU UFRGS, linha de pesquisa *Educação, Sexualidade e Relações de Gênero*, desenhei um programa de estudos para compreender de

¹ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana, de 13-09-2010*, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault**. (Nota da **IHU On-Line**)

modo mais elaborado as informações que coletei nos estudos sobre masculinidades. Em outras palavras, tento agora problematizar minha própria trajetória de pesquisa na abordagem dos processos de produção das masculinidades, a partir de três fontes: o *histórico das disciplinas* e seminários que buscaram aumentar minha compreensão do tema, ofertados no PPGEDU UFRGS a cada semestre; as informações produzidas no *conjunto de pesquisas* sobre o tema das masculinidades, das quais ou fui o pesquisador principal, ou integrei a equipe de pesquisa; e o conjunto de *teses, dissertações e monografias* das quais fui o orientador.

Estou empreendendo este programa de estudos com duas estratégias. A primeira delas é levantar o vocabulário conceitual utilizado ao longo destes anos na produção das pesquisas. Isto inclui termos como heteronormatividade, pedagogias do gênero e da sexualidade, masculinidades, sexualidades, políticas públicas de saúde e direitos sexuais; gênero, direitos humanos, diversidade, diferença, identidade, norma, entre outros. Entender a utilização destes conceitos é a tarefa aqui.

A segunda estratégia é situar o que já foi pesquisado na intersecção de três categorias teóricas: a noção de dispositivo em Foucault (rede de relações intencionada) posta para ajudar a entender os contextos específicos de produção de masculinidades; a noção de biopolítica/biopoder em Foucault (estratégias de governo de populações) empregada para pensar as políticas públicas e as relações de poder que envolvem as masculinidades; e a noção de pedagogias culturais, com destaque para as pedagogias do gênero e da sexualidade, com o intuito de situar no campo da educação os processos de produção, manutenção e modificação das masculinidades contemporâneas.

Dispositivo

O conceito de dispositivo ocupa aqui um lugar importante. Por

herança marxista, me acostumei a analisar a disposição das coisas (pessoas, instituições, objetos, políticas públicas, movimentos sociais, representações, imaginários) como ordenada por alguma vontade superior, em geral conectada com o "mal", a dominação de um grupo sobre outro.

O conceito de dispositivo tem servido para arejar minhas percepções, e gosto de pensar que as coisas se dispõem em linhas, curvas e diferentes regimes, que conjugam desejos e vontades. No caso das masculinidades, a produção de desejos tem sido muito intensa, o homem é cada vez mais alvo de novas disposições, o que em parte explica o que muita gente chama de "crise da masculinidade".

Tenho procurado situar as produções já feitas em masculinidade com o recurso a algumas características que Foucault estabelece para o dispositivo: um conjunto heterogêneo de coisas; sua articulação em rede; a operação do dispositivo tendo em vista um propósito estratégico, que se explica pela economia das relações, e não é fruto de uma vontade em particular; sua íntima vinculação com as relações de poder e resistência; um exercício que delimita o campo do que é permitido pensar ou não, o que é aceito como científico ou não. No momento, certamente ainda estou um pouco longe de concluir algo sobre os estudos de masculinidade a partir da noção de dispositivo, mas é nesta direção que estou me movendo.

IHU On-Line - Suas pesquisas mais recentes investigam as conexões entre religião e sexualidade, assumindo o pressuposto de que pertencimentos religiosos dos indivíduos são questões da esfera pública, e não do domínio privado. O que isso significa?

Fernando Seffner - Tenho procurado estabelecer diálogos entre questões da ordem da sexualidade e outros marcadores sociais. Já de longa data, o principal marcador é gênero. Também aqui variei de posição. Por muitos anos pensei

a sexualidade como ordenando o gênero, do tipo nasceu macho (sexo, sexualidade), vai ser homem (gênero). Mesmo assumindo que o gênero era dotado de autonomia, esta era relativa, estava atrelada a imposições da sexualidade.

Hoje em dia lido com gênero e sexualidade como dotados de autonomia, e assumo que suas conexões são fruto de posições específicas de sujeito, de conjunturas particulares. A partir de teorizações *queer*, tenho até mesmo pensado que o gênero marca o campo da sexualidade de forma muito mais efetiva do que nunca imaginei antes.

As pesquisas sobre religião começaram no âmbito do projeto de pesquisa Respostas Religiosas à AIDS no Brasil, coordenado pelo Prof. Richard Parker², da Columbia University. Inicialmente marcadas pela conexão doença, religião e sexualidade, hoje em dia trilhei outros caminhos, e tenho buscado entender como o pertencimento religioso dos homens marca seus modos de compreensão da sexualidade, na esfera pública e na esfera da intimidade.

Difícil dizer se cheguei a alguma conclusão, mas certamente tenho percebido o trânsito entre posições que são assumidas conforme o contexto, ou seja, o que se aprende a dizer e fazer quando se é interpelado pela religião, e o que se pode negociar de modo diferente quando estamos afastados do cenário religioso, mas não desconectados dele.

Todo mundo negocia posições e possibilidades e limites, e o marcador religioso não é isento disso. Cada um estabelece modos próprios de pensar a equação que envolve os ditames da religião e as interpelações eróticas que circulam pelo social, e os homens não são diferentes, e não creio que se deva considerar isso como algo

² **Richard Guy Parker** (1956): antropólogo, sociólogo, sexólogo chefe do Department of Sociomedical Sciences e diretor do Center for Gender, Sexuality and Health na Mailman School of Public Health da Universidade Columbia. (Nota da **IHU On-Line**)

ruim ou equivocado. Essa é a capacidade de agência dos homens, e novamente aqui o conceito de dispositivo é frutífero para pensar as opções estratégicas, intencionadas, mas pouco ordenadas.

IHU On-Line - Filmes, peças de teatro, novelas, músicas, pinturas, entre outras produções culturais, podem ser compreendidas como pedagogias que permitem aprofundar o conhecimento acerca de temas como violência de gênero e masculinidades? Como podemos refletir sobre isso?

Fernando Seffner - A ideia central aqui é de que todo artefato cultural pode ser lido como portador de uma pedagogia cultural. No caso, o que me interessa é perceber as pedagogias do gênero e da sexualidade, uma subcategoria das pedagogias culturais, da qual são (ou podem ser) portadores os artefatos culturais, quaisquer que sejam eles.

A percepção de que os artefatos culturais são portadores de pedagogias traz pelo menos dois benefícios. O primeiro e imediato é perceber que as estratégias pedagógicas, que visam ensinar algo a alguém, mesmo que de modo difuso e não intencional, não são exclusivas dos ambientes escolares, mas estão disseminadas pela sociedade, e com isso o campo dos estudos em educação se alarga de modo muito instigante.

O segundo benefício é que o campo da educação, neste diálogo com os ambientes sociais e com as demais ciências humanas, sofisticou suas ferramentas tradicionais de pesquisa, em particular a noção de currículo - aqui se falando em currículos culturais; a própria noção de pedagogias - vinculada em geral às ideias de direção do projeto educativo e método; e as conexões entre política e educação, postas de modo explícito na conhecida afirmação de Paulo Freire, quando diz que todo ato educacional é em si um ato político. Esta frase ganhou novos contornos com a noção de pedagogias culturais.

Para o caso das questões de gênero e sexualidade, o uso destas ferramentas, em especial a noção de currículo cultural, tem permitido perceber que as aprendizagens de que são portadores os artefatos culturais se organizam de modo articulado com a inserção dos indivíduos no mundo, propondo a eles não apenas aprendizados aleatórios - do tipo eu vejo um filme sobre homossexualidade masculina e ali aprendo algo isolado -, mas configuram estratégias mais elaboradas de aprendizado e produção identitária, onde conjuntos de artefatos insistem em certos modos de ser, cada um a partir de sua particularidade.

Um caso exemplar são as aprendizagens dos modos "corretos" e "adequados" de ser menino e menina, que estão disseminados em muitos artefatos culturais, e agem em sincronia, o que também é melhor compreendido se olharmos para isso tudo com a noção de dispositivo, ou seja, as pedagogias do gênero e da sexualidade, centralmente envolvidas na produção dos modos de viver os gêneros e os desejos da sexualidade, têm distribuição intencionada.

IHU On-Line - A discussão a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos é de extrema importância para a implementação e garantia da democracia em todas as esferas da vida social. Como podemos refletir sobre esse tema considerando as múltiplas identidades de gênero e sexuais?

Fernando Seffner - Este é um assunto da ordem do dia, em particular no Brasil, e as últimas eleições presidenciais, tal como aquelas de quatro anos atrás, mostraram isso com clareza, com a forte predominância destes temas na pauta dos candidatos. A ideia de que temos na sociedade indivíduos que desejam viver seus desejos de gênero e sexualidade de modo diverso daqueles preceituados pela tradição é altamente incômoda para muitos setores.

Na luta contra essa manifestação da diversidade sexual e de gênero,

muitos discursos têm sido mobilizados, em particular o discurso religioso, em toda a sua variedade, e importantes conhecimentos do campo biomédico também. Por outro lado temos uma vigorosa manifestação dos indivíduos que desejam viver seus desejos em outras direções, e o espaço de que já desfrutam na sociedade em termos de visibilidade é bem amplo.

A disputa se acirra com a proposição de que a partir desta diversidade de gênero e sexualidade se pode estruturar um campo de direitos, ou seja, pensar que os sujeitos que manifestam outros modos de viver seu gênero e sua sexualidade podem ser sujeitos portadores de direitos. Certamente isso assusta os setores conservadores. Esse susto vale tanto para direitos já consolidados, tais como a dissolução do casamento em rito sumário e simples ou o uso de tecnologias de reprodução assistida ou de evitação de filhos.

Mas são os novos desdobramentos desses direitos que de fato estão no centro das disputas, tais como o direito de casais do mesmo sexo adotarem filhos ou transmitirem herança; o direito a mudar de sexo a partir de procedimentos cirúrgicos e hormonais com a assistência do SUS - Sistema Único de Saúde; o direito a manifestar de modo livre sua preferência sexual em todos os ambientes públicos; o direito de mudar de nome, e assumir a expressão de outro gênero, mesmo sem ter feito cirurgia e sem desejar estes procedimentos, entre outros.

Essas questões podem parecer afastadas da escola, mas não são. Basta passar uma semana em uma escola qualquer, tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio, para verificar como a visibilidade dos novos modos de ser menino e menina, bem como a diversidade de orientação sexual, são expressivos, não apenas entre alunos e alunas, mas entre professores. Basta ver o impacto que já causa nos sistemas escolares a possibilidade de ter um nome social, ou seja, um nome pelo qual desejo

ser chamado e tratado na escola, e que pode não ter nada a ver com aquele com que fui matriculado.

O Brasil, que sempre se considerou e assim foi visto como um paraíso de liberdade sexual, tem ficado vergonhosamente para trás neste campo. Nem é necessário sair da América Latina para ver isso, os países que nos rodeiam têm hoje em dia legislações muito abertas ao respeito e valorização da diversidade de gênero e sexualidade, enquanto aqui tratamos a coisa na base das noções de pecado e atos contra a natureza. Na esteira desse debate, outra questão emergiu, com forte impacto na escola pública brasileira: a questão do estado laico, ou seja, de que a religião não deve reger o espaço público, e a escola é um espaço público. Todas estas discussões devem merecer um olhar atento de professores e professoras.

IHU On-Line - Você coordena atualmente o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE). Este grupo foi pioneiro, pois propôs uma articulação entre os estudos de gênero e de sexualidade pós-estruturalistas, a teoria *queer* e os estudos foucaultianos. Poderia comentar isso?

Fernando Seffner - O GEERGE vem tendo de fato um papel importante no debate sobre temas de gênero e sexualidade no campo da educação. O trabalho pioneiro feito pela professora Guacira Lopes Louro³ não apenas teve impactos no campo dos estudos de gênero e sexualidade, como fortemente no campo da educação.

Através da noção de pedagogias do gênero e da sexualidade, e das discussões sobre a identidade como posição de sujeito, fruto de interpelações, estas questões foram trazidas ao campo da educa-

ção, e aqui tratadas em linguagem próprio do campo. Mais ainda, as reflexões se ampararam teoricamente nos estudos foucaultianos, bem como incorporaram progressivamente uma gama de autores pós-estruturalistas.

No campo da educação, o diálogo das questões de gênero e sexualidade com as noções de currículo como produção cultural e política, imerso em relações de poder, e mais recentemente as teorizações *queer* acerca da produção e invisibilidade da norma, perguntando-se acerca da possibilidade de uma pedagogia *queer*. Hoje em dia são muitos os grupos e pesquisadores no campo da educação que se dedicam aos temas do gênero e da sexualidade, e a escola é cada vez mais um local onde a discussão destes temas se reveste de importância particular.

IHU On-Line - Sua formação inicial é em História e hoje leciona a disciplina de estágio em História, participando ativamente da formação de futuros professores. De que modos os temas de gênero e sexualidade se articulam com o exercício da docência?

Fernando Seffner - Tradicionalmente, o ensino de história não contempla questões de gênero e sexualidade, mesmo em propostas mais contemporâneas, em que se busca articular ensino de história com os grandes debates que cercam os alunos. Mas a situação tem se modificado, em particular por conta da enorme importância da escola como lugar de vivência das culturas juvenis, e do espaço que nelas ocupam as questões de gênero e sexualidade.

Observo isso na supervisão de estágios docentes em História. Todos os semestres temos alunos que decidem inserir em seus planejamentos tópicos relativos a gênero e sexualidade, e neste item estamos bem servidos na produção de conhecimento histórico, pois nunca se publicou tanto sobre história de homens e de mulheres, sobre história e gênero, sobre a diversidade dos modos de viver os desejos eró-

uticos e a sexualidade nas diferentes sociedades.

Também temos tido o lançamento de excelentes obras sobre noções como virilidade e feminilidade, e ótimas obras que problematizam o amor romântico, a instituição do casamento, os modos de gostar e de demonstrar afeto e amor, etc. Claro está que os alunos e alunas do ensino fundamental e ensino médio tem enorme interesse nestes temas, embora a polêmica que em geral acompanha estas aulas. Mas é um caminho que cada vez mais está aberto, e vem sendo trilhado.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum ponto não questionado?

Fernando Seffner - Penso que temos hoje em dia um profícuo campo também de pesquisas e ações na articulação entre as políticas públicas de educação e os movimentos sociais de gênero e sexualidade, que produzem materiais e mantêm ativos debates em temas polêmicos.

Por fim, certamente temos necessidade de estudos envolvendo os fortes processos de biomedicalização tanto no campo da sexualidade e do gênero - basta ver as novas estratégias de tratamento da AIDS enquanto prevenção e os modos de lidar com a transexualidade como doença - como no campo da educação escolar, onde as dificuldades de aprendizagem dos alunos, os modos de relação com os colegas, as condutas de indisciplina na relação entre alunos e instituição escolar, dentre outras questões, passam a ser encaradas como patologias individuais, transtorno disso, transtorno daquilo, e deixam de ser vistas como produções sociais e questões de poder e resistência.

Na conexão entre estes dois processos de biomedicalização, no campo do gênero e da sexualidade e no campo das relações escolares, temos ainda muito o que pesquisar. ■

³ **Guacira Lopes Louro:** professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. Tem como interesse de pesquisa questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. (Nota da IHU On-Line)

Políticas públicas e a institucionalização do feminismo

Dagmar E. Meyer reflete sobre os processos de politização do feminino e da maternidade a partir da biopolítica do Estado

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

Pesquisadora das interfaces entre questão de gênero, educação e políticas públicas desde os anos 2000, Dagmar Estermann Meyer aponta duas peculiaridades do feminismo brasileiro na contemporaneidade. A primeira, que percorre todo o movimento desde sua origem, é a multiplicidade de alianças teóricas e focos de luta - tensionando o próprio *status quo* destas bandeiras. A segunda é a institucionalização do movimento perante o governo, o que gera constantes disputas no âmbito das políticas de gestão de vida.

“Tais políticas promovem modos de viver e de fazer em diferentes tipos de instituições e de sujeitos que, assim, também produzem e governam”, explica ela em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. Para a professora, a confluência de diversos processos colaboraram para incorporar e posicionar a mulher, como mãe, no centro das políticas de gestão da vida na sociedade moderna - aquilo que Foucault chama de biopoder.

Entre estes processos, ela aponta: a emergência de um sujeito inscrito na lógica da racionalidade neoliberal; o

aprofundamento das desigualdades; a consolidação de técnicas de monitoramento do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, inscrevendo fetos e mães em uma linguagem de controle e de autorregulação; e a articulação conflituosa de políticas de estado com demandas de movimentos sociais.

Dagmar Estermann Meyer possui graduação em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde é professora convidada nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Saúde Coletiva. Meyer é membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq).

É autora e organizadora, entre outras obras, de *Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação* (Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014), *Saúde e sexualidade na escola* (Porto Alegre: Editora Mediação, 2006) e *Identidades Traduzidas: Cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul* (Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que caracteriza o pensamento feminista contemporâneo?

Dagmar E. Meyer - Penso que qualquer caracterização dos feminismos brasileiros contemporâneos precisa dar ênfase à multiplicidade de alianças teóricas, de focos de

luta e de formas de intervenção que, desde a segunda metade do século XX, caracteriza os campos que se agregam sob a rubrica dos estudos feministas (estudos sobre mulheres, estudos de gênero, estudos *queer*), e esta característica continua sendo, em minha perspectiva, uma de suas marcas mais

complexas, desafiadoras, produtivas e interessantes.

Os feminismos se aliaram com (e, ao mesmo tempo, tensionaram) uma diversidade de teorias, como o marxismo, a psicanálise e as chamadas teorizações pós-críticas, e levaram para a academia

temas e fontes de investigação até então concebidos como menores e não autorizados pelo paradigma científico vigente. E estes temas e objetos estão hoje presentes, com maior ou menor visibilidade e ainda desencadeando conflitos, em agendas curriculares e de pesquisa de inúmeros campos disciplinares e profissionais e em práticas pedagógicas de diferentes níveis de ensino e instituições.

Essa vitalidade pode ser mensurada, por exemplo, pela extensa lista de grupos de estudos e pesquisa, registrada na plataforma *Lattes* do CNPq com esses focos de investigação, pelo volume de dissertações e teses registradas no banco de teses da CAPES, pelo número de periódicos científicos indexados voltados para a divulgação desses estudos, bem como pela abertura de editais de pesquisa específicos pelo CNPq e outras agências de fomento, dentre outras coisas não menos importantes.

Institucionalização

Da mesma forma, intrinsecamente articulada a essa vitalidade teórica, se pode descrever um processo de institucionalização dos feminismos no contexto político brasileiro, no âmbito do qual a adoção governamental da transversalidade de gênero nas políticas públicas e a criação de uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres podem ser citadas como exemplos emblemáticos recentes. Assim, se podemos afirmar que os feminismos se legitimaram e se institucionalizaram, e que ocorreram mudanças inegáveis tanto na “condição” feminina quanto nas relações de gênero vigentes, nada disso ocorreu de forma tranquila e isenta de disputas e conflitos.

As reações (externas e internas ao campo) a esses mesmos movimentos de mudança, de legitimação e de institucionalização, articuladas às profundas crises, de diversas ordens, pelas quais passam as sociedades contemporâneas, têm colocado novos e im-

portantes desafios aos feminismos contemporâneos. Um desses desafios - atualíssimo e controverso no âmbito dos próprios feminismos brasileiros - implica, justamente, a necessidade de seguir investindo em teorizações, estudos e movimentos políticos que nos permitam fazer frente aos complexos processos de gestão e controle da vida que têm se rearticulado nos domínios dos gêneros e das sexualidades.

IHU On-Line - Você tem estudado políticas públicas de inclusão social, desde a perspectiva de gênero. O que isso significa?

Dagmar E. Meyer - As políticas que temos estudado (porque se trata de uma agenda de pesquisa levada a cabo por um grupo de pesquisadoras, que eu orientei e/ou coordeno) e que se aglutinam sob o guarda-chuva da inclusão social são aquelas que atuam (principalmente por meio de distribuição de renda) nas áreas de saúde, desenvolvimento social e educação e que instituem, dentre outras coisas, a obrigatoriedade no cumprimento de determinadas condicionalidades por parte de seus/suas usuários/as, visando à ampliação da renda, ao acesso à saúde, ao trabalho, a direitos sociais, à profissionalização e à diminuição da evasão e da repetência escolar.

Nossos estudos, dentre outros, têm indicado que tais políticas, utilizando o argumento da inclusão de todos/as, também fortalecem uma *cultura empreendedora* no mundo contemporâneo, que busca produzir sujeitos capazes de garantir para si e para suas famílias as condições para permanecerem incluídos, de tal forma que o Estado possa ser paulatinamente desobrigado disso. E, nesse contexto, a perspectiva de gênero tem-nos possibilitado explorar como, e com que efeitos, essa *cultura empreendedora* de inclusão social age sobre determinados tipos de sujeito: no caso destas políticas, especialmente mulheres mães pobres.

IHU On-Line - Qual é a contribuição de Michel Foucault¹ para esses estudos?

Dagmar E. Meyer - Como venho enfatizando em vários artigos já publicados, no grupo de pesquisa que coordeno, políticas são tomadas como artefatos centrais de organização das sociedades contemporâneas, porque promovem seus objetivos por meio da normatização e administração de várias esferas da vida cotidiana dos sujeitos aos quais se direcionam, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros.

Nessa direção, um dos modos de conhecer suas formas de funcionamento e seus efeitos passa pelo exame das relações de saber-poder que essas políticas colocam em funcionamento nas práticas assistenciais e educativas a elas vinculadas e com as quais se investe sobre famílias pobres, no sentido de instituir ‘modos de viver a vida’ que devem produzir o que, nelas,

1 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética.** (Nota da **IHU On-Line**)

se entende como inclusão social. É para essa discussão que a teoria foucaultiana, em especial as discussões sobre as noções de biopoder e de biopolítica, se torna indispensável.

Ela nos permite problematizar como, ao promover inclusão social, tais políticas promovem modos de viver e de fazer em diferentes tipos de instituições e de sujeitos - usuários, gestores e profissionais - que, assim, também produzem e governam. Permite, ainda, analisar como essas políticas incidem sobre as redes de significação de gênero e de sexualidade nos contextos em que são implementadas, ao mesmo tempo que são atravessadas e afetadas por elas. E é esse movimento analítico que nos permite afirmar que as políticas são generificadas.

IHU On-Line - Em que consiste o conceito de "politização do feminino e da maternidade"? É nesse contexto que podemos compreender a figura da mulher-mãe como "parceira" do Estado?

Dagmar E. Meyer - De forma bastante sucinta e não necessariamente simples, pode-se dizer que isso que temos chamado de politização do feminino e da maternidade envolve redes de poder-saber que sustentam e conformam políticas e programas públicos, ênfases educativas, instrumentos de diagnóstico e modos de assistir e monitorar famílias e, dentro delas, especialmente as mulheres-mães; essas redes de poder-saber têm contribuído, dentre outras coisas, para re-significar a relação mãe-filho e re-inscrever o sujeito mulher mãe em poderosos regimes de vigilância e regulação.

Ao longo do século XX, esse processo pode ser localizado na confluência de quatro movimentos sociais complexos, quais sejam: **1.** a ênfase na constituição de um tipo de sujeito inscrito na lógica da racionalidade neoliberal; **2.** o aprofundamento das desigualdades econômicas, sociais e culturais que decorre da conjunção da racionalidade neoliberal com

o processo de globalização; **3.** a produção e o desenvolvimento crescente de conhecimentos e novas tecnologias que descrevem e monitoram o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do feto, inscrevendo-os (fetos e suas mães) em uma linguagem de controle e de autorregulação, bem como em uma 'gramática da probabilidade e do risco'; **4.** a articulação conflituosa de políticas de estado com demandas de movimentos sociais como, por exemplo, o feminismo e os movimentos dos direitos humanos, onde a noção de universal é multiplicada e fraturada, o que incide sobre os modos como estes sujeitos de direito se relacionam.

É nesse contexto que se investe em políticas públicas que devem investir sobre uma parcela da população, no sentido de dirigir e conformar processos de gestão da vida que resultem em inclusão social. Esses processos enfatizam a necessidade de reduzir as vulnerabilidades sociais de determinados grupos populacionais, garantindo, por exemplo, o desenvolvimento infantil saudável - expresso através de políticas voltadas à primeira infância - e a gestão do risco da repetência, do fracasso e da evasão escolar - expressa por meio da parceria que deve ser firmada entre escola, família e Estado.

As minhas pesquisas, bem como as de Maria Simone Schwengber², Carin Klein³ e Maria Cláudia Dal'Igna⁴, que também integram este dossiê, mostram, exatamente, como essa politização é incor-

2 Maria Simone Schwengber: doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, atualmente é professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Carin Klein: doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, defendeu a tese Biopolíticas de Inclusão Social e Produção de Maternidades e Paternidades para uma "Infância Melhor". (Nota da **IHU On-Line**)

4 Maria Cláudia Dal'Igna: doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, é professora assistente do curso e do Programa de Pós-Graduação em Pedagogia da Unisinos. (Nota da **IHU On-Line**)

porada pelas políticas públicas de inclusão social, pela mídia e pela escola e como está sustentada pelo pressuposto de que esses e outros problemas sociais podem ser resolvidos, em grande parte, quando o sujeito mulher-mãe se torna, também, sujeito mãe parceira do Estado.

IHU On-Line - De que modos essa produção da maternidade institui lugares para a mulher e para o homem em nossa sociedade?

Dagmar E. Meyer - Um dos efeitos de poder importantes dessa politização é, justamente, o reforço e a atualização da responsabilidade feminina pela reprodução biológica e social, pela educação dos filhos, pela erradicação da pobreza, das doenças e do analfabetismo, pela demanda e organização de creches e escolas, por saúde e por outras necessidades que garantam a sobrevivência da família, em contextos sociais cada vez mais precários. E, na medida em que se assume que a construção de feminilidades e de masculinidades é sempre relacional, está se assumindo, também, que nesse processo de politização se produzem tanto formas de sentir e de viver como mulheres e como mães quanto formas de sentir e de viver como homens e como pais. Algo que deveria nos levar a perguntar-nos com mais frequência: que feminilidades e maternidades e que masculinidades e paternidades são essas que estão sendo produzidas nessas relações? Elas vão ao encontro ou de encontro às transformações almejadas nas relações de gênero vigentes?⁵ ■

5 Os argumentos apresentados nesta entrevista podem ser expandidos com a leitura dos artigos Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Rio de Janeiro/RJ, v. 57, n. 1, p. 13-18, 2004; A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Revista Gênero: NUTEG* v. 6, n.1; Niterói: EdUFF, p. 81-104, 2006; Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Revista Estudos Feministas*, 2014 (no prelo). (Nota da entrevistada)

Educação, biopolítica e o cuidado de si. Contribuições foucaultianas

A pesquisadora em Educação Maria Rita César explora as implicações que conceitos como a biopolítica e o cuidado de si trazem para as discussões de gênero

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

Nesta entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora em Educação Maria Rita César explora os modos como os estudos foucaultianos colaboraram e ainda colaboram para a compreensão de corpo, gênero e sexualidade. Primeiramente, as pesquisas focaram-se nos conceitos de poder disciplinar, microfísica do poder, relações de poder e, sobretudo, dispositivo da sexualidade. Mais tarde, a partir dos anos 2000, passam a ganhar espaço as discussões envolvendo biopolítica, biopoder e o cuidado de si.

“Foucault nos alertou para que tivéssemos atenção sobre uma sexualidade que é sempre política. Este foi o meio encontrado por Foucault para pensar tanto o Estado como a política, isto é, as relações de poder e os processos de normalização/ patologização de condutas e estilos de vida”, defende. “A sexualidade e suas implicações subjetivas, como a produção de identidades sexuais, sempre dizem respeito à política.”

Hoje, segundo ela, as pesquisas sobre corpo, sexualidade, gênero e diversidade sexual precisam levar em conta uma linha tênue entre “governamentalidade biopolítica neoliberal, da qual não é possível

escapar completamente, e a possibilidade das práticas do cuidado de si, que podem ser observadas em práticas políticas e artísticas, como a Marcha das Vadias”, propõe a professora.

Para ela, experiências artísticas e manifestações que problematizam essas temáticas “atualizam uma ideia de cuidado de si e estética da existência, dizendo sobre possibilidades de uma vida, de um corpo, de um prazer que estejam localizados para além das possibilidades de um mundo normatizado, psiquiatrizado e governamentalizado a partir da lógica da produção de si em um mundo mercantilizado”.

Maria Rita de Assis César possui graduação em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e mestrado e doutorado em Educação pela Unicamp. Atualmente, é professora no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná - UFPR e professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/UFPR. Também é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e coordenadora do Laboratório de Investigações em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que sentido corpo, gênero, sexualidade e os processos de subjetivação servem como áreas de investigação sob o ponto de vista da biopolítica, da governamentalidade e do cuidado de si? Qual é o nexos que une essas temáticas?

Maria Rita César - Corpo, gênero, sexualidade, e eu acrescentaria diversidade sexual, recentemente no Brasil se constituíram como importante campo de investigação das ciências humanas, sob diversas perspectivas teórico-epistemológicas. Entretanto, na área das ciên-

cias da educação, tendo em vista a introdução desses campos por meio das pesquisas, publicações e traduções realizadas por Guacira Lopes Louro¹, estes campos fizeram sua

¹ **Guacira Lopes Louro:** professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Foi fundadora do



A própria população trans vem produzindo um conhecimento importante sobre si mesma e também interrogando as pesquisas acadêmicas

estreia na pesquisa educacional brasileira a partir de uma perspectiva das teorizações pós-estruturalistas de orientação foucaultiana.

Em um primeiro momento, no início dos anos 1990, surgem as pesquisas educacionais sobre gênero e sexualidade, no Brasil, em grande medida, pelos conceitos de poder disciplinar, microfísica do poder, relações de poder e, sobretudo, dispositivo da sexualidade - conceitos formulados por Michel Foucault entre os anos de 1973 e 1976, com a publicação do primeiro volume da *História da Sexualidade* (Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988). Já a partir do início dos anos 2000, começa-se a pensar sobre a relação entre sexualidade e biopoder e, em seguida, biopolítica. Do ponto de vista das ciências sociais, o Instituto de Medicina Social da UERJ terá um papel preponderante no tratamento dos temas da sexualidade e diversidade sexual a partir das teorizações foucaultianas.

A partir de 1999, com a organização dos *Colóquios Internacionais Michel Foucault* organizados por Alfredo Veiga-Neto², Margareth Rago³,

Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. Tem como interesse de pesquisa questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Alfredo Veiga-Neto: possui graduação em História Natural (1967) e em Música (1963) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; mestrado em Genética (1975) e doutorado em Educação (1996) pela mesma Universidade. Professor Titular da Faculdade de Educação da UFRGS. Professor Convocado Permanente do PPG-Educação/UFRGS. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Luzia Margareth Rago: professora do Departamento de História da Unicamp, com graduação em História e Filosofia pela USP. É coeditora da Revista Aulas, da Linha de

Guilherme Castelo Branco⁴, entre outros/as pesquisadores/as brasileiros/as, os resultados de pesquisas sobre gênero, feminismo, sexualidade, diversidade, teoria *queer*, vão se fortalecendo no campo dos estudos foucaultianos. Os estudos da governamentalidade aparecem após 1999, com a publicação dos cursos ministrados no Collège de France, e logo serão incorporados nas pesquisas sobre as políticas públicas para mulheres e para a população LGBT, demonstrando os processos de fragilização das políticas públicas de saúde para essa população.

Ressalto aqui os trabalhos realizados e orientados por Dagmar Meyer⁵ (UFRGS) e os meus próprios na UFPR. Margareth Rago (UNICAMP) e Tânia Swain⁶ (UNB), nos Colóquios Foucault, na *Revista Labrys* e em inúmeras publicações em livros e revistas científicas, demonstraram os profícuos diálogos

Pesquisa Gênero, Subjetividades e Cultura Material do PPRH da UNICAMP. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Guilherme Castelo Branco: professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrante do Centre Michel Foucault da França. (Nota da **IHU On-Line**)

5 Dagmar Estermann Meyer: possui graduação em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde é professora convidada nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Saúde Coletiva. Meyer é membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq). (Nota da **IHU On-Line**)

6 Tania Navarro Swain: historiadora brasileira, professora aposentada da UNB. Atua principalmente nas áreas de epistemologia feminista, sexualidade, gênero e história das mulheres. É editora da revista digital *Labrys*, de estudos feministas. (Nota da **IHU On-Line**)

entre as teorizações feministas e os estudos foucaultianos. Foram ambas que também abriram uma perspectiva para que fossem estabelecidas as relações entre os estudos feministas e de gênero e as teorizações sobre o cuidado de si e a estética da existência, conceitos formulados por M. Foucault entre 1980 e 1984.

Com o desenvolvimento exponencial da área dos estudos de gênero, da sexualidade no Brasil, os estudos que tomam os conceitos de biopolítica, governamentalidade e do cuidado de si não são tão numerosos, prevalecendo outras matrizes teóricas e filiações epistemológicas. Entretanto, o potencial de crescimento desses estudos no campo da educação é muito grande e pode ser percebido hoje pelos trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT-23), e nas várias publicações dos Grupos de Pesquisa.

IHU On-Line - Nesse sentido, qual é a contribuição que os estudos foucaultianos oferecem à reflexão que relaciona corpo, sexualidade e subjetivação?

Maria Rita César - Pode-se dizer que os estudos foucaultianos produziram duas "revoluções" importantes no campo dos estudos de gênero. Uma primeira "revolução" foi produzida pelo paradigmático texto de Joan Scott⁷ (*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de 1984), traduzido para o português em 1990⁸, quando a autora propõe, a partir da concepção de poder de M. Foucault, uma crítica a diversas abordagens do feminismo anglo-saxão e propõe que gênero seja tomado como uma cate-

7 Joan Scott (1941): historiadora norte-americana, iniciou suas pesquisas focando o movimento operário francês e depois, a partir de 1980, passou para os estudos de gênero. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Primeira versão americana: SCOTT, J. W. "Gender: A Useful Category of Historical Analysis". *The American Historical Review*, vol. 91, nº 5. (Dec., 1986), pp. 1053-1075. (Nota da **IHU On-Line**)

goria analítica, e não sinônimo da 'diferença sexual', que também é um termo bastante discutível.

A segunda "revolução" aconteceu em 1990, quando Judith Butler⁹ publicou o seu *Problemas de Gênero* (*Gender Trouble*, London: Routledge, 1990). A partir das teorizações críticas genealógicas de M. Foucault, Butler pôde pensar sobre os limites do conceito de gênero e da diferença sexual. Tanto em *Gender Trouble* como no livro seguinte, *Bodies that Matter* (London: Routledge, 1993), Butler realiza uma potente análise do corpo e do sexo como um instrumental genealógico que a permite fazer considerações desnaturalizadoras importantes sobre ambos, demonstrando a sua construção por meio das relações de poder. Outras autoras feministas vão utilizar os conceitos foucaultianos para refletirem sobre os processos de sujeição e subjetivação das mulheres, das mulheres negras, das mulheres lésbicas, dos homens gays e também sobre as experiências de transgeneridade.

Beatriz Preciado¹⁰, outra autora importante com um trabalho mais recente, utiliza os conceitos foucaultianos de biopoder, biopolítica e governamentalidade, inclusive propondo um certo ultrapassamento dos conceitos para uma 'sexopolítica'. Mais recentemente, a socióloga Marie Hélène Bourcier¹¹, da Universidade de Lille, vem pes-

quisando e denunciando as políticas de direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) ligadas às agendas políticas europeias nacionalistas e de exclusão das populações árabes, africanas e não europeias em geral. Seus estudos partem dos conceitos foucaultianos de biopolítica e governamentalidade.

IHU On-Line - Nos processos sociais contemporâneos podemos falar em uma atualização de conceitos foucaultianos como o cuidado de si?

Maria Rita César - Francisco Ortega¹², na primeira parte de seu livro *O corpo incerto* (Rio de Janeiro: Garamond, 2008), demonstrou as armadilhas da biopolítica e dos governamentos neoliberais do corpo contemporâneo. Ortega chamou as práticas contemporâneas sobre o corpo e a saúde de 'bioacese', demonstrando que os exercícios exercidos sobre o corpo lembram as práticas ascéticas, mas os objetivos contemporâneos são outros, não dizem respeito à produção de uma vida bela, mas sim de um corpo viável para o mercado.

Hoje as pesquisas sobre corpo, sexualidade, gênero e diversidade sexual precisam levar em conta essa linha tênue entre uma governamentalidade biopolítica neoliberal, da qual não é possível escapar completamente, e a possibilidade das práticas do cuidado de si, que podem ser observadas em práticas políticas e artísticas, como a Marcha das Vadias e o trabalho de inúmeras artistas que

colocam o corpo em relevo, como os trabalhos da artista e pesquisadora paranaense Fernanda Magalhães¹³. Essas experiências e manifestações atualizam uma ideia de cuidado de si e estética da existência, dizendo sobre possibilidades de uma vida, de um corpo, de um prazer que estejam localizados para além das possibilidades de um mundo normatizado, psiquiatrizado e governamentalizado a partir da lógica da produção de si em um mundo mercantilizado.

IHU On-Line - Em se tratando da sexualidade, a senhora considera importante que se faça uma reflexão sobre as implicações das políticas de sexualidade. Em que consiste isso?

Maria Rita César - Foucault nos alertou para que tivéssemos atenção sobre uma sexualidade que é sempre política. A sexualidade foi o meio encontrado por Foucault para pensar tanto o Estado como a política, isto é, as relações de poder e os processos de normalização/patologização de condutas e estilos de vida. A sexualidade e as implicações subjetivas da sexualidade, como a produção de identidades sexuais, sempre dizem respeito à política. Hoje, ao se mencionar o termo sexualidade, abrimos um campo de intervenções políticas que vão desde as políticas de saúde para mulheres, as lutas pela descriminalização do aborto, as políticas LGBT, como o casamento igualitário, a luta das pessoas transgêneras por um acesso institucional pleno, como a mudança do nome civil ou a implementação do "nome social". Enfim, trata-se de inúmeras lutas, assim como políticas de governo de corpos e identidades.

Um episódio recente na campanha presidencial brasileira demonstrou a preponderância dos temas relacionados à sexualidade na política de Estado, quando

9 **Judith Butler** (1956): filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética. É professora do Departamento de Retórica e Literatura Comparada da University of California em Berkeley. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Paul B. Preciado** [**Beatriz Preciado**] (1970): Filósofo feminista espanhol, homem trans e discípulo de Jacques Derrida, Preciado é grande referência de Teoria Queer e na filosofia de gênero. *Um bem precioso*. Entrevista com Beatriz Preciado publicada nas Notícias do Dia, de 24-02-2011, publicada nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1OrKZPO>; *O gênero multiplicado*. Artigo de Beatriz Preciado publicado nas Notícias do Dia do Instituto Humanitas Unisinos - IHU de, 02-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1IXm6rx>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Marie-Hélène Bourcier** (1963): socióloga da Université Lille III, reconhecida

militante *queer* na França. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Francisco Ortega**: professor do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. É responsável, junto com a professora Ana Maria Jacó Vilela, do Instituto de Psicologia da UERJ, pelo convênio com o Instituto Max Planck de História da Ciência de Berlim. Também é o coordenador brasileiro do projeto de pesquisa intercultural Brasil-Alemanha (PROBRAL/DAAD - Capes) intitulado *O Sujeito Cerebral - Impacto das Neurociências na Sociedade Contemporânea*. Ver a entrevista *A virada neurológica das humanidades*, concedida para a edição 431 da **IHU On-Line**, de 04-11-2013, em <http://bit.ly/ihuon431>. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Fernanda Magalhães** (1962): artista e pesquisadora paranaense que centra em sua obra a corporalidade do obeso. (Nota da **IHU On-Line**)

uma candidata possuía uma política para a população LGBT e, em seguida, esse conjunto de políticas desaparece do seu programa de governo por pressão de líderes religiosos instalados na política¹⁴. A repercussão dessa situação recebe enormes proporções porque as políticas da sexualidade, traduzidas nos embates entre liberais/libertários/as e conservadores, com fortes traços religiosos, passam a ocupar um lugar fundamental no palco da grande política. Da mesma maneira, as políticas de minoria, embora ocupem um lugar no governo brasileiro nos últimos quinze anos, como os programas das Secretarias de Direitos Humanos (SDH), com o “Brasil sem Homofobia” e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), além de programas do Ministério da Educação, essas políticas também são negociadas intermitentemente entre os grupos políticos. Do ponto de vista das pesquisas em sexualidade de orientação ou inspiração foucaultianas, é importante olhar com muita atenção para o jogo biopolítico, que em nome do princípio da inclusão social irá separar, classificar, ordenar, incluir e excluir práticas e modos de vida.

IHU On-Line - Podemos falar em uma narrativa oficial sobre a educação/orientação sexual nas escolas brasileiras? Que narrativa seria essa e quais são as principais características?

Maria Rita César - Desde o ano de 1996, com a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais, pode-se dizer que a educação sexual se tornou política pública federal, sob a estranha denominação de “orientação sexual”. Nos meus textos sobre o tema da orientação eu sempre procurei demonstrar que todo processo institucionalizado de educação será sempre uma educação do corpo e do sexo.

¹⁴ Ver Marina recua sobre apoio a lei favorável ao casamento gay, de 01-09-2014 no site do IHU. <http://bit.ly/1GolwU>. (Nota da IHU On-Line)

Desde os anos 1990 até muito recentemente o discurso predominante sobre a sexualidade, na educação brasileira, estava orientado pela narrativa da prevenção; prevenção das DSTs/AIDS e prevenção da chamada gravidez na adolescência. Inclusive todo o material de suporte pedagógico utilizava o discurso do campo da saúde, mesmo que este fosse atenuado por elementos da psicologia do desenvolvimento. Como essa narrativa possuía um viés biologizante da sexualidade e do corpo, algumas críticas foram formuladas e outras narrativas entraram em campo. Na última década, em razão do crescimento da influência dos movimentos LGBT, as narrativas estão muito mais próximas às ideias de direitos LGBT nas escolas, embora isso ainda seja um grande embate na instituição escolar.

Narrativas interseccionais, como gênero e raça/etnia, também passaram a concorrer no campo das narrativas. Hoje não é possível delimitar um discurso hegemônico no campo da sexualidade e no campo da educação, inclusive porque as políticas de sexualidade são pautadas por grandes editais, tanto do Ministério da Educação como do Ministério da Saúde, assim como também da Secretaria de Direitos Humanos, e cada edital contempla objetivos distintos, que respondem às demandas dos movimentos sociais organizados que circulam mais próximos ao governo federal.

IHU On-Line - Como a escola brasileira tem tratado de temas como a transexualidade?

Maria Rita César - Do ponto de vista do cotidiano da escola, as pesquisas recentes demonstram aspectos importantes de processos de exclusão da população transexual, travesti e transgênera. Essa população vive o paradoxo das políticas educacionais de inclusão, pois não conseguem ser alvo dos programas de inclusão escolar. A travesti ainda é inadmissível na instituição escolar. Embora vários estados brasileiros tenham cria-

do uma legislação específica para permitir a permanência da população trans no universo escolar, como o uso do toalete, a utilização obrigatória do ‘nome social’, a prática cotidiana tem se apresentado, com algumas exceções, como lugar de violência contra a população trans.

A exclusão da transexualidade demonstra o lugar paradoxal da instituição escolar no mundo contemporâneo. Embora imersa na grande política de governo biopolítico neoliberal, para a qual a inclusão social é um forte paradigma, a escola é um caleidoscópio de práticas sociais que incluem também os processos disciplinares mais clássicos, além da presença de discursos religiosos fundamentalistas. Desse modo, a experiência da transexualidade pode ser vista como esse lugar de encontro dessas diversas práticas.

IHU On-Line - Há uma relação entre transexualidade e evasão escolar? Como podemos refletir sobre isso?

Maria Rita César - Como eu afirmei na resposta à pergunta anterior, a escola não suporta travesti e transexual. Sim, as pesquisas têm demonstrado os processos de abandono escolar que podem ser tomados como evasão da população trans. Entretanto, os nossos estudos ainda são pouco numerosos e vêm privilegiando as pesquisas com pessoas trans que já abandonaram a escolarização formal. Faz-se necessário produzir outras pesquisas, com populações distintas e fazendo os cruzamentos com outras categorias como idade, classe social e raça/etnia. Ainda estamos tateando nas pesquisas com a população transgênera na educação. Todavia, a própria população trans vem produzindo um conhecimento importante sobre si mesma e também interrogando as pesquisas acadêmicas. ■

A Queerização da vida

Jamil Cabral Sierra defende a atitude *queer* como resposta para transgredir e dessacralizar uma biopolítica heteronormativa

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

Da institucionalização dos movimentos LGBT, graças às políticas inclusivas do governo federal, o pesquisador Jamil Cabral Sierra aponta duas operações esquizofrenicamente opostas, mas complementares: “a primeira direção é a de conceder determinados direitos civis, jurídicos, médicos a gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans, uma reivindicação da militância inegavelmente importante diante do processo histórico de violência e negação das garantias fundamentais”. A segunda, descreve ele, é o estabelecimento nas diretrizes das políticas públicas de “formas bastante homogêneas e bem definidas de reconhecimento das identidades de gênero e sexuais”.

Esta definição rígida cristaliza um modelo identitário considerado “correto, honrado, digno e merecedor de tais políticas”, orientando os modos de ser, pensar e agir dos sujeitos LGBT a partir de “uma moral sexual e de uma economia do corpo e das práticas já bem estabelecidas pela heteronormatividade”. Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, Sierra aponta os nexos entre homossexualidade, insubmissão e alteridade. Discute ainda a necessidade de *queerizar* a política e a vida. Um modo de vida queerizado, para Sierra, dessacraliza gestos, formas e comportamentos. Transgride posturas, afetos, corpo e sexo. É abjeto, inclassificável.

“*Queerizar* a vida talvez pudesse, nesse sentido, dizer muito mais se fosse um gesto menos preocupado em se constituir empiricamente como um grupo com identificações afins e mais em provocar uma atitude obscena, estranha, uma atitude inconformada e disforme em que, ao *queerizar-se*, essa vida fosse capaz de ensaiar outros modos de viver, em que corpos e práticas fossem os elementos fundantes de novas relações entre as pessoas”, defende.

Jamil Cabral Sierra é doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá e licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Atualmente, é professor adjunto da UFPR no Programa de Pós-graduação em Educação. Vice-coordenador do Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (UFPR/CNPq) e pesquisador do Núcleo de Estudo de Gênero (UFPR/CNPq), voltou seus estudos para as áreas de relações de gênero, diversidade sexual, corpo e subjetividade e suas conexões com a Teoria Queer e os estudos foucaultianos. Sierra é organizador de *Diversidade e educação: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia* (Matinhos: UFPR, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como podemos compreender o governo da diversidade sexual em nosso tempo? Nesse debate, qual é a contribuição do pensamento de Foucault?

Jamil Cabral Sierra - Tenho dito em meus últimos escritos, especialmente em minha tese de doutorado recém-defendida, que no contexto de emergência da noção de diversidade sexual - que, associada a uma teoria e a uma política identitárias

vai inscrever os problemas de gênero e sexuais na ordem das retóricas de respeito e tolerância - é que surgem as políticas de inclusão (e por consequência, o governo) da população LGBT na esfera social e educacional brasileiras.

Relativamente recentes, essas políticas inserem-se, da forma como as percebo, na dimensão da governamentalidade neoliberal e irá promover formas de regulação das condutas dos sujeitos LGBT, bem como estratégias de captura e interrupção de determinados corpos e práticas afetivo-sexuais que rompem com a heteronormatividade. Essa, é importante salientar, ganha forma mais concreta no contexto brasileiro, a partir do momento em que os discursos de respeito e tolerância em relação à comunidade LGBT se sedimentam com a parceria entre movimentos sociais e Estado, especialmente a partir do governo do presidente Lula.

Em grande medida, essa parceria tem promovido um processo bastante homogeneizador dos corpos e das práticas afetivo-sexuais considerados abjetos e, por isso mesmo, não autorizados a ingressarem - ou a se beneficiarem - nessas mesmas políticas que se dizem inclusivas e para todos. Ao tomar a população LGBT como sujeitos de direito, essas políticas de inclusão operam esquizofrenicamente em duas direções opostas, mas visceralmente complementares: a primeira direção é a de conceder determinados direitos civis, jurídicos, médicos a gays, lésbicas, bissexuais e pessoas trans, uma reivindicação da militância inegavelmente importante diante do processo histórico de violência e negação das garantias fundamentais da vida dessas pessoas; e a segunda direção é, numa espécie de "dou com uma mão e tiro com a outra", estabelecer em suas diretrizes formas bastante homogêneas e bem definidas de reconhecimento das identidades de gênero e sexuais.

Essa segunda direção, parece-me, acaba por cristalizar um determinado modelo identitário considerado correto, honrado, digno e merecedor de tais políticas, bem como por promover, em função dessa cristalização, formas de governo dos sujeitos LGBT cujo objetivo principal será não só o de conduzir a conduta desses sujei-

tos, mas também o de fazer com que eles mesmos conduzam suas vidas em direção à viabilização de suas vidas ao que poderíamos chamar de uma moral sexual e de uma economia do corpo e das práticas já bem estabelecidas pela heteronormatividade.

Nesse sentido, os aportes foucaultianos sobre a noção de governamentalidade são fundamentais nesse processo de caracterização das formas de governo da população LGBT a que me refiro. Ao possibilitar uma nova compreensão das relações de poder, a noção de governamentalidade irá sublinhar a questão do sujeito e suas formas de governo, ou melhor dizendo, os diferentes modos pelos quais alguém se torna *sujeito de* ou *assujeitado a*, tanto em relação aos outros quanto a si mesmo. Desse modo, ao criar a expressão *governamentalidade* para caracterizar as novas formas administrativas de governo da população, Foucault conseguiu mostrar as sutilezas de um tipo de poder que não se dá exclusivamente por meio do Estado onipotente e onipresente, mas também por tecnologias difusas e dispersas capazes de governar os indivíduos em diferentes esferas de suas vidas. Esse deslocamento que dá Foucault na análise sobre as relações de poder, isto é, deixar de pensá-lo no âmbito das relações de força para pensá-lo a partir dos diferentes modos de condução de condutas será fundamental para recolocar o poder não mais em termos de coerção e repressão sobre os indivíduos, mas em termos de um direcionamento e regulação dos modos de vida das pessoas. Em vista disso, penso que o pensamento de Foucault nos ajuda em muito na compreensão de como tem sido operados os discursos em torno da diversidade sexual, pois o pensamento do autor nos dá ferramentas para problematizar as formas de ajustamento dos corpos e condutas LGBT no contexto da governamentalidade neoliberal.

IHU On-Line - O que esse governo permite pensar sobre as

práticas de subjetivação e o (des) governo biopolítico do gênero e da sexualidade?

Jamil Cabral Sierra - O governo da diversidade sexual tem a ver com um argumento que tenho defendido que é a noção de *viabilidade-moral-econômica* dos sujeitos LGBT. Pois bem! Essa ideia refere-se às formas de produção de corpos e vidas ajustados aos processos de classificação, correção e normalização que impõem aos sujeitos LGBT um modo de vida operado a partir da heteronormatividade e que institui a lógica identitária como recurso à inclusão na esfera jurídica, social e educacional. Para tanto, os sujeitos LGBT precisam ajustar-se a dois princípios: a) *a uma certa moral*, que prescreve quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas são corretas, honradas, saudáveis, seguras e aceitáveis diante tanto das recomendações dos próprios movimentos sociais quanto das políticas públicas de Estado; b) *a uma certa economia*, que institui quais corpos e quais práticas sexuais e afetivo-amorosas atendem ao projeto de utilidade-rentabilidade que a ordem do consumo e do trabalho neoliberais apregoam como necessárias ao projeto de consolidação do sujeito de direito e de sua consequente e paradoxal exclusão pelo mesmo sistema jurídico-econômico que o criou e diz incluí-lo.

A assunção de uma identidade carimbaria esse sujeito, da forma como venho nomeando, como um *corpo-em-viabilidade*, *uma vida-em-viabilidade* e, diante dessa sua virtual utilidade-rentabilidade, um corpo capaz de lutar por direitos até então não reconhecidos a ele. Revelar-se gay significa, nesse contexto, deixar de ser "veado" para constituir-se viável, assumir-se útil-rentável moral e economicamente e, com isso, tentar a chance de trocar de domínio: do lugar da abjeção pelo lugar da aceitação. Esse movimento a que chamo de produção biopolítica de uma *viabilidade-moral-econômica*, que começa a ser desenhado nos anos 70

com as lutas pelo *outing*, ganham, na contemporaneidade, sua radicalização no momento em que movimentos sociais e Estado passam a configurar uma parceria disposta a reparar, sob o princípio da tolerância e da inclusão, os corpos de LGBT, traduzindo-os em uma identidade segura e reconhecível, bem como viabilizando-os por meio dos compromissos de cidadania e direitos reivindicados pelos sujeitos da diversidade sexual e garantidos pelo Estado.

IHU On-Line - Quais são os desafios fundamentais de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT?

Jamil Cabral Sierra - Pensar em termos de uma ética/estética pós-identitária, tanto no âmbito político como no âmbito educacional, significa problematizar o modelo identitário que sustenta a noção de diversidade sexual atual, em favor de um outro pensamento que nos lance na busca por outras formas de viver o corpo e os prazeres. O desafio é justamente tentar ensaiar uma busca capaz de esgarçar os mecanismos de governo que promovem a *viabilidade-moral-econômica* dos sujeitos LGBT e que ajusta - ao mesmo tempo que normaliza - seus corpos, suas práticas sexuais e afetivo-amorosas, seus desejos, suas vidas às reconfigurações neoliberais contemporâneas. Uma busca capaz de instabilizar essas reconfigurações para mirar a possibilidade de constituição de outras experimentações, outras textualizações, outros corpos, outras práticas sexuais e afetivo-amorosas, todas elas constituindo a vida-outra, ou como tenho chamado, a *vida vivível*.

A ideia de uma *vida vivível* tem a ver, portanto, com uma certa atitude capaz de promover desarranjos, desajustes, trincamentos, curtos-circuitos, incisões nos mecanismos de captura e controle das subjetividades LGBT. Uma espécie de tensionamento em face dos dispositivos de governo

contemporâneos e da lógica de inclusão neoliberal que tem produzido nossos corpos e nossos desejos como lugares moral e economicamente viáveis apenas. Além disso, pensar em termos de *vidas vivíveis* nos permite considerar formas de existir no mundo que questionam a ordem de gênero/sexual estabelecida por meio de uma reconfiguração dos limites do corpo, de seus usos e de suas práticas, de modo a criar, como diz Foucault em seus últimos escritos, um trabalho ético/estético de transformação sobre si mesmo.

Penso que isso traria novas possibilidades para pensarmos não só as políticas que se direcionam à população LGBT, mas também novas alternativas para se pensar a questão da diversidade sexual na escola. Um caminho, talvez, menos voltado unicamente ao reconhecimento do sujeito de direito e de sua inclusão na esfera educacional, e muito mais voltado àquilo que essas experiências de uso do corpo e dos prazeres poderiam fornecer para ressignificar o próprio espaço educacional como um todo.

IHU On-Line - Qual é o nexo entre homossexualidade, insubmissão e alteridades?

Jamil Cabral Sierra - A principal relação entre esses três termos tem a ver com as relações de poder, uma vez que os sujeitos LGBT têm sido absorvidos, homogeneamente, pelo grande guarda-chuva da *diversidade sexual*, lugar onde têm sido agrupados os corpos tidos como insubmissos. Porém, esse agrupamento nunca é neutro e uniforme, mas sim produzido por poderosas relações de poder, que provocam hierarquização e exclusão não só externamente ao grupo, mas também em seu próprio interior, entre membros da comunidade LGBT. Ao nos referirmos genericamente à expressão *diversidade sexual*, por exemplo, invisibilizamos os conflitos que os sujeitos pertencentes a essa categoria estabelecem, apagando assim a dimensão mesma de suas diferenças. Cabe

lembrar aqui que quando falo em diferença não a entendo como espécie de erro do sistema, sujeita, portanto, ao reenquadramento às regras gerais, como se fosse sempre possível corrigir a insubmissão de corpos e práticas que deslocam o modelo heteronormativo. Ao contrário, por diferença entendo aquele ponto anômalo ao sistema construído como verdadeiro, como ordem, impossível de ser corrigido e de ter seu fluxo estancado, justamente pelo fato de que se trata de um tipo de vivência do corpo e dos prazeres deslocado, descentrado da norma. Se pudéssemos mapear melhor essas vivências, poderíamos talvez pensar alternativas em que a homossexualidade, como nos diz Foucault, pudesse se constituir em uma grande possibilidade de criar outros estilos de vida, outras escolhas de existência, novas virtualidades relacionais entre as pessoas. A homossexualidade, nesse sentido, antes de ser a manifestação de um desejo, seria algo de desejável, algo que precisaria ser buscado. Claro que não me refiro aqui à homossexualidade como o ato sexual em si entre duas pessoas do mesmo sexo, mas a um modo de vida homossexual, a um estar-no-mundo homossexual ainda em devir, a um trabalho sobre si mesmo que levaria à invenção de algo ainda impensável, inimaginável, à transformação de si em algo que ainda não se é.

IHU On-Line - Quais são as representações principais da homocultura na mídia e como essas representações ajudam a construir um imaginário a respeito dessa temática?

Jamil Cabral Sierra - Discuti esse tema das representações da homocultura na mídia em minha dissertação de mestrado, já há algum tempo. Mas penso que o que propus naquela época ainda vale para os dias de hoje. Da forma como tenho acompanhado, as representações da diversidade sexual na mídia se dão basicamente em duas direções. Uma primeira direção que

coloca os sujeitos LGBT sempre em uma posição abjeta, portanto pejorativa, estereotipada e preconceituosa, típica de programas de humor, telenovelas, comerciais de TV, canais humorísticos na Internet; e uma segunda direção que é tentar entender os sujeitos LGBT pela via das retóricas de respeito e tolerância. A primeira direção parece-me bastante evidente naquilo que tem a ver com seus efeitos discursivos nocivos. Porém, a segunda direção, por parecer algo consensual, pouco desperta para uma análise de seus efeitos que, em certa medida, podem também ser tão devastadores quanto colocar na novela das 21h um personagem gay caricato dando pinta de bicha má.

O que tento argumentar é que os discursos de respeito e tolerância que povoam o universo midiático e constroem a noção de que os sujeitos LGBT precisam da compaixão para existirem como tais, camuflam um processo de normalização e ajustamento dos corpos e práticas LGBT na lógica heteronormativa. O que quero dizer com isso é que esses discursos de respeito e tolerância que se pretendem tão conciliatórios, plurais, altruístas e humanitários, trabalham em favor da manutenção da estabilidade (ainda que, paradoxalmente, provoquem algum descolamento no combate à homofobia, por exemplo) da identidade tida como heterossexual/normal. Nesse caso, os sujeitos LGBT continuam sendo percebidos e representados na mídia como vidas anormais, portanto excêntricas, esquisitas, estranhas, merecedoras apenas do respeito e da tolerância da suposta identidade tida como normal, isto é, a heterossexual. Nesse sentido, “tolerar” é discriminar e nosso esforço deveria se concentrar em discutir as formas de privilégio de quem se coloca na posição de tolerante em relação às outras experiências de vida, individuais ou coletivas, negando-as ou normalizando-as.

O que a mídia tem feito, em muitos casos, é tratar a diversidade sexual como uma espécie de sín-

tese política que pretende reunir as diferentes identidades sexuais (lésbica, gay, bissexual, trans) e tirá-las do purgatório da anormalidade onde até então habitavam, alçando-as, por meio de uma coexistência pacífica e harmoniosa, à condição de normalidade, sob o argumento de que se tais identidades também fazem parte da humanidade, é preciso que haja tolerância e respeito em relação a elas. No entanto, como sabemos, isso tem seus efeitos, cujo mais grave é a produção de violentas estratégias de homogeneização cultural e viabilização moral e econômica pelas quais esses mesmos sujeitos LGBT precisam se submeter para acessar o universo inclusivo que lhes tem sido, de forma espetacularizada pela mídia, prometido.

IHU On-Line - O tema “casamento gay”, como o define e qual a importância hoje?

Jamil Cabral Sierra - O tema do casamento gay, ou “casamento igualitário”, como vem sendo chamado no Brasil, é importante do ponto de vista da reivindicação por direitos historicamente negados à população LGBT. Nesse sentido, o casamento entre pessoas do mesmo sexo insere-se no mesmo domínio de outras reivindicações importantes, como a aprovação do nome civil de pessoas trans e a criminalização da homofobia. Diante de um contexto de fundamentalismo religioso como temos experimentado aqui no Brasil, tais pautas se fazem urgente e, penso eu, contribuiriam, se aprovadas, para construir um novo cenário na forma pela qual os sujeitos LGBT são tratados neste país.

Agora, no que tem que ver com a constituição de outras formas de união entre as pessoas, interessa dizer que, apesar de reconhecer a importância do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e de acreditar que sua implementação é, dentro do sistema atual, parte de um direito negado, penso que é preciso também supor outras formas de conjugalidade, parentesco,

envolvimentos afetivo-amorosos que, mesmo fora, inclusive, da reivindicação do casamento civil, la-tem uma experiência de encontro possível entre duas ou até mais pessoas. Pensar nessas formas incomuns de conjugalidade e parentesco, do que chamo de *vida íntima partilhada*, significaria, sobretudo, curto-circuitar a própria noção heterossexual de casamento, modelo pelo qual se cria as referências de união entre as pessoas, incluindo homossexuais.

Nesse aspecto, diante de várias interpretações sobre o tema, me interessa muito a leitura que Judith Butler¹ faz do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com a qual tendo a concordar. Para Butler é preciso mostrar também os limites que esse tipo de casamento pode impor a determinadas configurações sexuais, bem como a determinadas formas de conjugalidade que, por não serem reconhecidas pelo tipo de união legitimada socialmente, ficam ameaçadas em converterem-se em formas abjetas, ilegítimas, ilegais, o que, paradoxalmente, mesmo promovendo o combate à homofobia por um lado (de uniões gays mais próximas ao modelo heterossexual, por exemplo), pode, por outro, aumentar a violência e exclusão de outras for-

¹ **Queer**: gíria inglesa usada em referência a homossexuais. Está associada à *teoria queer*, desenvolvida nos anos 1980, nos Estados Unidos, a partir da publicação do livro *Gender Trouble*, de Judith Butler. Possui um alto grau de influência do filósofo francês Michael Foucault e suas ideias sobre a sexualidade. Sobre a *teoria queer*, confira a edição nº 32 dos **Cadernos IHU Ideias**, intitulada *A meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades*, escrita por André Sidnei Musskopf, disponível em <http://bit.ly/1etDPIk>. Musskopf também apresentou o evento IHU Ideias em 11-09-2008, debatido na entrevista Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil – a entrevista foi publicada no sítio do IHU em 07-09-2008 e está disponível em <http://bit.ly/R24T9H>. Ainda sobre o assunto, confira a entrevista *Transgressão, implosão, mistura, desconstrução e reconstrução*, com Musskopf, publicada na edição 227 da IHU On-Line, de 09-07-2007, intitulada Frida Kahlo – 1907-2007, disponível em <http://bit.ly/1glo8Et>. E a entrevista *Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol*, com Gustavo Andrada Bandeira, publicada no dia 02-05-2013 no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/10u-fBEy>. (Nota da **IHU On-Line**)

mas de vida que ensaiam práticas sexuais e sistemas de *vida íntima partilhada* distanciados do modelo reconhecido e corrigível.

Nesse aspecto, a interrogação de Butler sobre como seria possível o combate à homofobia sem, contudo, tomar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo como a pauta de reivindicação mais valorada se torna fundamental e crucial. Se as relações de parentesco ou de *vida íntima partilhada* para existirem como tais precisam se associar ao casamento e se, por consequência, não cabem, no modelo de matrimônio que se reivindica, arranjos de união que não desemboquem em uma ideia socialmente aceita de família, logo, esses arranjos se tornariam inviáveis ao projeto heteronormativo, sobrando a eles, unicamente, a abjeção e a exclusão. Além disso, ao ignorar formas de união que se dissociam de um modelo familiar reconhecível e reconhecido, corre-se o risco de transformar o matrimônio no elemento exclusivo de classificação e ordenação sexual e de gênero, bem como de organização conjugal e/ou de parentesco.

Diante desses perigos, seria preciso, da forma como concebo, desarticular os direitos e vantagens que se associam ao casamento, seja ele entre pessoas de sexos diferentes ou do mesmo sexo, pois assim se desmembrariam do casamento as vantagens civis e jurídicas que só por ele podem ser acessadas. Isso significaria não reivindicar o direito ao matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, mas, ao contrário, colocar em xeque o próprio casamento heterossexual como instância a partir da qual se organiza a vida social, civil e jurídica das pessoas.

IHU On-Line - O senhor fala em "queerização da política e da vida". O que isso significa?

Jamil Cabral Sierra - A ideia de *queerizar* a política e a vida surge, nas minhas argumentações mais

recentes, justamente do encontro que proponho estabelecer entre *atitude queer* e *atitude cínica*, proposta por Foucault em seus últimos escritos sobre estética da existência. *Queerizar* a vida talvez pudesse, nesse sentido, dizer muito mais se fosse um gesto menos preocupa-

“

Queerizar a vida poderia, então, desvincular o corpo e suas práticas das formas tradicionais de concebê-los

do em se constituir empiricamente como um grupo com identificações afins e mais em provocar uma atitude obscena, estranha, uma atitude inconformada e disforme em que, ao *queerizar-se*, essa vida fosse capaz de ensaiar outros modos de viver, em que *corpos e práticas* fossem os elementos fundantes de novas relações entre as pessoas. Pensar em termos de corpos e práticas talvez pudesse nos dar a chance de subverter uma noção de desejo tão amplamente difundida e que sustenta uma vontade de verdade pouco questionada.

Esse gesto talvez pudesse nos impelir a criar formas interacionais imprevisíveis, absolutamente radicais, sem pretensão alguma em se constituírem modelos para outras relações. Ao contrário, que fossem não mais que um exercício de um grupo com o objetivo de desvincular o sexo da sexualidade para, com isso, ensaiar relações em que o corpo e os prazeres fossem, unicamente, o catalisador dessas novas relações. Essa é a virada crucial: não pensar o desejo como algo *a priori*, anterior à prática, mas como algo que pode ou não

surgir, para algumas pessoas, com a invenção de outras práticas sexuais, isto é, de outros prazeres.

Esse é o ponto, a meu ver, que me faz ensaiar uma aproximação do que chamo de *atitude queer* com a *atitude cínica* descrita por Foucault no curso *A coragem da verdade*. Lanço essa aposta, muito particular, de associação da experiência cínica descrita por Foucault com o pensamento *queer* contemporâneo, no sentido de marcar novas possibilidades de uso teórico e político da experiência *queer* em favor do que tenho denominado de *vida vivível*. Nesse sentido, além do resgaste da vida abjeta, que no cinismo se dá por meio da figura do cão tornada virtude e na *atitude queer* por meio de sua estranheza e abjeção tornadas um caminho possível de vida, essa aproximação dá-se, também, no sentido da manifestação pública de certas práticas contrassexuais, como nos sugere Beatriz Preciado, bem como - e principalmente - da constituição de outras vivências do corpo e dos prazeres entre as pessoas.

Queerizar a vida poderia, então, desvincular o corpo e suas práticas das formas tradicionais de concebê-los, formas essas que os têm produzido como um artefato capturável pelos mecanismos de produção do que chamo de *vida vivível* e que os objetivam na lógica identitária como seu último destino e única garantia. *Queerizar* a vida poderia, ainda, constituir o ensaio de um outro exercício do viver, corpos e práticas não previstos que poderiam, ao serem deslocados, desmembrados, expandidos, desterritorializados, exercitados, experimentados, sentidos em seu avesso, em sua deformidade, em sua sujidade e abjeção, formular novas estratégias de insubmissão, provocar distensões na heteronormatividade, funcionar como questionamento ético, estético e político e, sobretudo, reivindicar a chance de uma vida diferente, essa a que tenho chamado de *vida vivível*. ■

Governamentalidade, gênero e educação, uma relação complexa

Maria Cláudia Dal'Igna sustenta que governamentalidade e gênero são ferramentas teóricas para ampliar a compreensão das formas de condução dos sujeitos

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Para além do masculino e do feminino, o conceito de gênero tem sido problematizado desde a sua formulação. Seja como categoria analítica, seja como simples referência para designar as diferenças entre os sexos, a pesquisadora Maria Cláudia Dal'Igna afirma, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, que este - juntamente com o conceito de governamentalidade - é fundamental como ferramenta teórica para ampliar a compreensão das formas de condução dos sujeitos.

Ao analisar as estratégias biopolíticas de subjetivação das condutas dos sujeitos, a professora destaca que esses são modos de intervenção na existência coletiva que são produzidos, inclusive, na escola. "Quando examinamos a produção de diferenças e desigualdades de gênero no campo da Educação e na escola, não podemos responsabilizar o/a professor/a, individualmente. Dizendo de outro modo, saberes e conhecimentos que docentes constroem na Universidade e nas relações sociais estão relacionados com o modo como eles/elas se relacionam com o/a aluno/a e suas diferenças", sustenta.

Como há discursos que são produzidos na negação, nos silêncios, Ma-

ria Cláudia sustenta que é preciso ter atenção para apreender estas práticas discursivas. "Os 'silêncios' a respeito dos insultos e as piadas sobre 'bichas', 'gays', 'travestis', 'sapatas', 'machorras', que fazem parte do cotidiano escolar, são exemplos que nos mostram como a escola é atravessada e constituída por (e, ao mesmo tempo, constitui) pressupostos de gênero e de sexualidade", sustenta. "Por isso, considero indispensável compreender que a escola não é apenas um espelho que reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade. A escola também as produz", complementa.

Maria Cláudia Dal'Igna possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, é ainda pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS/CNPq).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - A partir da perspectiva da biopolítica, quais são as articulações possíveis entre gênero e governamentalidade?

Maria Cláudia Dal'Igna - Em um conjunto de pesquisas que venho desenvolvendo e orientando, apoiando-me em dois campos te-

óricos - Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas e Estudos Foucaultianos -, discuto as possibilidades que a articulação dos conceitos de gênero e de governamentalidade oferecem em termos teóricos e metodológicos, especialmente para examinar os processos de subjetivação. Assim, sob essa perspec-

tiva, governamentalidade pode ser compreendida como uma grade de análise para as relações de poder implicadas nas formas de condução da conduta dos sujeitos, e gênero, como um elemento organizador que dimensiona essas formas de condução da conduta, na medida em que regula e modifica as rela-



Os ‘silêncios’ a respeito dos insultos e as piadas mostram como a escola é atravessada e constituída por pressupostos de gênero e de sexualidade

ções de mulheres e homens consigo mesmos, produzindo um modo de ser e de viver a feminilidade e a masculinidade. Nesse sentido, tenho afirmado que gênero e governamentalidade são duas ferramentas importantes para quem pretende examinar as formas de condução da conduta dos sujeitos e as estratégias biopolíticas contemporâneas de intervenção na existência coletiva e nos modos de subjetivação por meio dos quais os sujeitos são levados a atuar sobre si próprios, em nome da sua própria vida ou de alguma forma de vida coletiva.

IHU On-Line - Como podemos compreender o conceito de gênero?

Maria Cláudia Dal’Igna - Muitas teóricas feministas têm chamado a atenção para o fato de que o conceito de gênero, desde sua formulação e emergência no âmbito do movimento feminista, tem sido entendido a partir de diferentes posições teóricas, o que possibilita uma ampla gama de usos - seja como categoria analítica, seja como simples referência para marcar as diferenças entre os sexos. Além disso, sua adoção foi (é) alvo de polêmicos debates devido às suas implicações políticas para a luta feminista, pautada inicialmente no sujeito “mulher”, gerando ainda discussões sobre a necessidade (ou não) de problematizar as noções biologicistas de corpo e sexo. Nas últimas décadas, estudiosas como Joan Scott¹,

Linda Nicholson², Guacira Louro³ e Dagmar Meyer⁴ têm problematizado as noções de corpo, de sexo, de gênero e de sexualidade, e esse exercício tem produzido mudanças epistemológicas e metodológicas importantes no campo dos estudos feministas.

Nessa perspectiva, de modo resumido, pode-se afirmar que o conceito de gênero possibilita: (a) rejeitar e problematizar noções essencialistas e universais de mulher e de homem; (b) examinar os diferentes modos pelos quais o conceito opera estruturando o próprio social; (c) analisar formas de condução da conduta de mulheres e de homens, atentando para o pressuposto de que o feminino e o masculino são construções relacionais e

inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual) foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Ela atualmente ocupa a cadeira Harold F. Linder no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Linda Nicholson**: professora na Universidade de Washington, nos Estados Unidos, nos Departamentos de História e de Mulher, Gênero e estudos da sexualidade. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Guacira Lopes Louro**: professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. Tem como interesse de pesquisa questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Dagmar Estermann Meyer**: Possui graduação em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde é professora convidada nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Saúde Coletiva. Meyer é membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq). (Nota da **IHU On-Line**)

¹ **Joan Wallach Scott** (1941): é uma historiadora estadunidense, nascida em 18 de dezembro de 1941 no Brooklyn, cujo trabalho,

interdependentes; (d) examinar as redes de poder envolvidas no processo de diferenciação que permite classificar, hierarquizar e posicionar sujeitos femininos e masculinos.

IHU On-Line - Qual é a importância de refletir sobre as relações de gênero no campo da Educação e, principalmente, para a formação de professores?

Maria Cláudia Dal’Igna - Como professora e pesquisadora comprometida com a formação de professores, enfatizo a importância de um espaço de estudo, dentro e fora da escola, que nos permita buscar subsídios para elaborar práticas pedagógicas comprometidas com os/as alunos/as e suas diferenças. Nos cursos de licenciatura, um dos maiores desafios que temos enfrentado é formar docentes comprometidos/as com as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, capazes de mobilizar saberes disciplinares e pedagógicos que os/as façam suspeitar das crenças que possuem, por exemplo, sobre modos de “ser menino” e “ser menina”. Sobre isso, gostaria de fazer uma ressalva. Quando examinamos a produção de diferenças e desigualdades de gênero no campo da Educação e na escola, não podemos responsabilizar o/a professor/a, individualmente. Dizendo de outro modo, saberes e conhecimentos que docentes constroem na Universidade e nas relações sociais estão relacionados com o modo como eles/elas se relacionam com o/a aluno/a e suas diferenças. Nesse sentido, considere importante e instigante estudar o conceito de gênero nos cursos de formação de professores.

IHU On-Line - Por que ainda é tão difícil abordar as questões de gênero e sexualidade na escola?

Maria Cláudia Dal’Igna - Para discutir a forma como a escola trabalha com os temas gênero e sexualidade, é preciso pensar na sua gênese. Esta instituição é uma maquinaria que tem entre seus objetivos formar os indivíduos para

um tipo de sociedade. É nesse contexto que as propostas pedagógicas, embasadas na Pedagogia, na Psicologia, na Psicopedagogia, entre outros campos, criam posições distintas para meninos e meninas dentro da escola, e estes passam a ser narrados de acordo com um padrão de normalidade. Tal padrão permite determinar os/as alunos/as que estão mais próximos/as ou mais distantes do perfil desejado de aluno/a. Com base nisso, afirmo que a escola enfrenta dificuldades cada vez mais sérias e evidentes para trabalhar com as diferenças de gênero e de sexualidade. Os “silêncios” a respeito dos insultos e as piadas sobre “bichas”, “gays”, “travestis”, “sapatas”, “machoras”, que fazem parte do cotidiano escolar, são exemplos que nos mostram como a escola é atravessada e constituída por (e, ao mesmo tempo, constitui) pressupostos de gênero e de sexualidade. Por isso, considero indispensável compreender que a escola não é apenas um espelho que reflete as concepções de gênero e de sexualidade que circulam na sociedade. A escola também as produz.

IHU On-Line - Em suas pesquisas, quais foram as principais conclusões a que chegou sobre as relações entre desempenho escolar e gênero?

Maria Cláudia Dal’Igna - A temática do desempenho escolar tem sido analisada por estudos e pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento. Ao mesmo tempo, políticas e programas sociais têm focalizado o tema. Nesse contexto, o melhor rendimento das meninas tem sido justificado por seu maior interesse, atenção, esforço, enquanto os meninos não aprendem porque têm dificuldades de concentração. Essa explicação para as diferenças de rendimento entre meninos e meninas atribui às meninas - que aprendem desde cedo a serem bem-comportadas, organizadas, disciplinadas, obedientes, caprichosas - uma capacidade maior de adaptação à escola. Já os meninos teriam maior dificuldade de adaptação porque são indiscipli-

nados, agitados, desorganizados, daí seu baixo desempenho escolar. É muito comum escutarmos essas afirmações na escola.

Geralmente, reconhecemos esses modos de “ser menino” e “ser menina” como parte da natureza de ambos. É mais raro nos perguntarmos como pressupostos de gênero e sexualidade podem estar atravessando e constituindo modos de significar esses comportamentos. As pesquisas que desenvolvi nos últimos 14 anos têm utilizado o conceito de gênero como *ferramenta* para análise de tal questão. Nessas pesquisas, tem sido possível identificar as implicações das normas de linguagem, conhecimento e comportamento na criação e na demarcação de diferentes posições para meninos/alunos e meninas/alunas.

“

Governamentalidade é uma grade de análise para as relações de poder

Mecanismos de naturalização, essencialização e dicotomização são acionados e funcionam para justificar as diferenças de desempenho entre meninos e meninas.

Para explicar melhor, posso citar como exemplo uma das pesquisas que desenvolvi com professoras de crianças com baixo desempenho escolar, com histórias de múltiplas repetências. Ao final do trabalho de campo, as professoras diziam que gênero era “uma coisa sobre a qual elas nunca tinham parado para pensar”. Esse modo de mobilizar gênero está relacionado com o status que lhe é concedido: ele se constitui como algo irreconhecível, impossível de ser acolhido como verdade, por isso recusado e ignorado: “eu não vejo diferença nenhuma”, “não há diferenças”,

“a gente trata meninos e meninas do mesmo modo”. É nesse sentido que podemos dar visibilidade a um dos processos de naturalização: a negação, o silêncio, a recusa, a indiferença, são indicativos de um “jeito” de conhecer e um modo de significar as relações entre desempenho escolar e gênero.

IHU On-Line - A senhora tem afirmado que gênero opera como elemento organizador das subjetividades docentes e do desempenho escolar em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal. O que isso quer dizer?

Maria Cláudia Dal’Igna - Em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal, pode-se afirmar que é preciso agir sobre a conduta do sujeito para torná-lo capaz de agir sobre si e sobre os outros para manter-se participante e buscar soluções para os problemas sociais. Ao examinar os processos de subjetivação utilizando os conceitos de gênero e de governamentalidade como ferramentas, é possível identificar algumas tecnologias de governo que operam sobre as mulheres-professoras e sobre as mulheres-mães, levando-as a atuarem sobre si próprias, fazendo com que essas mulheres aprendam a ver-se e a julgar-se de acordo com normas (“ser mulher”; “ser professora”; “ser mãe”) estabelecidas. Em outras palavras, o conceito de gênero funciona como uma ferramenta que possibilita diferenciar as tecnologias de governo direcionadas às mulheres daquelas que focalizam as mães e as professoras. Para agir sobre a própria subjetividade, é necessário transformar pensamentos e desejos do indivíduo em objetos de inspeção e regulação. Posso citar aqui como exemplo o processo de responsabilização da mulher-mãe pelo sucesso/fracasso escolar, por meio do qual ela é levada a atuar sobre si própria para ser capaz de participar da vida escolar de seu/sua filho/a. Isso implica: incentivar o/a filho/a a estudar; ensinar o/a filho/a a relacionar-se com o mundo; frequentar a “reunião de pais”; participar do CPM; auxiliar com o dever de

casa; cuidar da saúde do/a filho/a. As práticas do self levam as mulheres-mães à autorreflexão e à autoavaliação pessoais - "Não sei se estou fazendo certo"; "Eu me sinto um pouco, digamos, sem estar participando"; "Eu poderia participar mais"; "Será que eu estou deixando a desejar em relação a isso [a educação dos/as filhos/as]?". Posso citar, também, as estratégias de intervenção sobre a mulher-professora para que ela "preste contas" de si a si mesma por sua "(in)competência" docente para ensinar, o que contribui, ainda, para materializar a culpa docente gerada pelo baixo desempenho de alunos/as e pelas avaliações locais e nacionais. Ao afirmar que gênero opera como elemento organizador das subjetividades docentes e do desempenho escolar em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal, quero enfatizar os investimentos feitos na condução da conduta da mulher para que ela se torne capaz de conduzir a si mesma como mu-

lher e como mãe, tornando-se responsável por gerar e criar filhos/as saudáveis, e como mulher e como professora, tornando-se responsável por controlar (reduzir) os riscos de um possível fracasso.

IHU On-Line - É possível construir outras relações entre homens e mulheres na sociedade?

Maria Cláudia Dal'Igna - Eu acredito que sim. E nós fazemos isso o tempo todo. Na medida em que se questiona a normatividade do gênero e da sexualidade, põem-se em xeque pressupostos de neutralidade e universalidade das normas fixadas para regular o modo como pensamos e vivemos. Essas normas podem e devem ser problematizadas. Ao serem tomadas como objetos de problematização, é possível argumentar que são produzidas num campo de forças e de relações de poder. Elas são impostas, e a elas atribuímos sentido e valor. Acredito que isso torna possível anali-

sar os processos de diferenciação conflituosos e hierarquizados que funcionam para significar as relações entre mulheres e homens na sociedade, assim como discutir as implicações dessas normas no processo de diferenciação e de posicionamento desigual de mulheres e homens. Permite, ainda, discutir as conflitualidades presentes no processo de normatização dos gêneros e das sexualidades que, ao mesmo tempo, os diferenciam e os homogeneizam. Ao fazê-lo, fragmentam e multiplicam as noções de masculinidade e feminilidade homogêneas e unitárias. Aposto que essa perspectiva de análise, que propõe a articulação dos Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas e dos Estudos Foucaultianos, pode promover a criação de possibilidades para o questionamento de alguns modos de significar os gêneros, para suspeitar deles, para ressignificá-los, para atribuir-lhes novos valores ou, de modo radical, para recusá-los. ■

ME TRÓ POLES

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO.

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

6 DE ABRIL A 10 DE JUNHO DE 2015
ihu.unisinos.br

A maternagem e a estética do controle

“Parece que, uma vez grávida, recai sobre a mulher o peso de entregar ao filho a energia não só de seu corpo, mas de sua alma”, discute Maria S. Schwengber

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

Pesquisadora de corpos-sujeitos e relações de gênero, Maria Simone Schwengber aponta que a valorização da maternidade não é algo intrínseco ao ser humano, mas uma construção cultural fruto de seu tempo. Apenas no final do século XVIII, quando surgem, pela primeira vez, recomendações escritas para que “as mães se ocupem pessoalmente dos seus filhos”, que este comportamento vai sendo introjetado. E hoje, é mais forte do que nunca.

“O que chama a minha atenção é que nunca fomos tão incitadas a sermos donas de nós mesmas, mas ao mesmo tempo nunca fomos tão reguladas e controladas na própria ocupação de si. Parece que, uma vez grávida, recai sobre a mulher o peso de entregar ao filho a energia não só de seu corpo, mas também de sua alma”, reflete.

Em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, ela alerta ainda que nossa saúde é administrada e gerenciada desde o embrião até o leito de morte. Esta ideia é reforçada não apenas por políticas públicas, nos tratados médicos ou em manuais, mas também pela mídia - tanto as tradicionais quanto as digitais. “Pode-se se dizer que a mídia passou a

monitorar os corpos, inclusive os grávidos, através de uma rede de informações, dentro daquilo que denominamos de uma biopolítica informacional”, propõe.

Schwengber trata ainda da educação afetiva-sexual nas escolas, no que diz respeito à gravidez; sobre as corporeidades que envolvem o corpo grávido - em que a gestante muitas vezes passa a ser vista apenas como a portadora de um útero; e sobre as estratégias de governo ao qual a gestante está sujeita.

Maria Simone Schwengber possui graduação em Educação Física e mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí, com doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora assistente da Unijuí. Foi organizadora de diversas publicações, como *Educação Física e Gênero: Desafios educacionais* (Ijuí: Editora Unijuí, 2013) e *Práticas Pedagógicas em Educação Física: espaço, tempo e corporeidade* (Erechim: Edelbra, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Na contemporaneidade, pode-se falar em um imperativo da maternidade? Qual é o contexto de surgimento dessa concepção e o que ela significa?

Maria Simone Schwengber - Na cultura ocidental, ser mãe remete, ao mesmo tempo, a uma etapa e um estado específico da vida feminina que envolve a gestação, o par-

to e a lactação e também para cuidados anteriores e posteriores ao parto. Estes últimos constituem um conjunto de ações de longo prazo, dentre as quais se destaca a maternagem, e que envolve também criar e educar as crianças geradas.

Um recuo no tempo, no entanto, permite-nos dizer que ser mãe foi significado, valorizado e propaga-

do de formas muito diversas nessa cultura. Por exemplo, a função maternal não era objeto de atenção nem de valorização por parte da sociedade ocidental, as mulheres não eram glorificadas pelo fato de serem mães e o amor maternal não era um valor social nem moral. Essa situação se altera apenas em finais do século XVIII, quando se opera uma espécie de revolução



O corpo grávido fragmentado é reduzido àquilo que importa dele: as partes que se localizam no espaço que vai das mamas ao baixo ventre

das mentalidades e surgem, pela primeira vez, recomendações escritas para que as mães se ocupem pessoalmente dos seus filhos.

Controle do corpo

Num certo sentido, o rigor e o controle do corpo e da saúde da gravidez na contemporaneidade vêm à tona com renovado vigor. As orientações dos estudos da puericultura¹ intraútero, nos últimos quatorze anos do século XXI, posicionam a mulher gestante como a principal responsável não só pelo desenvolvimento e proteção do feto, como também pelos pressupostos da saúde do/a filho/a quando adulto/a. Parece que expande-se com mais força, a partir daí, a ideia de que a nossa saúde é administrada e gerenciada, desde muito cedo, desde o embrião/útero até o leito de morte.

Entendo que a contemporaneidade alimenta uma renovada representação da maternidade e da gravidez a partir da reconstrução dos corpos, possibilitada pelas biotecnologias, com o aparecimento dos diferentes discursos que se multiplicaram nas políticas públicas, nos tratados médicos, em manuais, assim como nas inúmeras publicações, enfatizados pela mídia, como revistas, TV e, mais recentemente, sites, blogs, internet. Pode-se dizer que a mídia passou a monitorar os corpos, inclusive os grávidos, através de uma rede de informações, dentro daquilo que denominamos

¹ **Puericultura:** ciência médica que se dedica ao acompanhamento do desenvolvimento infantil. (Nota da **IHU On-Line**)

de uma biopolítica informacional, uma forma de governo que não depende [apenas] da relação corpo a corpo para fazer valer um poder sobre a vida, mas de um conjunto de técnicas e saberes que regulam a vida por meio das informações.

IHU On-Line - Nesse contexto, em que medida se pode falar numa educação dos corpos grávidos? Quais são os diferentes investimentos biopolíticos sobre os corpos maternos?

Maria Simone Schwengber - A partir da segunda metade do século XX, observa-se a existência de uma rede mais ampla de cuidados, de novos saberes, físicos, psicológicos, estéticos, odontológicos, nutricionais, como também uma série de produtos e serviços passa a ser destacada como fundamental a um “bom” pré-natal. A gestante, a partir daí, terá que produzir sua saúde associando diferentes práticas, a ideia de uma saúde “holística” feita pela própria gestante. Essa rede de saberes faz parte de um movimento contemporâneo que envolve uma nova politização do corpo grávido, nova não no sentido de inovadora, mas no sentido de uma atualização, exacerbação, complexificação e multiplicação de investimentos educativo-assistenciais que têm como foco [no caso, as gestantes].

IHU On-Line - De que forma revistas como a *Pais & Filhos*, por exemplo, abordam essa temática?
Maria Simone Schwengber - Essa revista é a mais tradicional do mercado brasileiro, sendo considerada

uma das publicações mais vendidas. A *Pais & Filhos* emerge em 1968, e nesse contexto se apresentou como uma espécie de aliada, na tentativa de definir um estilo de mulher-mãe brasileira atualizada, moderna. Ainda a revista faz circular o pressuposto de que sujeito (a mulher) é seu corpo. Nesse sentido ela convoca, em particular, as mulheres, para a tarefa de cuidar de si, cuidar do que têm de mais íntimo e pessoal: o corpo, a sexualidade e a funcionalidade, ligando, por exemplo, a responsabilidade dos métodos anticoncepcionais muito mais às mulheres. Como explica Foucault, o cuidado de si implica o “conhece-te a ti mesmo”, aplicando, efetivamente, ações sobre si próprio, pois, para além do conhecer-se, trata-se de governar-se.

Lendo a *Pais & Filhos*, logo nos convencemos de que seu projeto editorial opta por posicionar as gestantes de modo diferente das demais mulheres. A revista interpela a mulher gestante, colocando-a em uma posição de sujeito aprendente. O corpo grávido aparece em muitas imagens sem a roupa, como forma de olhar mais fundo, representa-a pelo seio e pelo ventre volumoso. O corpo grávido é apresentado como um corpo fragmentado, reduzido àquilo que importa dele, ou seja, algumas de suas partes: aquelas que se localizam no espaço que vai das mamas ao baixo ventre; retira essas partes do silêncio e convida o/a leitor/a a observar a função de cada uma delas. Cada parte tem um valor e uma função específica: mamas e abdômen estão relacionados com a maternidade e exigem práticas específicas de cuidado. As imagens demarcando os seios e a região pubiana produzem uma moldura de proteção e, ao mesmo tempo, de exaltação da barriga. A gestante passa a ter sua significação corporificada: a portadora de um útero. A gestante é posicionada como aquela que dá proteção, amparo à barriga, ou melhor, segurança, defesa e resguardo ao feto/embrião.

IHU On-Line - Qual é a relação das escolas com as alunas gestantes ou mães? Como elas agem ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano?

Maria Simone Schwengber - A escola é vista como instituição que tradicionalmente adota a padronização de comportamentos, condutas e pensamentos, normalizando e aceitando apenas o que está dentro dessa normalidade (idade/série compatíveis, sexualidade *escondida* ou reprimida, entre outros comportamentos e atitudes esperados dos alunos). Uma aluna gestante na escola, de um modo geral, é considerada, como escutamos nas nossas pesquisas, como uma desviante, desnaturada, anormal, estranha, fora do padrão aceito. Tem-se a impressão que sua presença mexe com a rotina escolar, desestabilizando a normalidade, permitindo, possibilitando ou até mesmo obrigando a abertura de novas discussões e tematizações na escola, como, por exemplo, os temas relacionados à educação afetiva-sexual.

De acordo com as nossas pesquisas, as escolas estudadas não possuem um projeto que trabalhe com a educação afetiva-sexual. Conforme nossos dados, "o que acontecem são ações isoladas dentro de uma ou duas disciplinas, por iniciativa de um ou dois professores e não do grupo escolar".

Observamos que na prática ainda existe uma série de entraves para que esse tema seja debatido nos espaços da educação escolar. Um deles, por exemplo, é que muitos profissionais ainda percebem os adolescentes e os jovens como pessoas 'em formação', que necessitam de orientação e tutela, e que não têm maturidade suficiente para exercer plenamente seus direitos sexuais e seus direitos reprodutivos. Isso faz com que as informações e o acesso aos materiais pedagógicos de prevenção sejam pouco divulgados nos contextos das escolas.

Gravidez na adolescência

Outro elemento importante é que gravidez na adolescência, em grande parte das escolas brasileiras, tem sido vista e tratada, como vimos na nossa pesquisa, como questão mais vinculada ao universo feminino do que ao masculino. Parece que o menino (os *guris*) é uma figura com pouca presença e com pouco poder de inclusão nos debates escolares. Entendo que exista aqui um universo educativo a ser construído, a partir de uma discussão sociocultural de gênero. Observamos, nas raras situações desse tema, que a saúde reprodutiva e a utilização de métodos preservativos residem muito mais como uma responsabilidade das meninas do que dos meninos.

Reconhecemos que há uma variedade maior de métodos anticoncepcionais disponíveis para as meninas, mas isso não justifica o esforço do envolvimento nas orientações de preservação dos meninos. Pois os meninos, tanto quanto as meninas, são partícipes na contracepção. Entendemos que a escola seja um lugar privilegiado para mudar comportamentos arraigados que atribuem às mulheres todas as responsabilidades pela contracepção e pelo número de filhos que possam ter. Desse modo, destacamos a importância de um investimento maior, no contexto escolar, em propostas que tematizem as relações de gênero desde a infância até a adolescência, devido à urgência em introduzir os meninos nessas discussões, porque a saúde afetiva-sexual e reprodutiva diz respeito a ambos. Entendemos que neste século o conceito de gênero comece, definitivamente, a fazer parte da educação escolar brasileira.

IHU On-Line - Nas suas pesquisas, a senhora analisa os discursos que (con)formam os corpos grávidos da medicina à educação física. Quais são os principais resultados encontrados?

Maria Simone Schwengber - Observamos um movimento que nos

apresenta, em uma "nova" história, nas formas de relacionamento e gerenciamento dos corpos na gravidez. Multiplica e faz circular o enunciado, que continua sendo constantemente atualizado e ampliado por diferentes discursos, de que um bom pré-natal é a linha divisória entre a vida e a morte, a saúde e a doença, a normalidade e a anormalidade, [e] o que interessa é que isso é dito às mulheres, frequentemente, e que são elas que precisam cuidar de seus corpos grávidos e dos corpos de seus filhos. As fichas, os exames ou os registros, a carteira da gestante funcionam como estratégia política para tornar visível um determinado tipo de corpo e fazer a gestante estreitar o contato com esse corpo e principalmente com o do feto para perceber as próprias condições físicas, acompanhá-las, controlá-las e, de preferência, estendê-las a cuidados infinitos.

Nessa lógica a gestante precisa de cuidados especiais no decorrer desses nove meses (e mesmo antes) e isso se aplica às atividades desde médicas, nutricionais, odontológicas, até os exercícios físicos. Grávida! [Faça] Muitos exercícios - Livre-se dos tabus e garanta o seu bem-estar e o do seu filho. No mundo ocidental, se tem afirmado "uma cultura do movimento", do exercício físico, sustentada pela ciência e pela tecnologia, sobrepondo-se aos indivíduos, aos grupos e às diferentes classes sociais, como prática importante de cuidado que (re)define seus objetivos como uma prática indispensável à saúde. Parece que hoje há uma tentativa de convencimento "da necessidade imperiosa de colocar o corpo em movimento, sem o que não há saúde". Além disso, é interessante destacar que práticas corporais (o discurso da Educação física), de modo geral, até o início do século XX, eram consideradas atitudes prejudiciais não condizentes com a gravidez e, por isso, eram desaconselhadas. Acreditava-se que as atividades corporais provocariam abortos e roubariam oxigênio do bebê. As gestantes deveriam fazer repouso.

Há uma ideia que circula na cultura que caminha na direção de fortalecer a representação da posição mulher-mãe-forte, que demonstra força, firmeza e eficiência. As práticas corporais e esportivas corroboram com a formação discursiva da mãe-forte como atributo importante para o trabalho do parto, como também posterior do exercício da maternidade. O discurso esportivo introduz na cultura, de um lado, uma referência ao rendimento extremo, à competitividade máxima e à ultrapassagem dos limites das próprias forças, de outro, associa-se à ideia de um trabalho de aprendizagem do espírito de equipe, cooperação, negociação e mesmo de superação individual. Destaco ser o território esportivo, um território que "(...) fascina e desassossega, tanto porque contesta os discursos legitimadores dos limites e condutas próprias de cada sexo, como também porque faz aparecer a tensão entre liberação e controle de emoções".

IHU On-Line - Quais são as mudanças mais marcantes nos padrões e experiências da maternidade contemporânea?

Maria Simone Schwengber - Uma das mudanças mais marcantes associa a representação da mãe controlada e preparada. Entendo que as oposições binárias - mãe-mulher preparada/despreparada, forte/fraca, resistente/frágil - reiteram uma distinção social baseada na forma física das gestantes, cuja atuação do desenrolar de uma gravidez saudável emerge como sinal de distinção social e poder. Há em curso uma valorização tanto da forma física quanto da moral (mãe com atitude) como elementos importantes de identificação.

A mãe que não assume determinados cuidados corporais sofre importantes formas de discriminação nas sociedades que cultuam o corpo e, sobretudo, nos serviços de saúde. Nesse sentido é que observamos que, aos poucos, os cuidados corporais assumem um lugar de diferenciação, chegando a funcionar, nos dias atuais, como formas de in-exclusão. Com efeito, os cui-

dados corporais mostram-se como uma forma de estar preparado para enfrentar os julgamentos e as expectativas sociais.

Dessa forma, os cuidados corporais na gravidez vinculam-se também à visibilidade social que a gestante deseja atingir, ou seja, evitar o olhar do outro ou a ele se expor. Os cuidados corporais apresentam-se como um aspecto importante de coação social, na medida em que definem não só as insígnias de cada gênero, como também engendram a distinção entre diferentes identidades. Em última análise, os cuidados corporais são práticas normalizadoras e reguladoras que capacitam os indivíduos que a elas aderem a se sentirem pertencentes à normalidade.

IHU On-Line - Nessa perspectiva, as mulheres são realmente donas de si?

Maria Simone Schwengber - As gestantes hoje são incitadas claramente a se adequarem a um modelo ótimo de estética e de aptidão total, por meio de diferentes discursos da saúde. Discursos ensinam e instigam a gestante a desenvolver uma nova saúde, mais forte, autoaperfeiçoada, alerta, alegre, firme e mais audaz que todas as saúdes até agora. Nesse contexto em que as gestantes são responsáveis não só pelo desenvolvimento e proteção do feto, mas também pela saúde do filho quando adulto.

As estratégias de governmentação propagadas pelos diferentes discursos parecem dizer às gestantes, de muitas e diferentes formas: sejam *Donas de si?* O que chama a minha atenção é que nunca fomos tão incitadas a sermos donas de nós mesmas, conhecermo-nos, ao mesmo tempo nunca fomos tão reguladas e controladas na própria ocupação de si. Parece que, uma vez grávida, recai sobre a mulher o peso de entregar ao filho a energia não só de seu corpo, mas também de sua alma.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar algum ponto não questionado?

Maria Simone Schwengber - Todo esse empreendimento dos diferentes cuidados corporais caminha talvez na direção de a grávida encaixar os corpos que estão "fora do lugar" e a deixá-los aptos (BAUMAN²). O que significa estar fora do lugar? Hoje, é ser gordo/a, ter celulite, ser flácido/a, ser sedentário/a. A partir da década de 90 do século XX adquirem um grande impulso as práticas de prevenção e de promoção da saúde e também como práticas de modelagem estética dos corpos grávidos.

É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação [da maternidade], tida como inata e natural em nossa existência, é alvo da mais meticulosa e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento. Desmistificar a essência biológica da corporalidade feminina é descortinar a construção sociocultural do processo de gravidez como *ato altamente regulável pela sociedade* contemporânea e pelas diferentes áreas do saber.

Um enunciado que me chama a atenção: O que uma mulher vive na gravidez não deve ficar em seu corpo. Deve ficar apenas em sua memória. Os corpos grávidos são admirados, desde que não exibam as marcas da sua função: *estrias, seios caídos, aumento de peso, falta de tônus muscular*. Essas marcas tornam-se objetos de repulsa. Dessa forma, a memória do processo da gravidez, marcada nas dobras da pele, converte-se em doença-deformidade. Pergunto-me: será que não acontece nada de político aí? Parece-me que essas exigências para eliminar as marcas dizem muito, não de doença, mas da saúde moral e estética de uma época. ■

² **Zygmunt Bauman** (1925): sociólogo polonês, professor emérito nas Universidades de Varsóvia, na Polônia, e de Leeds, na Inglaterra. Publicamos uma resenha do seu livro *Amor Líquido* (São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004), na 113ª edição do **IHU On-Line**, de 30-08-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon113>. Publicamos uma entrevista exclusiva com Bauman na revista **IHU On-Line** edição 181 de 22-05-2006, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon181>. (Nota da **IHU On-Line**)

Informação. Arma contra violência de gênero e garantia à saúde pública

Jeane Félix da Silva entende o debate sobre sexualidade e gênero como questões de saúde pública que precisam ser trabalhadas com jovens e profissionais de saúde

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Ainda que as questões de gênero e sexualidade não sejam os únicos temas de fronteira da contemporaneidade, são dois pontos cujo debate suscita controvérsias, sobretudo quando se leva em conta a educação de jovens e crianças. Na contramão dos avanços realizados nas últimas décadas, está o não debate sobre sexo e gênero. “A escola, assim como as instituições de ensino superior, precisa(m) promover reflexões sobre essas questões de modo a promover uma cultura de respeito às diferenças e diversidades sexuais e de gênero”, sustenta Jeane Félix da Silva, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

“Temos visto na mídia, quase todos os dias, casos de homo/lesbo/transfobia e de violências de gênero. Não podemos tratar esses casos como ‘naturais’, precisamos desconstruir a lógica heteronormativa que faz vítimas todos os dias e acredito que a escola é um caminho para essa desconstrução”, argumenta Jeane. Para a pesquisadora, trazer à tona as discussões sobre gênero e sexualidade é uma forma de levar em conta a saúde pública. “Todos os dias, no nosso país (embora não apenas nele), mulheres sofrem consequências de abortos clandestinos; a população de lésbicas, gays, travestis

e transexuais é violentada devido à intolerância e ao preconceito; jovens se infectam pelo HIV ou por outras doenças sexualmente transmissíveis; crianças e mulheres são abusadas sexualmente”, justifica.

Por fim, a entrevistada defende a promoção do trabalho junto aos jovens e aos profissionais de saúde de forma mais ampla. “É preciso fortalecer o trabalho com temas como sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, gênero, entre outros, nas escolas; voltar a investir nas ações de sexualidade do Programa Saúde na Escola; desenvolver outros projetos, programas, políticas que abordem os temas junto aos/ às jovens”, completa.

Jeane Félix da Silva possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, onde também realizou mestrado em Educação. Doutorou-se em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, onde, atualmente, faz pós-doutorado na mesma área, realizando tutoria pedagógica no Curso de Especialização em Saúde Coletiva e Educação em Saúde, oferecido em parceria com o Ministério da Saúde.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Qual a importância de se debater em sala de aula questões de gênero e diversidade sexual?

Jeane Félix da Silva - Gênero e sexualidade atravessam a vida de todos/as nós. Relacionam-se às nossas escolhas e vivências afetivas e sexuais, aos modos como nos constituímos como sujeitos nessa cultura, aos modos como nossas identidades sexuais e de gênero

vão sendo produzidas. Nesse sentido, a escola, assim como as instituições de ensino superior, precisa(m) promover reflexões sobre essas questões de modo a promover uma cultura de respeito às diferenças e diversidades sexuais e de gênero. Temos visto na mídia, quase todos os dias, casos de homo/lesbo/transfobia e de violências de gênero. Não podemos tratar esses casos como “naturais”, precisamos

desconstruir a lógica heteronormativa que faz vítimas todos os dias e acredito que a escola é um caminho para essa desconstrução. Não tenho, todavia, uma visão romântica de que a escola vai resolver tudo, principalmente porque na escola também estão pessoas conservadoras, que não se importam com as violências contra LGBTs e contra mulheres, que acham que esses temas não devem ser aborda-



Não gosto dessa ideia de tolerância. É preciso uma cultura baseada no respeito das escolhas individuais e coletivas, promover uma cultura de respeito

dos formalmente pelos currículos. Temos visto retrocessos na abordagem desses temas nas escolas e no âmbito das políticas públicas, a exemplo do Programa Saúde na Escola¹, que é uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação; também reduziram as ações voltadas a esses temas, indicando um recuo, por parte do governo, na abordagem dessas questões. Por tais razões, acredito que gênero e sexualidade são temas que precisam ser trabalhados nas escolas e que não podemos abrir mão de abordá-los.

IHU On-Line - Por que debater gênero e sexualidade significa, também, discutir saúde pública?

Jeane Félix da Silva - Porque todos os dias, no nosso país (embora não apenas nele), mulheres sofrem consequências de abortos clandestinos; a população de lésbicas, gays, travestis e transexuais é violentada devido à intolerância e ao preconceito; jovens se infectam pelo HIV ou por outras doenças sexualmente transmissíveis; crianças e mulheres são abusadas sexualmente. Entre tantos outros, esses são alguns exemplos do quanto as questões de gênero e sexualidade precisam ser refletidas, inclusive (talvez principalmente) nas escolas. Tratar esses temas como secundários (ou simplesmente invisibilizá-los) tem efeitos diretos na saúde pública, uma vez que as pessoas vítimas

¹ Programa Saúde na Escola – PSE: política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. (Nota da IHU On-Line)

de violências e abusos podem desenvolver doenças e infecções em decorrência desses abusos e que, em parte expressiva dos casos, essas pessoas são atendidas pelos serviços públicos de saúde. Acredito que refletir sobre gênero e sexualidade pode prevenir abusos, violências, infecções, gravidezes não planejadas, etc. Não se trata de abordar esses temas apenas do ponto de vista da promoção da saúde e da prevenção de doenças, é importante abordá-las no sentido dos prazeres, das identidades, das experimentações, do respeito individual e coletivo, mas, também nessa direção, acredito que estamos atuando no campo da saúde. Nesse sentido, é fundamental que profissionais de saúde estejam preparados para atender de modo acolhedor, respeitando as dores dos/as usuários/as, reduzindo, assim, as vulnerabilidades institucionais que são comuns em casos de aborto e violência contra mulheres e LGBT, em que, muitas vezes, se responsabilizam as vítimas pelo modo como estavam vestidas, por estarem em um determinado lugar tarde da noite, por estarem “dando pinta”, etc. Precisamos rever essa lógica, pois a vítima NUNCA É CULPADA. Isso é também produzir saúde!

IHU On-Line - Como é, atualmente, o trabalho junto aos jovens que vivem com o vírus HIV?

Jeane Félix da Silva - No Brasil, as ações de prevenção junto aos jovens acontecem, em geral, nas escolas (embora no âmbito das políticas públicas essas ações tenham deixado de ser prioridade), nos serviços de saúde (em menor proporção), em organizações não

governamentais e grupos/redes de jovens. As metodologias empregadas vão desde as tradicionais palestras e debates em aulas ao desenvolvimento de projetos, exibição e discussão de filmes, uso de redes sociais, etc. Há bastante transmissão de informações sobre as formas de prevenção e poucas reflexões sobre as possibilidades de viver com HIV ou de ser acometido por outras doenças sexualmente transmissíveis. Não é novo dizer isso, mas precisamos investir em ações que superem a mera transmissão de informações (até porque as informações estão por toda parte, à distância de um clique), que dialoguem sobre os efeitos da infecção, as possibilidades de tratamento, os desafios de uma vida com acompanhamento frequente de profissionais de saúde e da ingestão diária de medicamentos, incluindo os seus efeitos colaterais. Acredito que o desafio está em trabalhar com metodologias que se aproximem dos/as jovens, que dialoguem com seus desejos e suas experiências, por meio de aplicativos para celular e do uso das redes sociais, além de ir aos seus espaços de socialização. Na minha experiência com o tema, tenho visto que o que mais funciona é fazer com (e não para) os/as jovens, ouvir suas demandas e necessidades para desenvolver estratégias que sejam adequadas a elas.

IHU On-Line - De que ordem são os desafios no tratamento deste público? Como as questões patológicas impactam em outros âmbitos de sua vida?

Jeane Félix da Silva - Os desafios, do meu ponto de vista, estão relacionados ao fato de que os/as jovens mudaram, seus espaços de socialização são outros, as linguagens utilizadas por eles/as mudam a todo instante e nós, profissionais de educação, de saúde, familiares, etc. não conseguimos acompanhar essas transformações. Continuamos transmitindo informações e refletindo pouco sobre os efeitos de uma infecção na vida de uma pessoa. Além disso, é preciso se dar conta de que ter informação

não é suficiente para mudar comportamento e que, para alguns/as jovens, o risco pode ser prazeroso. Outro desafio é desconstruir a lógica do amor romântico que vulnerabiliza muitos jovens, mulheres e homens. Ouvi de vários jovens soropositivos/as com quem trabalhei que a infecção ocorreu no âmbito de relações estáveis, com pessoas que amavam e que deixaram de se prevenir quando uma relação de confiança foi estabelecida, o que às vezes aconteceu após dois ou três encontros.

Para um/a jovem que vive com HIV os impactos da soropositividade podem ser de várias ordens, por exemplo: é preciso ir com frequência ao serviço de saúde e, em vários casos, tomar medicamentos cotidianamente; acostumar-se com os efeitos colaterais desses medicamentos é outro impacto da infecção nas suas vidas com o qual é preciso aprender a lidar; os efeitos de alguns medicamentos na aparência física (por exemplo, o surgimento da lipodistrofia, que seriam alterações anatômicas provocadas pela distribuição irregular da gordura corporal); contar ou não contar o diagnóstico a parceiros/as afetivos e sexuais, à família, aos colegas de trabalho, amigos/as. A AIDS é uma doença com efeitos morais bem marcados que têm origem na ideia inicial (e equivocada) de que ela atingia apenas pessoas dos chamados grupos de risco - gays, usuários/as de drogas e prostitutas. É preciso aprender a lidar com todos esses efeitos e isso não é nada simples. Por isso, argumento que é preciso refletir sobre essas questões no âmbito das escolas (e também das instituições de ensino superior).

IHU On-Line - Tendemos a perceber as biopolíticas de Estado como aspectos inibidores de nossas liberdades, entretanto, do ponto de vista da saúde pública, algumas práticas biopolíticas - campanhas de vacinação, políticas públicas, etc. - permitem controlar epidemias. Nesse sentido, quais são os desafios para manter um equilíbrio entre o

bem-estar coletivo e a autonomia dos sujeitos?

Jeane Félix da Silva - Essa é uma pergunta difícil de responder. Bom, não tenho dúvidas de que, do ponto de vista da saúde pública, é preciso desenvolver estratégias biopolíticas para conter doenças e epidemias. No caso das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS é fundamental que o Estado desenvolva estratégias para assistência às pessoas infectadas pelo HIV e campanhas de prevenção para reduzir o número de novas infecções. O desafio, me parece, é disponibilizar o maior número possível de estratégias de prevenção que se adaptem aos diferentes estilos de vida das diferentes pessoas e ao mesmo tempo ter nitidez que essas

“

Precisamos desconstruir a lógica heteronormativa que faz vítimas todos os dias e acredito que a escola é um caminho para essa desconstrução

estratégias nunca serão suficientes; investir em campanhas de comunicação de massa diferentes daquelas que associam o HIV ao medo e à morte, pois essas campanhas não fazem sentido para os/as jovens; ampliar as ações educativas que refletem sobre o tema no âmbito das escolas. Numa sociedade como a nossa, as pessoas têm direito de fazer suas escolhas, mesmo que o efeito dessas escolhas seja, por exemplo, a infecção pelo HIV, e isso se coloca como um grande limite para quem formula e implementa políticas públicas no campo do HIV/AIDS no nosso país.

IHU On-Line - Como o debate sobre diversidade sexual auxilia no avanço tanto nas políticas públicas quanto na construção de uma cultura da tolerância e respeito ao outro?

Jeane Félix da Silva - Não gosto dessa ideia de tolerância. Acho que é preciso promover uma cultura baseada no respeito das escolhas individuais e coletivas, promover uma cultura de respeito aos direitos humanos. O debate sobre a diversidade de possibilidades de viver a sexualidade e as várias identidades de gênero é importante, pois promove a reflexão sobre os direitos humanos de grupos identitários e também os direitos individuais e coletivos. É preciso romper com a lógica fundamentalista que tem ganhado cada vez mais espaço (na mídia e também no âmbito político), é preciso avançar no debate sobre o Estado Laico e sobre os direitos individuais e coletivos.

É inadmissível retrocedermos em relação aos direitos humanos, ao respeito às diversidades e diferenças de gênero e sexualidade, e temos retrocedido. Desde a década de 1990, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no campo da educação, onde a sexualidade deveria ser abordada nas escolas como tema transversal, houve vários avanços no campo das políticas públicas (lançamento de projetos e programas, publicação de materiais didáticos pedagógicos) e isso foi retrocedendo nos últimos quatro anos. Estamos vivendo um momento delicado de secundarização do tema, ao passo que temos visto casos de violência contra LGBT com muita frequência na mídia. O Governo Federal vetou a distribuição de materiais voltados ao trabalho com o tema da sexualidade nas escolas (por parte do Ministério da Educação, foi vetado o Kit Anti-Homofobia, que ficou mais conhecido como “Kit Gay” e, no âmbito do Ministério da Saúde, houve veto de campanhas de HIV voltadas ao público LGBT e de guias educativos que integravam o conjunto de materiais do Programa Saúde na Escola) e reduziu os in-

vestimentos técnicos na implementação de ações que abordassem o tema. Isso é inadmissível! Precisamos reverter esses retrocessos.

IHU On-Line - Tendo em vista o cenário atual, quais foram os avanços mais significativos na última década e quais são os limites no debate deste tema?

Jeane Félix da Silva - Penso que, atualmente, é possível indicar mais retrocessos do que avanços, infelizmente. Vínhamos de diversos avanços no campo do trabalho com os temas gênero e sexualidade nas escolas, citando alguns: publicação de Parâmetros Curriculares Nacionais (que são da década de 90); publicação de diversos materiais educativos no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação; implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, em 2003 e, em 2007, do Programa Saúde na Escola, ambos desenvolvidos em parceria pelos Ministérios da Saúde e da Educação junto com Estados e

municípios, além de Organizações das Nações Unidas; realização de quatro Mostras Nacionais do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que propiciava a troca de experiências entre profissionais que desenvolviam ações nas escolas e unidades de saúde; Curso Gênero e

todo o país e conseguiram reunir um número expressivo de profissionais, jovens e familiares em reflexões sobre sexualidade, gênero, enfrentamento do racismo, promoção de saúde. Desde 2010, porém, os investimentos nesses processos foram diminuindo, em parte por pressão de parlamentares que integram grupos religiosos e fundamentalistas. Isso poderá ter efeitos sérios em curto e médio prazo.

Penso que precisamos de um movimento que retome a importância do trabalho com esses temas junto aos/às jovens e aos/às profissionais de educação e de saúde. Não acho que falta informação, falta é um trabalho educativo mais amplo. É preciso fortalecer o trabalho com temas como sexualidade, saúde sexual e saúde reprodutiva, gênero, entre outros, nas escolas; voltar a investir nas ações de sexualidade do Programa Saúde na Escola; desenvolver outros projetos, programas, políticas que abordem os temas junto aos/às jovens. ■

“
É possível indicar mais retrocessos do que avanços, infelizmente

Diversidade na Escola, desenvolvido por universidades em parceria com o Ministério da Educação; outros vários cursos de formação de professores/as e profissionais de saúde para lidar com os temas. Essas ações foram desenvolvidas em



Corpo, gênero e corporalidades na Educação Física escolar

Priscila Gomes Dornelles explora a necessidade de esta disciplina superar a compreensão binária e heteronormativa nas formas de vida gênero-sexualizadas

Por Márcia Junges e Andriolli Costa

Práticas pedagógicas da Educação Física escolar não se limitam à recreação e ao esporte. Para a professora e pesquisadora Priscila Dornelles, a disciplina está comprometida com a cultura corporal. Esta, formada e conformada por lutas, jogos, ginásticas e danças, é formadora de um sujeito escolar a partir de uma “base gênero-sexualizada do conhecimento”.

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Dornelles defende que a Educação Física cria uma representação do mundo, do corpo, do gênero e da sexualidade. E pergunta: “Como as práticas pedagógicas desta disciplina contribuem na produção das formas de vida gênero-sexualizadas reconhecidas ou não e posicionadas ou não nos limites do que entendemos por corpo?”. A consciência destes processos, cuja teoria *queer*¹ vem colaborando para

problematizar, pode colaborar para superar a compreensão binária e heteronormativa de gênero.

“Estas perguntas se movimentam na Educação Física quando, por exemplo, há a divisão de meninos e meninas de modo corriqueiro e unicamente nas aulas deste componente e/ou na re-locução de um menino supostamente homossexual no grupo das meninas. Isto se dá também na explicação pedagógica de como deve ser o ataque em uma aula de voleibol, onde o professor orienta: ‘Não bate na bola que nem *viado*’ e/ou, ainda, na naturalização do assédio sexual dos meninos com relação às meninas nas aulas deste componente na escola”.

Priscila Gomes Dornelles é licenciada em Educação Física, especialista em Pedagogias do Corpo e da Saúde, mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Integra o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero - GEERGE/UFRGS, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física - GEPEFE/UFRB e o Núcleo Gênero, Diversidade e Sexualidade - CAPITU/UFRB. Professora do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), coordena o subprojeto de Educação Física e o programa de extensão “Cultura Corporal em Ação” na mesma instituição. É organizadora dos livros *Educação Física e gênero: desafios educacionais* (Ijuí: Unijuí, 2013) e *O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade* (Cruz das Almas: EdUFRB, 2013).

Confira a entrevista.

¹ **Teoria Queer:** gíria inglesa usada em referência a homossexuais. Está associada à *teoria queer*, desenvolvida nos anos 1980, nos Estados Unidos, a partir da publicação do livro *Gender Trouble*, de Judith Butler. Possui um alto grau de influência do filósofo francês Michael Foucault e suas ideias sobre a sexualidade. Sobre a *teoria queer*, confira a edição nº 32 dos **Cadernos IHU Ideias**, intitulada *À meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades*, escrita por André Sidnei Musskopf, disponível em <http://bit.ly/1e-tDPIk>. Musskopf também apresentou o evento IHU Ideias em 11-09-2008, debatido na entrevista *Via(da)gens teológicas. Itinerários de uma teologia queer no Brasil* – a entrevista foi publicada no sítio do IHU em 07-09-2008 e está disponível em <http://bit.ly/R24T9H>. Ainda sobre o assunto, confira a entrevista *Transgressão, implosão, mistura, desconstrução e reconstrução*, com Musskopf, publicada na edição 227 da IHU On-Line, de 09-07-2007, intitulada *Frida Kahlo – 1907-2007*, disponível em <http://bit.ly/1glo8Et>. E a entrevista *Torcidas Queer e a homofobia nos estádios de futebol*, com Gustavo Andrada Bandeira, publicada no dia 02-05-2013 no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1oufBEy>. (Nota da **IHU On-Line**)



Alunos e alunas de uma escola têm histórias de vida distintas, portanto, há uma diversidade de modos de ser menino e ser menina que não pode ser reduzida às diferenças biológicas

IHU On-Line - De que ordem são os desafios com relação ao debate e à problematização de temas como corpo, gênero e sexualidade na escola hoje?

Priscila Gomes Dornelles - Na esteira das discussões feministas que dialogam com a teoria *queer* e considerando aproximações com a produção foucaultiana, trabalho com uma concepção de escola como uma instituição moderna atuante nas tramas biopolíticas, mas, também, como espaço de produção de micropolíticas. A escola, deste modo, atua como peça importante na relação entre o Estado e a regulação dos sujeitos sociais. Um dos desafios deste debate é posicioná-la e visibilizá-la como este espaço de produção de políticas de regulação heteronormativas.

Apesar das grandes contribuições das produções acadêmicas nos últimos anos que tomam como foco problematizar o gênero e a sexualidade na escola, ainda é preciso assumir e visibilizar esta instituição nas suas tramas cotidianas de regulação do gênero e da sexualidade. Esta visibilidade se torna importante tanto pelo escape a uma posição da escola como “redentora” do sujeito, concepção que é assumida, principalmente, a partir da influência e da contribuição das teorias críticas no espaço educacional, como por uma possibilidade de produzir micropolíticas de resistência e de alargamento das normas de gênero e sexualidade a partir, principalmente, do pensar a potência no campo do desejo, da

criatividade, das possibilidades do corpo.

Outro desafio importante e contundente para a produção destas micropolíticas que tensionam as margens heteronormativas é disputar os modos de conhecer postos em movimento na escola. Judith Butler¹ nos convida a empreender análises sobre os campos de inteligibilidade através dos quais os sujeitos se tornam (im)possíveis e (ir)reconhecíveis. Para esta autora, a relação entre normas de gênero e reconhecimento é potente para problematizarmos os modos de viabilidade do sujeito social. Deste modo, é preciso ainda que se dispute o que conta como conhecimento no currículo escolar de modo a produzirmos outros referentes de corpo, de gênero e de sexualidade que demarquem um campo de possibilidades para os sujeitos escolares.

Isto significa que acredito na ação das suspeitas e das ironias sobre a ação cristalizadora e essencializadora das referências de gênero postas no âmbito curricular escolar, as quais tanto matizam o que é um corpo, num movimento repetitivo, como invisibilizam o

¹ **Judith Butler:** filósofa pós-estruturalista, é uma das principais teóricas contemporâneas do feminismo, teoria *queer*, filosofia política e ética. Professora da University of California em Berkeley (Maxine Elliot Professor), obteve seu Ph.D. em filosofia na Yale University em 1984 e sua dissertação foi publicada como *Subjects of Desire: Hegelian Reflections in Twentieth-Century France*. Na década de 1980, envolveu-se nos esforços de crítica ao estruturalismo presente na teoria feminista ocidental (Claude Lévi-Strauss). (Nota da **IHU On-Line**)

caráter ficcional da produção deste corpo que importa. Visibilizar estas normas e, ao mesmo tempo, pautar a potência dos corpos e do desejo é estratégico. Acredito que, no campo das problematizações citadas nesta questão, temos uma “dupla ação” contundente.

IHU On-Line - Suas pesquisas têm articulado os estudos feministas, a teoria *queer* e os estudos foucaultianos para refletir sobre estes temas. Quais as principais contribuições dessas teorias para o campo da Educação Física?

Priscila Gomes Dornelles - O diálogo e/ou as amarrações que proponho e que são possíveis entre estas perspectivas têm me permitido convocar a Educação Física escolar para uma prática de desconfiança e de análise cotidiana sobre os modos através dos quais esta disciplina regula, organiza e define o que conta como (i)narrável, (in)vivível e (in)concebível em relação aos corpos na escola. As práticas pedagógicas da Educação Física escolar, as quais, em geral e de modo rasteiro são postas como modos de recrear e/ou nos sentidos rasos da recreação e do esporte, estão comprometidas com o trato com um objeto de ensino que é a cultura corporal - conformada por conteúdos como o esporte, as lutas, os jogos, a ginástica, a dança, como expressões mais potentes. O que venho apontando é que, no trato pedagógico com a cultura corporal, a Educação Física escolar também investe no perfazer do sujeito escolar a partir de uma base gênero-sexualizada do conhecimento.

Há, nesta disciplina escolar e no trato com a cultura corporal, a formação e a elegibilidade de uma forma de representar o mundo, o corpo, o gênero, a sexualidade, ou seja, aquilo que conta como humanidade. As provocações *queer* tentam refutar as políticas de afirmação que funcionam ‘jogando o jogo’ da produção do (não) humano. Mais do que a visibilização e/ou a emancipação de um dos polos oprimidos nesses antagonismos sociais de classe, de raça, de gênero

ro e de sexualidade, por exemplo, considera-se, aqui, a necessidade de perguntar que repertório cultural e que jogos epistemológicos são esses que nos definem pelas contribuições específicas da Educação Física escolar? Que restringem nossos corpos e os tornam (im) possíveis? Que regimes de inteligibilidade, ou melhor, que esquemas históricos gerais são estes que estabelecem âmbitos do que é possível conhecer definindo sentidos sobre o que somos? Como as práticas pedagógicas desta disciplina contribuem na produção das formas de vida gênero-sexualizadas reconhecidas ou não e, com isso, posicionadas ou não nos limites do que entendemos por corpo?

Estas perguntas se movimentam na Educação Física quando, por exemplo, há a divisão de meninos e meninas de modo corriqueiro e unicamente nas aulas deste componente e/ou, ainda a partir desta divisão, na relocação de um menino supostamente homossexual no grupo das meninas. Isto se dá também na explicação pedagógica de como deve ser o ataque em uma aula de voleibol, onde o professor orienta: “Não bate na bola que nem *viado*” e/ou, ainda, na naturalização do assédio sexual dos meninos com relação às meninas nas aulas deste componente na escola.

Estas situações são contextuais e/ou se apresentam de forma ampliada no cenário da Educação Física escolar brasileira. A partir delas e dialogando com elas, o que os Estudos Feministas que se colocam em diálogo com a teoria *queer* evidenciam como contribuição para esta área e para esta disciplina escolar, primeiramente, é a afirmação de que a Educação Física escolar atua educando para uma forma de conhecer o gênero e a sexualidade. Em um segundo momento, indico que estas teorizações apresentam a potência das análises complexas ao considerarem as relações contextuais, dependentes e contingentes definidoras e produzidas pelas tramas de saber-poder. Ou seja, afirmações totalizadoras de como tratar as questões de gê-

nero e de sexualidade na Educação Física escolar são tensionadas, em função, inclusive, de uma assunção interseccional das tramas heteronormativas a partir de categorias como gênero, raça, sexualidade, regionalidade, idade, etc.

Seguindo os rastros de Judith Butler em uma entrevista, é possível pensar que a pergunta “‘O que deve ser feito?’ líquida por antecipação todo o problema do contexto e da contingência, e eu realmente acho que as decisões políticas são tomadas naquele momento vivido e não podem ser previstas a partir do nível da teoria”² (BELL, 1999, p. 167). Isso significa, em certa medida, potencializar as políticas escolares de contraconduta e de resistência aos modos heteronormativos de produção dos corpos na Educação Física escolar.

IHU On-Line - Você tem analisado como e quais processos de normalização do gênero e da sexualidade são postos em movimento no discurso pedagógico da disciplina de Educação Física. O que isso significa?

Priscila Gomes Dornelles - Primeiramente, como já indicado na questão anterior, significa que a Educação Física escolar faz mais do que educação do gesto motor, uma ação de iniciação esportiva e/ou o trato com os temas da cultura corporal, especificamente com relação a este último, quando o faz. A Educação Física escolar tem investido de forma contundente na proposição e/ou no aperfeiçoamento de práticas pedagógicas que produzem os corpos a partir de políticas próprias no campo do gênero e da sexualidade. Na pesquisa de doutorado³ que produzi, algumas tramas

pedagógicas apontaram para este perfazer heteronormalizador desta disciplina escolar.

A partir das análises que desenvolvi, a categoria sexo é posta como conformadora do conhecimento sobre sexualidade possível nesta disciplina escolar, funcionando como a base conceitual delimitadora das ações (hetero)normativas forçadas na escola. Este plano conceitual funciona estrategicamente na escola de forma interdisciplinar, quando o trato com a sexualidade é acionado através da realização de feiras pedagógicas e da apresentação de seminários por parte dos/das discentes. Pautadas pelo exercício político da regulação da vida promovido pelo discurso da saúde e da biologia, estas estratégias pedagógicas são possíveis e atuais em função da força do debate da educação em saúde na escola, o qual é exercido pela disciplina de Educação Física.

As feiras e os seminários voltados para o trato com as temáticas do conhecimento do corpo e da prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e ao HIV/AIDS aparecem como práticas pedagógicas recorrentes na Educação Física escolar no interior baiano, onde realizei a minha pesquisa de doutorado. Contudo, estas e outras práticas desta disciplina com foco nas discussões sobre sexualidade, quando orientadas pelo discurso da saúde e da biologia dos corpos, apontam para um modo de compreensão desta temática apenas como saúde sexual e reprodutiva e/ou, de forma mais incisiva ainda, como prevenção de gravidez e doenças. Desta forma, as práticas-pedagógicas estariam embasadas no enunciado do ‘sexo seguro’ como forma de regular os corpos saudáveis.

Pesquisas

A proposição de uma pesquisa sobre a relação entre a Educação Física escolar e sua atuação

Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013. (Nota da entrevistada)

2 “‘What is to be done?’, it pre-empts the whole problem of context and contingency, and I do think that political decisions are made in that lived moment and they can’t be predicted from the level of theory”. Ver mais em BELL, Vikki. On speech, race and melancholia: an interview with Judith Butler. *Theory, Culture & Society*, vol. 16, n. 2, 1999, p. 163-174. (Nota da entrevistada)

3 DORNELLES, Priscila Gomes. *A (hetero) normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade

heteronormativa é política, pois aponta para esta área de atuação profissional e de produção acadêmica, a sua funcionalidade escolar em regime de silêncio sobre as formas de vida que destoam da heterossexualidade.

Ao engajar-se pedagogicamente no trato com “as doenças que a sexualidade traz”, a Educação Física escolar coloca em movimento uma relação constante entre sexualidade e perigo e/ou entre sexualidade e risco. Ao tempo em que atua pedagogicamente promovendo o trabalho preventivo-biológico na escola, o faz performativamente disciplinando o desejável, no campo das experiências possíveis articuladas em torno do conceito de sexualidade.

Utilizo exemplos da tese que construí, mas poderíamos trazer outros, como a frase já citada por um professor de Educação Física em uma aula de voleibol ao ensinar como atacar nesta modalidade. “Não bate na bola que nem viado!” atua pedagógica e estrategicamente colocando em ação a compulsoriedade da heterossexualidade nesta disciplina escolar. Esta posição se manifesta também, por exemplo, com a presunção de que todos e todas devem aprender, unicamente, um modo de uso da camisinha masculina - em geral, ensaiando a colocação deste preservativo em um objeto fálico (em associação ao pênis), pois parece ser ininteligível propor a apresentação de preservativos (nos modelos feminino e/ou masculino) para as estudantes como essenciais para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis no ato do sexo oral (realizado nas relações entre mulheres e/ou entre homens e mulheres).

Neste sentido, acredito que a normalização operada pela Educação Física escolar atua em contribuição à ideia da produção (educativa) do desejo, conforme aponta Judith Butler⁴ (2006). A autora afirma que a sexualidade “se extingue

pelas restrições, porém também é mobilizada e incitada pelas restrições⁵” (2006, p.33). Assim, através de uma pedagogia pautada em discursos preventivo-biológicos, pauta-se a política heteronormativa dos corpos na escola.

IHU On-Line - Especificamente nas aulas de Educação Física, há, em grande medida, a divisão das atividades entre meninos e meninas. Há formas de superar essa divisão? Que prejuízos do ponto de vista da formação integral dos sujeitos tal prática implica?

Priscila Gomes Dornelles - Historicamente, a separação de meninos e meninas nas aulas de Educação Física já esteve amparada legalmente. Especificamente, é possível citar o Decreto nº 69.450⁶, de 1 de novembro de 1971, o qual regulamentava a sistemática da área Educação Física na educação nacional a partir daquele ano. Além disso, estudiosos/as da área têm tratado da separação em pesquisas acadêmicas buscando evidenciar seu caráter cotidiano, sua funcionalidade pedagógica e sua operacionalização a partir de uma concepção de gênero.

A separação, em geral, é operacionalizada a partir da divisão das turmas escolares em novos grupos de meninos e de meninas apenas para fins de realização das aulas de Educação Física e/ou através da separação que ocorre nas aulas mistas dentro de uma mesma turma. Basicamente, a separação nas aulas funciona com base no sexo e, com isso, tenho discutido⁷ como esta ação reifica o funcio-

namento de uma norma de gênero na Educação Física escolar, pois se constitui a partir de um binarismo masculino-feminino considerado natural nas aulas deste componente. Não é novidade este binarismo ser assumido e empenhado pedagogicamente nas aulas de Educação Física.

A partir de algumas abordagens teóricas, poder-se-ia discutir que as distinções efetuadas com base no sexo binário nas aulas de Educação Física se dão, apenas, para fins de organização das atividades escolares, sem implicações diretas no teor educativo e constitutivo dos sujeitos escolares. Contudo, a partir de uma proposição foucaultiana de análise, a dimensão organizativa é imprescindível ao funcionamento normativo. Desta forma, a organização de atividades com separação de meninos e meninas é constituída por e constitui o sexo como medida para a normalização disciplinar produtiva neste componente curricular escolar. Exemplos desta tentativa de normalização acontecem quando uma prática avaliativa supõe a realização de dez agachamentos para as meninas e quinze apoios para os meninos; e/ou quando conteúdos pedagógicos como o futebol são apresentados para os meninos e quando conteúdos como o handebol são tratados com as meninas supondo que estas propostas pedagógicas são possíveis e adequadas a partir do seu gênero.

Nestas duas formas de organização pedagógica da Educação Física escolar, há relatos empíricos nos quais meninos supostamente homossexuais são tensionados a realizarem as atividades destinadas às meninas. Percebe-se aí como esta disciplina, ao assumir o conceito de sexo como sistema binário oposicional como base para a utilização da separação nas suas aulas, convoca “normas e convenções que restringem ou cortam as condições de vida⁸” (BUTLER, 2006, p.23). Opera-se de

4 BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Tradução: Patrícia Soley-Beltran. Barcelona:

Ediciones Paidós Iberica, 2006. (Nota da entrevistada)

5 “Se extingue por las restricciones, pero también es movilizada e incitada por las restricciones”. (Nota da entrevistada)

6 Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=96354>. (Nota da entrevistada)

7 DORNELLES, Priscila Gomes. *Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na educação física escolar na perspectiva de gênero*. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2007. (Nota da entrevistada)

8 “[...] normas y convenciones que restringen o coartan las condiciones de vida”. (Nota da entrevistada)

forma restritiva com a linearidade sexo-gênero-sexualidade - o sexo (macho/fêmea) determinaria, respectivamente, uma identidade de gênero naturalizada (masculinidade ativa/feminilidade passiva) e, conseqüentemente, o desejo pelo sexo oposto (mulheres/homens). Ao mesmo tempo em que é fundamental compreendermos que existem sujeitos que escapam desta linearidade. Pensar sobre a separação significa pensar sobre a atuação deste componente curricular como generificador e produtor dos corpos. Se não é isso, então por quais razões não separamos com base em outros critérios?

É necessário pontuar que ao propor tais questões não significa que esteja em acordo com propostas pedagógicas para a Educação Física escolar sustentadas no conceito de homogeneidade, muito pelo contrário. Os alunos e alunas de uma mesma escola têm histórias de vida, condições socioeconômicas, experiências motoras, acervo cultural e interesses distintos, portanto, há uma diversidade de modos de ser menino e de ser menina que não pode ser reduzida às diferenças biológicas.

Com relação às possibilidades de trabalho pedagógico que rasurem com estas bases generificadas que produzem a separação nos moldes citados, considero fundamental e possível trabalhar com o reconhecimento das diferenças e das formas de ser sujeito de gênero nas aulas de Educação Física como uma posição política transversal à proposta curricular desta disciplina como modo de potencializar as multiplicidades dos corpos. Na esteira deste desejo, é fundamental problematizar o próprio currículo escolar deste componente para fugirmos de propostas pautadas apenas no trabalho com o "quarteto fantástico" (vôlei, futsal, handebol e basquete) e promovermos, de forma ampla, o trato com o conhecimento relacionado à cultura corporal sistematizado historicamente, pois é potente a multiplicidade de experimentações corporais possíveis nas aulas de

Educação Física decorrentes desta concepção curricular.

IHU On-Line - Algumas estudiosas feministas têm afirmado que o futebol, como outros esportes, é uma maquinaria que fabrica gêneros e reforça os lugares do feminino e do masculino? A senhora concorda com isso? Por quê?

Priscila Gomes Dornelles - Não sei se é possível colocar o futebol como uma maquinaria, seguindo os rastros da produção foucaultiana. Prefiro pensá-lo como uma pedagogia cultural potente, quando associado aos modos pelos quais ele se apresenta como esporte de rendimento profissional masculino no Brasil. Refiro-me a este conceito trabalhado pelo Tomaz Tadeu da Silva⁹ porque sugiro que esta modalidade, da maneira em que é difundida e vivida no cotidiano, promove esquemas de inteligibilidade e elegibilidade dos corpos que (não) importam, por vezes, colocando em funcionamento racismos, homofobias e sexismo para visibilizar e reverberar algumas posições hierárquicas de sujeito a partir deste/neste contexto específico do esporte.

Com relação ao gênero, me interrogo sobre as categorias de conhecimento assumidas pelas práticas corporais e esportivas para que esta modalidade funcione. Falamos de normas e sujeitos discursivos, de verdades tramadas nas relações de poder, de condições de reconhecimento construídas e pressupostos para a atuação normativa, de corpos "matizados" nas tramas de gênero, e, conseqüentemente, de vidas hierarquizadas e posicionadas como (in)dizíveis, (im)possíveis e (in)dispensáveis no campo esportivo e na sociedade.

Essa argumentação se dá na medida em que o corpo pode ser compreendido (e é aqui assumido) como efeito dos processos

educativos-normativos colocados em movimento também no âmbito das práticas corporais e esportivas, tais como aqueles veiculados nos espaços de prática e de visibilidade do futebol profissional brasileiro, por exemplo. Esta 'ancoragem' se articula à introdução do conceito de educação na esteira da proposição elaborada por Dagmar Meyer¹⁰ (2009), ao conceituar educação como "[...] o conjunto de processos através do qual indivíduos são transformados ou se transformam em sujeitos de uma cultura. Tornar-se sujeito de uma cultura envolve um complexo de forças e de processos de aprendizagem que hoje deriva de uma infinidade de instituições e 'lugares pedagógicos'" (p. 222). No cenário do futebol profissional masculino brasileiro, por exemplo, algumas situações recentes nos dão pistas dos modos de conhecer os corpos difundidos por esta modalidade.

Exemplos

Em maio de 2014, uma assistente de arbitragem de futebol arbitrou um jogo entre Cruzeiro Esporte Clube e Clube Atlético Mineiro pela série A do Campeonato Brasileiro de Futebol masculino. Suas falhas profissionais foram amplamente divulgadas pela imprensa esportiva brasileira, como a não marcação de um pênalti, o qual seria a favor da equipe azul celeste, e ainda o acionamento de um impedimento indevido para a mesma equipe. Após a partida que originou estas falhas, um dirigente do Cruzeiro Esporte Clube afirmou seu incômodo com o resultado do jogo e, também, se referiu aos erros da arbitragem verbalizando a seguinte afirmação em relação à árbitra citada: "Se ela é bonitinha, que vá posar

10 MEYER, Dagmar E. E. Corpo, violência e educação: uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009. p. 213-234. (Nota da entrevistada)

⁹ Tomaz Tadeu da Silva: doutor pela Stanford University, é professor colaborador do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (Nota da IHU On-Line)

na [revista] Playboy. No futebol tem que ser boa de serviço¹¹”.

Esta enunciação posiciona certa inteligibilidade sobre os corpos (im) possíveis, (in)desejáveis e/ou (in) adequados para o campo esportivo profissional do futebol masculino brasileiro. Apreende-se e matiza-se qual deve ser o grau de atuação/aproximação/funcionalidade deste corpo neste espaço esportivo. Conceitualmente, produz-se um corpo feminino belo que é colocado como superior à qualidade técnica profissional de uma árbitra federada nacionalmente. Refiro-me às normas de gênero que esgarçam, afastam, dissociam as possibilidades de reconhecimento deste sujeito mulher no espaço profissional da arbitragem, prioritariamente, na sua atuação junto ao futebol masculino de rendimento.

Um gênero binário atuante nesta prática esportiva que se constitui evocando uma masculinidade ativa, viril, heterossexual e autorizada a manifestar os seus ‘instintos sexuais’ publicamente como estilos generificados próprios aos corpos “naturais” desta modalidade esportiva - ou seja, os corpos masculinos. Ao mesmo tempo, um corpo é qualificado/posicionado mais como objeto do desejo heterossexual masculino do que como uma possibilidade profissional reconhecida neste contexto.

Além desta situação, utilizada apenas como exemplo para pensarmos, as injúrias homofóbicas e racistas também parecem ocupar os cenários do futebol profissional masculino brasileiro de forma amalgamada à sua prática. “Juiz, viado!” é uma enunciação corriqueira. É fácil e comum nos estádios a referência ao nome de qualquer jogador, técnico e/ou dirigente que desagrade à torcida também utilizando a mesma potente frase. Não se estranha esta

atuação (de gênero) dos/das torcedores/as, inclusive, estas manifestações são ensinadas, sem qualquer questionamento, aos/às torcedores/as infantis.

Essas expressões performativas “repete[m] como um eco outras ações anteriores e acumula[m] a força da autoridade através da repetição ou da citação de um conjunto anterior de práticas autorizantes”¹² (BUTLER, 1993, p. 226-227). É importante aqui considerar que as manifestações das torcidas em estádios de futebol não estão alheias aos movimentos sociais cotidianos de constituição dos corpos, pois as mesmas são compostas por e compõem os esquemas de inteligibilidade que regem as práticas normativas e definem os limites do pensável, do possível e do humano com relação aos corpos na contemporaneidade. Neste espaço, recitam-se normas a partir dos “limites das ontologias acessíveis, dos esquemas de inteligibilidade disponíveis”¹³ (ibidem, p. 224).

A vida social é atravessada pelo campo esportivo e vice-versa. Os modos de generificar se aproximam e se utilizam estratégias semelhantes. Um dos meios de constituição desta posição identitária posicionada como referência no futebol profissional se dá pela oposição. Ou seja, através da narração generificante constituída sobre aquele corpo que deve ser o seu distinto e o seu avesso. Neste movimento, tanto uma feminilidade é reificada pela exaltação da mulher bela em tramas discursivas que têm como foco a atuação profissional no campo esportivo, como as experiências da sexualidade que divergem da heterossexualidade padrão são colocadas em evidência no esporte.

Colocar em questão estas bases conceituais que constroem os corpos nas tramas do gênero e visibilizar esses processos educativos-

-normativos propostos pelo futebol profissional masculino brasileiro significa, também, uma possibilidade de tensionar seus pressupostos e, ao mesmo tempo, pautar politicamente a possibilidade de que outros modos de descrição entremeados às estruturas de poder, principalmente quando nos referimos às práticas esportivas supostamente reguladas pela ideia de democracia, de igualdade de condições, de fair-play e/ou de união entre os povos e praticantes, de representação nacional/regional, de referência esportiva no cenário brasileiro.

IHU On-Line - Diante de tais complexidades, como podemos pensar em uma postura ética mais alinhada aos desafios de nossas sociedades contemporâneas?

Priscila Gomes Dornelles - Acredito que os desejos, a potência, os rumos de estudo e de ação acadêmico-profissional deveriam visar a problematização dos modos de constituição dos sujeitos na contemporaneidade. Investir em análises políticas sobre o ‘como’ da produção do sujeito pode ser um caminho estratégico para dialogarmos com os nossos fascismos e para visibilizarmos questões da atualidade.

Deste modo, compreender os modos de reconhecimento dos corpos postos em ação pela norma pode nos permitir produzir práticas, inclusive na relação consigo, que coloquem em disputa categorias de conhecimento que funcionam conformando o que conta como vida vivível. Visibilizar as tramas normativas é, seguindo as provocações de François Ewald^{14,15} (2000), perguntar-se sobre a noção de democracia. Este movimento político e analítico pode significar mudanças nos nossos próprios projetos de vida e, conseqüentemente, em modificações na relação consigo. ■

11 PICHONELLI, Matheus. “Se a bandeirinha é bonitinha, que vá posar na Playboy”. *Carta Capital*. 2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/se-a-bandeirinha-e-bonitinha-que-va-posar-na-playboy-7063.html>. Acesso em 15 de junho de 2014. (Nota da entrevistada)

12 BUTLER, Judith. *Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993. (Nota da entrevistada)

13 BUTLER, Judith. *Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge, 1993. (Nota da entrevistada)

14 EWALD, François. *Foucault, a norma e o Direito*. Lisboa: Veja, 2000. (Nota da entrevistada)

15 **François Ewald** (1946): historiador e filósofo francês, foi assistente de Michel Foucault na década de 1970. (Nota da **IHU On-Line**)

Violência com base em gênero - avanços e desafios em Cabo Verde

Carla Corsino, coordenadora do projeto de implementação da lei de VBG, explora as conquistas trazidas pela lei que criminaliza os abusos

Por Ricardo Machado e Andriolli Costa

Desde 1980, a República de Cabo Verde é signatária de diversos tratados, resoluções e declarações internacionais contra a discriminação e violência baseada no gênero. Ainda assim, em 2005, um inquérito nacional apresentou dados preocupantes no capítulo sobre violência doméstica. Das 1.333 mulheres entrevistadas, cujas idades variavam entre 15 e 49 anos, uma em cada cinco já havia sofrido violência - física, emocional ou sexual. Muitas, ainda, de maneira sistemática.

A situação começou a mudar em 2011, quando entrou em vigor a lei de Violência Baseada no Gênero - VBG. A coordenadora do Projeto de Implementação da Lei no país, a assistente social Carla Corsino, relata em entrevista por e-mail à **IHU On-Line** as medidas implementadas e as mudanças trazidas. De início, aponta ela, foi necessário estabelecer uma lei que abrangesse não apenas a violência contra a mulher, mas aquela envolvendo gênero - compreendido como "uma construção social de papéis que se atribuem a pessoas do

sexo masculino e feminino, transformando-os em homens e mulheres".

Após as medidas, o número de denúncias dos casos de violência triplicou entre 2010 e 2012. "Esse incremento substancial de denúncias pode ser explicado pelo maior grau de informação sobre a VBG, conjugado com a mudança de atitude que já não a considera como socialmente aceitável". Em 2013, no entanto, os casos denunciados caíram, o que Corsino estima que se deva à diminuição das ocorrências.

Carla Corsino é graduada em Trabalho Social, com mestrado em Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ambos pela *Universidade de Las Palmas de Gran Canaria*. Atualmente é coordenadora do Projeto de Implementação da Lei de Violência Baseada no Gênero, em Cabo Verde, na África. Atuou vários anos como assistente social, colaborando para a gestão e implementação de projetos de atenção socio sanitária e de apoio a prostitutas vítimas de violência de gênero.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em se tratando da violência de gênero, particularmente, qual é o cenário atual em Cabo Verde?

Carla Corsino - O II Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde (IDSR-II)¹, realizado

¹ Veja o Inquérito em <http://bit.ly/ihuverde>. (Nota da **IHU On-Line**)

em 2005, evidenciou a forte prevalência de uma atitude patriarcal que justifica e naturaliza a dominação das mulheres pelos homens através de diferentes formas de violência e outras atitudes controladoras. Cerca de um quinto da população manifestou tolerância e naturalização ao recurso à violência física por parte dos homens

para exercer o poder e controle sobre suas companheiras ou ex-companheiras. Contudo, até a entrada em vigor da Lei Especial sobre Violência Baseada no Gênero - VBG²,

² **Lei Especial sobre Violência Baseada no Gênero:** Lei 84/VII/11 de 10 de Janeiro, que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de violência baseada no gênero. (Nota da **IHU On-Line**)



A importância de se romper com a configuração da violência baseada no gênero como aquela apenas praticada contra mulheres foi crucial

poucos dados eram produzidos sobre a problemática.

Quando a lei entrou em vigor, passou-se a produzir mais dados específicos sobre a VBG, tendo-se verificado que o número de denúncias dos casos triplicou entre 2010 e 2012. Esse incremento substancial de denúncias pode ser explicado pelo maior grau de informação sobre a VBG, conjugado com a mudança de atitude que já não a considera como socialmente aceitável, bem como pelo fato de o procedimento criminal ser público, permitindo a denúncia por qualquer cidadão. Por outro lado, no ano de 2013, o número de denúncias apresentadas à Polícia Nacional diminuiu ligeiramente em relação ao ano de 2012. Esse ligeiro abrandamento das denúncias pode ser explicado pela diminuição efetiva dos casos, tendo em vista que a sociedade está mais consciente e atenta após a entrada em vigor da lei, em função do trabalho que vem se fazendo nesse sentido.

Exemplos

Alguns exemplos dos trabalhos que vêm sendo realizados passam pela parceria entre o *Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero* (ICIEG) e a política nacional para capacitação de seus agentes, bem como a elaboração conjunta entre o ICIEG e o Ministério da Administração Interna do Protocolo de Procedimentos Policiais nos casos de denúncias de

VBG. Ressalta-se também a elaboração do *Guia de Assistência às Vítimas de VBG* para profissionais das forças policiais, a assinatura do protocolo para implementação do módulo de gênero na Escola de Polícia e a formação de multiplicadores para Divulgação Comunitária da Lei VBG.

Outros exemplos a serem apontados são a elaboração de material de apoio para divulgação comunitária da Lei VBG em todas as Ilhas do país, direcionada a líderes comunitários e entidades parceiras, bem como a criação de uma Linha Denúncia, a elaboração e publicação da Versão Anotada da Lei VBG, a realização de workshops com Magistrados judiciais e do Ministério Público, dentre outras atividades que serão melhor especificadas quando se tratar do Programa de Implementação da Lei.

Além disso, cumpre-se ressaltar o trabalho que vem sendo realizado pela Rede Interinstitucional de apoio às vítimas de VBG, denominada REDE SOL, que congrega diversas instituições engajadas no combate à VBG (incluindo hospitais, ONG's, polícia, Ministério Público, dentre outras) com o objetivo de prestar um atendimento multidisciplinar às vítimas. A Rede foi criada em 2004, sete anos antes da entrada em vigor da Lei, e com ela pretende-se que sejam implementados pelo menos um Gabinete de atendimento à vítima em cada Ilha do país, trabalho que vem sendo feito paulatinamente.

IHU On-Line - Você é a coordenadora do Programa de Implementação da Lei Especial sobre Violência Baseada no Gênero em Cabo Verde. A que se refere, exatamente, esta lei?

Carla Corsino - A Lei VBG é uma lei especial destinada a prevenir e reprimir a violência baseada no gênero. A Lei tem como objetivo não somente a punição dos agressores como meio de combate a essa violência, mas, especialmente, a sua prevenção, visto que a violência ainda assola o país e é praticada primordialmente pelos homens contra as mulheres, por se tratar de uma violência fruto das relações de poder desiguais historicamente construídas e ainda vigentes em nossa sociedade.

Portanto, a lei visa chamar à responsabilidade não só o Estado e os agressores, mas toda a sociedade, na medida em que seu objetivo primordial consagrado no artigo 1º é a efetivação da igualdade de gênero. Para tanto, a lei traz um conjunto de medidas de sensibilização e prevenção dessa violência, com o objetivo de informar e conscientizar toda a sociedade sobre as especificidades da VBG, obrigando o Estado e os demais poderes públicos à adoção de políticas públicas visando sua concretização.

Tais medidas incluem implementação de medidas educativas que fomentem a igualdade de gênero e eliminem os estereótipos sexistas ou discriminatórios, salvaguardando o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais e a tolerância, a capacitação profissional das pessoas que intervenham no processo de informação, a proteção de alguns direitos laborais relativamente à vítima, o direito de acesso à justiça, a proteção social, o oferecimento de atendimento adequado, urgente e isento do pagamento de taxa na área de saúde, etc. Além disso, a lei não abandona o agressor à sua própria sorte ou

à justiça, mas apresenta a necessidade de promoção de sua recuperação, incluindo a implementação de um programa de apoio psicológico e educativo.

Outras medidas

Para além da prevenção e sensibilização, a lei traz também medidas de assistência à vítima, como os Centros de Apoio às Vítimas e as Casas de Abrigo, a serem criadas pelo Estado em articulação com os Municípios e outras entidades, bem como a criação de um Fundo de Apoio à Vítima para garantir o custeio urgente de algumas despesas necessárias, além do funcionamento das estruturas de apoio, sendo que para esse fundo devem ser direcionados 50% das custas judiciais nos processos de VBG.

Por outro lado, passou a existir um novo tipo penal (o crime de violência baseada no gênero, previsto pelo artigo 23º da lei) com o objetivo de criminalizar especificamente as situações de VBG que na vigência da legislação anterior se punia com base em vários tipos penais, sem que fosse dada a essas situações a relevância necessária para a espécie de violência que se pretendia combater e punir.

Além disso, a lei determina que o procedimento criminal é urgente, trazendo respostas mais rápidas às vítimas e a punição dos agressores em tempo hábil, e ficando agora toda a sociedade responsável na luta contra essa violência. A natureza pública do procedimento criminal é fato de fundamental importância no combate à VBG, tanto pela obrigatoriedade da denúncia para alguns profissionais, ao tomarem conhecimento do fato no exercício da profissão (polícia, saúde e funcionários públicos), quanto pela impossibilidade de desistência do procedimento criminal por parte da vítima, o que acontecia com frequência no âmbito da legislação anteriormente em vigor.

IHU On-Line - Por que a nova legislação usa os termos "Lei de Violência Baseada no Gênero"? Por que esse cuidado com a escolha das palavras?

Carla Corsino - Nos encontros à volta do anteprojeto de lei, decorreu uma acesa discussão sobre o objeto da lei, pois, para muitos, se deveria ter como objeto a prevenção e a repressão da violência contra a mulher, tendo em vista que vários documentos internacionais definem violência baseada no gênero como violência contra a mulher. Contudo, prevaleceu a opinião divergente de que o objeto da lei deveria ir além da violência especificamente contra as mulheres, enquadrando todo tipo de violência baseada no gênero.

“

A lei de VBG determina que o procedimento criminal é urgente

A importância de se romper com a configuração da violência baseada no gênero como aquela apenas praticada contra mulheres foi crucial, partindo da percepção de que as normas e valores assumidos pelas sociedades patriarcais podem levar a que também as pessoas do sexo masculino possam ser vítimas dessa violência praticada pelo exercício de poder em razão do gênero, sendo o gênero uma construção social de papéis que se atribuem a pessoas do sexo masculino e feminino, transformando-os em homens e mulheres. Portanto, o que se pretendeu foi abarcar como vítimas qualquer pessoa sobre quem se exerça uma violência baseada nas construções de relações de poder desigual em razão

do gênero, incluindo-se mulheres, homens, homossexuais, bissexuais ou transgêneros.

IHU On-Line - O que é e o que faz o Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Gênero (ICIEG)? É voltado para que público? Que serviços oferece?

Carla Corsino - O ICIEG, criado em 1994, é uma instituição pública que elabora políticas públicas para a promoção de igualdade de gênero. A sua atuação tem se direcionado a diversos níveis de intervenção, quais sejam, *macro*, *meso* e *micro*, com o intuito de desenvolver e promover, tanto ao nível das práticas institucionais como ao nível das relações interpessoais, uma cultura de igualdade de gênero e da não violência no país.

IHU On-Line - Como as atividades de formação propostas pelo ICIEG têm contribuído para a prevenção da violência e a promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres? Cite alguns exemplos.

Carla Corsino - No sentido de acelerar os esforços das instituições e atores implicados na implementação da Lei VBG, o ICIEG tem apostado fundamentalmente no fortalecimento das respostas institucionais, mediante a capacitação, sensibilização e divulgação de boas práticas. Dentro das diversas atividades do Projeto de Implementação da Lei VBG, financiado pelo Fundo Fiduciário das Nações Unidas para Eliminar a Violência contra as Mulheres (Trust Fund), tem-se levado a cabo um conjunto de ações, em nível *meso*, o fortalecimento de alianças multissetoriais para uma ação coordenada, assim como das capacidades e competências técnicas específicas dos profissionais e dirigentes ligados a setores-chave (polícia nacional, magistrados/as, advogados/as, profissionais de saúde e de educação); a melhora

e ampliação dos serviços de assistência e proteção às vítimas, bem como a capacidade de influência das ONGs junto dos/as decisores/as políticos/as. Em nível *micro*, o reforço à ação preventiva das escolas, capacitando professores e professoras do ensino básico e secundário, e da média, capacitando profissionais da comunicação social. Tem-se como ferramenta transversal, recorrente e predominante, a formação, agindo nos âmbitos de intervenção estratégica da (i) prevenção da violência, da (ii) melhoria da prestação dos serviços e do (iii) fortalecimento das respostas institucionais para o desenho de políticas, coordenação, seguimento e avaliação da VBG.

IHU On-Line - Considerando que estamos falando em "Violência Baseada no Gênero", de que formas os homens têm participado das ações de prevenção da violência e a promoção da igualdade em Cabo Verde?

Carla Corsino - Em 2009, um grupo de homens das mais variadas áreas de formação e atuação criou a Rede Laço Branco de Cabo Verde. A Rede tem como objetivo a promoção da igualdade e equidade de gênero; o combate a todas as manifestações de violência, nomeadamente a VBG; a promoção e estímulo da assunção plena dos direitos e deveres próprios da paternidade; o apoio às políticas e iniciativas que fomentem a equidade de gênero na família, na saúde, na justiça, na educação, na política, na economia e na comunicação social.

Para tanto a rede tem o intuito de sensibilizar, envolver e engajar os homens em Cabo Verde e a sociedade civil em geral no combate à VBG e a todas as formas de desequilíbrio de gênero, assim como na desconstrução de visões distorcidas de masculinidade. Nesse âmbito,

os membros promovem a realização de diversas atividades como o "Teatro Fórum" e a "Conversa Comunitária", um encontro de reflexão temática realizado quinzenalmente em que se aborda um tema para reflexão.

“

Um quinto da população de Cabo Verde manifestou tolerância ao uso de violência física pelos homens para exercer poder e controle sobre suas companheiras

IHU On-Line - Que diálogos são promovidos entre Brasil e Cabo Verde?

Carla Corsino - Os diálogos são essencialmente nos domínios de pesquisa/produção e intercâmbios de conhecimentos. Neste âmbito, há um convênio (PEC-PG e CAPES) entre os dois países que assegura bolsas de estudos para graduação e pós-graduação, programas de iniciação científica, programas de mobilidade de docentes/pesquisadores e estudantes, sendo esse último assegurado essencialmente pela CAPES. Além, disso, existem protocolos ao nível das universidades e que têm fomentado redes de pesquisa, fóruns, colóquios, conferências, seminários internacionais, entre outros eventos de trocas de conhecimento. O fato de compartilharmos a mesma língua ajuda mais fluentemente este intercâmbio de

conhecimento de saberes de recursos humanos e serviços.

Através do programa que estou coordenando, o ICIEG fez um conjunto de Capacitações em Matéria de Gênero e VBG a diversos públicos-alvo. Para tal, foi necessária a contratação de Consultorias nacionais e Internacionais. Das internacionais, pudemos contar com a presença de três consultoras brasileiras que estudam e pesquisam temas sobre gênero e sexualidade: professora Jeane Félix da Silva³ (Brasília), que facilitou dois ateliers sobre Direitos de Gênero; professora Maíra Kubik Mano⁴ (Unicamp), que facilitou um atelier com profissionais da Comunicação Social em Matéria de Gênero e VBG e que está produzindo um *Manual de Boas Práticas Jornalísticas para o Combate a VBG*; e também tivemos o prazer de contar com a professora Maria Cláudia Dal'Igna⁵ (Unisinos), que facilitou uma Formação em Matéria de Trabalho com Grupos Focais.

Essas profissionais, para além de transmitir saber, se interessaram a todo momento em aprender do nosso país, suas especificidades e experiências, e se surpreenderam com o quão avançado está Cabo Verde no que concerne à Lei de Violência Baseada no Gênero, que não é uma lei apenas da mulher, mas uma Lei que defende a integridade da pessoa, enquadrando todo tipo de violência com base no gênero. ■

³ **Jeane Félix da Silva:** pedagoga brasileira, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Maíra Kubik Mano:** jornalista brasileira, escreveu e editou diversas publicações. Atualmente é colunista da revista *Carta Capital* e doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Maria Cláudia Dal'Igna:** doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, é professora assistente do curso e do Programa de Pós-Graduação em Pedagogia da Unisinos. (Nota da **IHU On-Line**)

Gênero, sexualidade e biopolíticas, um olhar teológico

Para o pesquisador Giannino Piana, sexo e gênero são realidades que estão entre si numa relação de reciprocidade. Ao discutir as implicações biopolíticas de gênero, aponta a subjetivação em ato na nossa sociedade

Por Márcia Junges e Ricardo Machado / Tradução: Benno Dischinger

Giannino Piana, um dos principais nomes da teologia moral na Itália, aborda, desde a perspectiva teológica, as questões de gênero e sexualidade. De forma sucinta e elucidativa, explica os conceitos de sexo, gênero e sexualidade. “O sexo nos leva imediatamente à estrutura biológica, enquanto o gênero sublinha mais marcadamente o nosso pertencimento cultural e social. Mas que não se reduza a sexualidade somente à genitalidade; a sexualidade vai muito além, a uma dimensão constitutiva da pessoa, um modo de ser-no-mundo”, esclarece, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

“A questão da identidade do humano não pode ser de todo apregoada, como parecem querer algumas políticas culturais e educativas que se inspiram de modo radical na *gender theory*. Isto não significa, todavia, que por trás de tais políticas não existam também boas razões que merecem ser consideradas, porque interpretam exigências verdadeiras, ligadas às profundas mudanças em curso e às novas figuras identitárias que inevitavelmente vêm se manifestando como efeito de tais mudanças”, aponta Giannino. Para ele, é preciso traçar novos equilíbrios ou novas formas de mediações diante dos desafios postos.

Com relação ao debate interno no âmbito eclesial, reconhece que a sexualidade ainda é, nos termos de Foucault, um dispositivo de poder dentro da Igreja Católica, cujos impactos seguem presentes. “É suficiente mencionar aqui o controle das consciências exercido através da confissão, onde a questão do uso da sexualidade ocupou por muito tempo um papel absolutamente central. Mas não se pode esquecer a disciplina relativa ao celibato eclesial e a rigidez com que se continua também hoje a excluir a mulher dos ministérios ordenados”, argumenta.

Giannino Piana é professor de Ética Cristã na Universidade Livre de Urbino, e de Ética e Economia na Universidade de Turim. É considerado um dos maiores teólogos morais da cena cultural italiana e internacional. Foi presidente da Associazione Italiana dei Teologi Moralisti. É autor de diversas obras, como *Omosessualità. Una proposta etica* (Assisi: Cittadella Editrice, 2010), *Etica scienza società. I nodi critici emergenti* (Assisi: Cittadella Editrice, 2005) e *Pregare e fare la giustizia* (Mangano: Edizioni Qiqajon, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Em que medida sexo e gênero não são realidades alternativas?

Giannino Piana - O ser humano é uma realidade composta, na qual entram em jogo elementos diversos, os quais pertencem à sua constituição. Ele é corpo e espírito, é individualidade e relacionamento, é história e transcendência, e se poderia continuar. Tudo isto dentro de uma unidade originária, que ex-

clui toda tentação dualista. Sexo e gênero são outros dois componentes que entram neste horizonte interpretativo. O sexo nos leva imediatamente à estrutura biológica, enquanto o gênero sublinha mais marcadamente o nosso pertencimento cultural e social. Mas que não se reduza a sexualidade somente à genitalidade; a sexualidade vai muito além, a uma dimensão constitutiva da pessoa, um modo

de ser-no-mundo. Analogamente, que não se pense que os processos sociais e culturais prescindam inteiramente do componente biológico; hoje se diria, acima de tudo, da estrutura genética e neuronal do sujeito humano. É esta a razão pela qual sexo e gênero não são concebidos como realidades alternativas, mas como realidades que estão entre si numa relação de reciprocidade.



O termo ‘pós-identidade’ é no mínimo discutível. A questão da identidade do humano não pode ser de todo apregoada, como parecem querer algumas políticas culturais e educativas

IHU On-Line - Sob este ponto de vista, em que sentido natureza e cultura podem e devem interagir entre si?

Gianinno Piana - A relação entre sexo e gênero, à qual se acenou há pouco, pode ser declinada corretamente fazendo referência às categorias de “natureza” e de “cultura”, as quais gozam de uma consistente tradição no pensamento ocidental. O homem é por definição um ser histórico e cultural; é mais cultura do que natureza, no sentido de que o que o distingue do mundo infra-humano é a capacidade de conhecer as dinâmicas, as leis e os processos da natureza circunstante e da própria natureza biopsíquica e de intervir sobre elas modificando-as. Isto não significa que não esteja também presente no homem uma infraestrutura originária, embora aberta e finalística, sujeita, portanto, a um processo de crescimento constante que está na base da definição de sua própria identidade, e que tem, portanto, um alcance universalista. Não se trata do simples dado biológico que, no entanto, representa um componente significativo, mas de um dado ontológico que faz referência às estruturas portadoras do humano e que são propostas em termos absolutizados.

IHU On-Line - De que modo tem havido uma revisão da Igreja católica no pensar a natureza e a cultura?

Gianinno Piana - Para retornar à relação entre “natureza” e “cultura”, assiste-se hoje - paradoxalmente - a uma dupla e oposta

tentação: aquela do fisicismo naturalista, sobretudo, que retorna não só a propósito da natureza cósmica nas franjas mais radicais do ecologismo, mas sempre mais também em referência ao comportamento humano - basta recordar aqui algumas posições das neurociências caracterizadas por um rígido determinismo; e, em segundo lugar, a tentação do reducionismo cultural, o qual está na raiz dos fenômenos devastadores que produziram a hodierna crise ecológica, mas que se manifesta também em âmbito humano em posições como aquela da *gender theory*¹, quando vem proposta em termos absolutizados.

IHU On-Line - De que modo tem havido uma revisão da Igreja católica no pensar a “natureza humana” e, conseqüentemente, a “lei natural”?

Gianinno Piana - A Igreja católica, sobretudo a partir do Concílio²,

1 Teoria de gênero: é uma hipótese segundo a qual a identidade sexual do ser humano depende do ambiente sociocultural e não do sexo - homem ou mulher - que o caracteriza desde o instante da concepção. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Concílio Vaticano II: convocado no dia 11-11-1962 pelo Papa João XXIII. Ocorreram quatro sessões, uma em cada ano. Seu encerramento deu-se a 08-12-1965, pelo Papa Paulo VI. A revisão proposta por este Concílio estava centrada na visão da Igreja como uma congregação de fé, substituindo a concepção hierárquica do Concílio anterior, que declarara a infalibilidade papal. As transformações que introduziu foram no sentido da democratização dos ritos, como a missa rezada em vernáculo, aproximando a Igreja dos fiéis dos diferentes países. Este Concílio encontrou resistência dos setores conservadores da Igreja, defensores da hierarquia e do dogma estrito, e seus frutos foram, aos poucos, esvaziados, retornando a Igreja à estrutura rígida prece-

veio elaborando uma concepção “personalista” de “natureza” e de “lei natural”, com o tendencial abandono, portanto, da visão fisicista e estática, que por muito tempo tem sido hegemônica. A natureza humana, enquanto natureza da pessoa, é uma natureza articulada na qual afloram diversas instâncias - da biológica à psíquica, da noética à espiritual - que vão compostas entre si à procura de um equilíbrio dinâmico capaz de integrar os diversos níveis do ser humano no respeito da ordem hierárquica que subsiste entre elas. Nem sempre, todavia, o Magistério se ateu a esta concepção: emblemático é o caso da *Humanae Vitae*³ de Paulo VI⁴, que provocou reações e objeções vivacíssimas, porque muitos viram na motivação da norma com a qual se nega legitimidade à contracepção o retorno a uma concepção rigidamente biológica da lei natural.

nizada pelo Concílio Vaticano I. O **Instituto Humanitas Unisinos** - IHU promoveu, de 11-08 a 11-11-2005, o ciclo de estudos *Concílio Vaticano II - marcos, trajetórias e perspectivas*. Confira a edição 157 da **IHU On-Line**, de 26-09-2005, intitulada *Há lugar para a Igreja na sociedade contemporânea? Gaudium et Spes: 40 anos*, disponível em <http://bit.ly/mT6cyj>. Ainda sobre o tema, a **IHU On-Line** produziu a edição 297, *Karl Rahner e a ruptura do Vaticano II*, de 15-06-2009, disponível em <http://bit.ly/02e8cX>, bem como a edição 401, de 03-09-2012, intitulada *Concílio Vaticano II. 50 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/REokjn>, e a edição 425, de 01-07-2013, intitulada *O Concílio Vaticano II como evento dialógico. Um olhar a partir de Mikhail Bakhtin e seu Círculo*, disponível em <http://bit.ly/1cUUZfC>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 Humanae Vitae (em português “Da vida humana”): encíclica escrita pelo Papa Paulo VI. Foi publicada a 25 de Julho de 1968. Inclui o subtítulo *Sobre a regulação da natalidade*, descreve a postura que a Igreja Católica faz em relação ao aborto e outras medidas que se relacionam com a vida sexual humana. Segundo alguns geraria polémica porque o Papa nela definiu que a contracepção, exclusivamente por meios artificiais, é proibida pelo Magistério da Igreja Católica. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Papa Paulo VI: nascido Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini, Paulo VI foi o Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica de 21 de junho de 1963 até 1978, ano de sua morte. Sucedeu ao Papa João XXIII, que convocou o Concílio Vaticano II, e decidiu continuar os trabalhos do predecessor. Promoveu melhorias nas relações ecumênicas com os Ortodoxos, Anglicanos e Protestantes, o que resultou em diversos encontros e acordos históricos. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Em que medida a teologia escolástica sublinha a importância do fator cultural, pondo em discussão a compreensão do pensamento patrístico e do naturalismo histórico? Qual é a relevância deste posicionamento escolástico?

Gianinno Piana - Com justa razão se chama atenção ao pensamento da Escolástica, que representou, a respeito, um momento de forte inovação. Tomás de Aquino⁵, o expoente mais importante desta virada, afirma acima de tudo com clareza que os conceitos de "natureza" e de "lei natural" só são aplicados ao homem analogicamente, sendo o dado biológico o análogo principal. E acrescenta que a natureza humana é *natura ut ratio* [natureza como razão], que, portanto, o dado qualificante é, neste caso, a razão, hoje se diria a cultura. Esta introduz, como já se acenou, a possibilidade de intervenção sobre as dinâmicas naturais. Há aqui, evidentemente, a superação da visão do pensamento patrístico que, tornando própria a concepção do estoicismo, havia introduzido na moral cristã uma visão absolutista e estática.

IHU On-Line - Nos nossos dias, em que medida os pensamentos de Foucault⁶,

5 São Tomás de Aquino (1225-1274): padre dominicano, teólogo, distinto expoente da escolástica, proclamado santo e cognominado *Doctor Communis* ou *Doctor Angelicus* pela Igreja Católica. Seu maior mérito foi a síntese do cristianismo com a visão aristotélica do mundo, introduzindo o aristotelismo, sendo redescoberto na Idade Média, na escolástica anterior. Em suas duas "Summae", sistematizou o conhecimento teológico e filosófico de sua época: são elas a *Summa Theologiae* e a *Summa Contra Gentiles*. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Michel Foucault (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-es-

Deleuze⁷ e Derrida⁸ constituem uma "provocação" para se tomar consciência da riqueza do humano e pensar a identidade partindo de uma maior consciência de si mesmos e da própria liberdade?

Gianinno Piana - Contribuições como aquelas dos autores aos quais se faz referência são, sem dúvida, importantes; representam, como é justamente lembrado, uma utilíssima "provocação" que dilata os horizontes do conhecimento do humano: conhecimento que jamais é de todo exaurível. E, ainda mais, contribui para fornecer uma visão da identidade pessoal atenta aos diversos fatores que a constituem, e em parti-

truturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada *História da loucura e o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

7 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da **IHU On-Line** nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

cular atenta aos aspectos que mais diretamente envolvem o sujeito em sua realidade profunda. Não se pode negar, de fato, que por muito tempo, também no âmbito da reflexão cristã, prevaleceu (e em muitos âmbitos ainda é persistente) uma visão exclusivamente biologista do humano que, além de ser redutiva e unilateral, também apresenta conotações decididamente materialistas, em aberta contradição com a visão cristã do homem.

IHU On-Line - Quais são as tensões e os diálogos que ocorrem na revelação bíblica em sua referência às formas culturais, de modo que se possa entender a sexualidade em sua dimensão histórica e também como um fenômeno em constante devir?

Gianinno Piana - A Bíblia não é, de per si, um texto científico; ela assume os dados científicos da cultura do tempo. Não é, portanto, procurada neste nível a sua verdade. Há, no entanto, alguns dados de natureza antropológica que merecem ser assinalados, porque evidenciam a presença de uma interpretação dinâmica da sexualidade humana. Pensa-se, sobretudo, na dessacralização da sexualidade, isto é, em sua recondução à realidade humana, colocada por Deus na mão do homem, chamado, portanto, a intervir para conferir a ela sempre novos significados. Ou ainda, se pensa no caráter relacional que é, desde o início, atribuído à sexualidade: do tema da imagem de Deus, que tem sua expressão mais alta na relação homem-mulher, à teologia da aliança, que faz da sexualidade (e mais em geral do amor nupcial) a via privilegiada para compreender o amor de Deus pelo seu povo e para se tornar partícipes de tal amor.

IHU On-Line - Do ponto de vista moral, de que modo as políticas culturais e educativas pós-identidade podem ser consideradas mais alinhadas aos desafios contemporâneos?

Gianinno Piana - Antes de tudo gostaria de esclarecer um equívoco: o termo "pós-identidade" é no mínimo discutível. A questão da

identidade do humano não pode ser de todo apregoadada, como parecem querer algumas políticas culturais e educativas que se inspiram de modo radical na *gender theory*. Isto não significa, todavia, que por trás de tais políticas não existam também boas razões, que merecem ser consideradas porque interpretam exigências verdadeiras, ligadas às profundas mudanças em curso e às novas figuras identitárias que inevitavelmente vêm se manifestando como efeito de tais mudanças. Trata-se de estabelecer novos equilíbrios ou novas formas de mediação, que, todavia, correm o risco de ser comprometidas pelo afirmar-se em todas as frentes de posições unilaterais tendentes a extremar as instâncias às quais fazem referência.

IHU On-Line - Em que aspectos o gênero e a sexualidade podem ser entendidos como práticas de subjetividade e de (des)governo político no nosso tempo?

Gianinno Piana - Gênero e sexualidade, nas suas expressões atuais, são, ainda que sob formas diversas, efeito e causa da subjetivação em ato na nossa sociedade; eles são, de um lado, a consequência de um processo cultural mais vasto e mais complexo, mas são também, do outro, fatores que concorrem, em medida determinante, a reforçá-lo. A atenção, na definição do gênero, à dimensão sociocultural e uma visão da sexualidade e de seu exercício, sempre mais desancorada da reprodução - a isto contribuiu sem mais o afinamento e a difusão das técnicas contraceptivas -, se constituem, por um lado, fatores de crescimento - se pense somente na conduta mais positiva perante a condição homossexual e na liberdade conquistada pela mulher -, por outro lado têm concorrido a favorecer

a perda de identidades fortes e a alimentar a tendência à trituração do eu subjetivo, bem como a provocar um forte redimensionamento do significado social das relações.

IHU On-Line - A partir do legado de Foucault, podemos compreender a sexualidade como dispositivo de controle das populações? Por quê?

Gianinno Piana - Foucault tem em ampla medida razão, embora seu pensamento não seja valorizado. A motivação de fundo está na ambivalência que caracteriza a energia sexual, que é, ao mesmo tempo, um fator de grande coesão social, mas também um fator de potencial grave desagregação. Num certo sentido, já o havia antecipado o próprio Freud⁹, que via na sexualidade o entrelaçar-se de instinto de vida e de instinto de morte, de Eros¹⁰ e de

⁹ **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁰ **Eros** (em grego Ἔρως; no panteão romano Cupido): era o deus grego do amor, um dos Eroses. Primeiramente foi considerado como um deus olímpico, filho de Afrodite com Ares, ou apenas de Afrodite, conforme as versões. Ele é normalmente retratado em pinturas acompanhado da mãe. (Nota da **IHU On-Line**)

Thanatos¹¹. O conceito de biopolítica, na acepção de Foucault, nos ajuda a entender as razões do pesado controle desde sempre exercido pelo poder político sobre tal energia e seus processos conexos à sua utilização, mas também a ser conscientes das implicações que têm a atual tendência de desancorar tal poder e, por isso, de uma gestão sua sempre mais privatizada.

IHU On-Line - Em que sentido a sexualidade é, também, um dispositivo de poder dentro da própria Igreja?

Gianinno Piana - Ela o tem sido, sem dúvida, em termos consistentes no passado e o é, em parte, ainda hoje. Muitos são os exemplos que se poderiam aduzir em prova desta tese. É suficiente mencionar aqui o controle das consciências exercido através da confissão, onde a questão do uso da sexualidade ocupou por muito tempo um papel absolutamente central. Mas não se pode esquecer a disciplina relativa ao celibato eclesiástico e a rigidez com que se continua também hoje a excluir a mulher dos ministérios ordenados. Em ambos os casos a razão de fundo é (talvez) buscada na exigência do controle da sexualidade que, mesclada ao sagrado - o institucional e o natural (a mulher sempre tem sido considerada portadora de um sagrado natural: baste pensar no tabu da menstruação) - corre o risco de conduzir a resultados imprevisíveis e explosivos. ■

¹¹ **Tânato ou Thanatos**: na mitologia grega Tânato, também referido como Thanatos, é a personificação da morte, enquanto Hades reinava sobre os mortos no mundo inferior. Seu nome é transliterado em latim como Thánatus e seu equivalente na mitologia romana é Mors ou Leto (Letum). (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– *Homossexualidade, primado da pessoa e da relação*. Entrevista com Gianinno Piana publicada nas Notícias do Dia, de 29-10-2012, disponível em <http://bit.ly/1CkWh5N>.

LGBT. Esperança de mudança na acolhida e no ensino da Igreja

Jeannine Gramick fala sobre conquistas de homossexuais. Fiéis, antes receosos por viver sua religiosidade e sexualidade, começam a se sentir acolhidos depois dos movimentos do Papa

Por Márcia Junges e João Vitor Santos

Num simples ato de receber um grupo de 49 gays e lésbicas no Vaticano, o Papa Francisco conduziu a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros - LGBT para além do penhasco histórico que os separa da Igreja. Como em todos os espaços da sociedade, na Igreja, há quem não se identifique com o seu corpo e busca em outros gêneros viver sua sexualidade. Aceitar essa condição é acolher fiéis que buscam viver sua religiosidade para além das questões de gênero. O grupo a que pertence irmã Jeannine Gramick, *New Ways Ministry*¹, acolhe esses fiéis e os permite viverem sua fé. “O ensinamento não afirma que a orientação homossexual é um pecado”, diz a religiosa, em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line.

Gramick integrou o grupo que esteve com o Papa Francisco em fevereiro deste ano. Para ela, os movimentos do pontífice indicam novos ares na Igreja, capazes de mudar a forma como se vinha pensando religião e sexualidade. “O que foi especial foi o fato de um assessor papal ter nos escoltado até o nível mais alto. Este assento especial foi significativo porque isso não havia acontecido durante os dois pontificados anteriores”, comemora. O ato representa uma verdadeira acolhida

da Igreja. “Significou que a Igreja institucional estava acolhendo um grupo marginalizado e os aproximando dos representantes da Igreja institucional. Para aqueles que se sentiam excluídos da Igreja, esse tratamento foi um caloroso abraço”, completa a religiosa.

O chamado “tratamento VIP” concedido ao grupo provocou surpresa e trouxe a questão à luz de discussões. Aceitar e respeitar as opções sexuais passam a ser aspectos pertinentes aos cristãos. Para a religiosa, o fato de o Papa propor um “não julgamento” a quem quer professar sua fé aproxima os fiéis e coloca a discussão para além do dogma. “Por causa do nosso tratamento especial na audiência papal, alguns peregrinos me disseram que estavam voltando para a Igreja.”

Jeannine Gramick é irmã religiosa, em Baltimore, pertencendo à Congregação Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Ensinou Matemática e foi professora associada de Matemática na Faculdade de Notre Dame de Maryland. Enquanto fazia doutorado na Universidade da Pensilvânia, Irmã Gramick se tornou amiga de um homem gay e começou um ministério da igreja para gays e lésbicas. Ela organizou serviços religiosos para as pessoas com uma identidade homossexual que haviam deixado a Igreja Católica por causa do preconceito contra eles. Ajudou na criação de três organizações de lésbicas e gays católicos. Além disso, cofundou *New Ways Ministry*.

Confira a entrevista.

¹ *New Ways Ministry*: ministério gay de defesa de direitos e justiça para lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros católicos, trabalhando pela reconciliação dentro das comunidades cristãs e civis. A organização apóia-se na declaração da Associação Americana de Psiquiatria de que a homossexualidade não é um transtorno mental a ser corrigido. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line - O que significa para o *New Ways Ministry* participar de uma audiência geral com o Papa Francisco?

Jeannine Gramick - Todas as pessoas são bem-vindas para participar de uma audiência geral com o papa. O que foi especial para o nosso grupo de 49 lésbicas/gays católicos e simpatizantes foi o fato de um assessor papal ter nos escutado até o nível mais alto, perto das portas da Basílica de São Pedro. Nós nos sentamos na mesma plataforma onde o Papa Francisco estava sentado, a menos de 25 metros de distância dele. Este assento especial foi significativo porque isso não havia acontecido durante os dois pontificados anteriores, quando eu trouxe outros peregrinos, lésbicas e gays, para uma audiência papal. Para o *New Ways Ministry* e para as lésbicas/gays católicos e seus simpatizantes, isso significou que a Igreja institucional estava acolhendo um grupo marginalizado e os aproximando dos representantes da Igreja institucional. Para aqueles que se sentiam excluídos da Igreja, esse tratamento excepcional foi como um caloroso abraço.

IHU On-Line - Que condenações o *New Ways Ministry* sofreu por parte da Congregação para a Doutrina da Fé¹? Essa situação mudou no papado de Francisco?

Jeannine Gramick - Tecnicamente, o *New Ways Ministry* não sofreu nenhuma condenação da Congregação para a Doutrina da Fé. Em 1999, disseram a nós, ao Pe. Robert Nugent e a mim, cofundadores do *New Ways Ministry*, que não deveríamos nos envolver mais no ministério para os gays/lésbicas. Embora não existisse nenhum documento que rescinda essa notificação, as ações dos membros da hierarquia estão mais brandas durante o pontificado do Papa Francisco. Tive

¹ **Congregação para a Doutrina da Fé (CDF)**: trata-se de um organismo do Vaticano que cuida da ortodoxia da fé católica, atualmente dirigido pelo teólogo alemão, cardeal Joseph Ratzinger. A Congregação para a Doutrina da Fé, historicamente, lembra os tempos da Inquisição. (Nota do **IHU On-Line**)

encontros cordiais, tanto privados quanto públicos, com vários bispos norte-americanos, encontros que não ocorriam antes da eleição do Papa Francisco.

IHU On-Line - A partir do papado atual, quais são as expectativas que os católicos LGBT manifestaram em relação à sua inclusão e recepção (acolhida) na Igreja?

Jeannine Gramick - Muitos estão esperando uma mudança na ética sexual da Igreja em relação ao comportamento homossexual. Outros não se importam se a Igreja mudar ou não sua ética sexual, porque eles acreditam, em consciência, que podem expressar a sua sexualidade de forma eticamente responsável. Outros, ainda, reconhecem que não é realista esperar que a Igreja institucional mude o seu ensino sexual no futuro próximo; eles concordam com o Papa Francisco que uma mudança na doutrina não é uma prioridade.

O que é uma prioridade é uma mudança de atitude, ações e políticas sobre a maneira como os católicos tratam as pessoas LGBT. Por exemplo, muitas pessoas LGBT nos Estados Unidos são demitidas de seus postos de trabalho em instituições católicas quando se casam com seus parceiros. Sua esperança é que essas demissões, bem como ações similares que desrespeitam os direitos humanos, terminem. Em 2013, havia 17.900 paróquias nos EUA, mas apenas cerca de 200 eram consideradas amigáveis aos LGBT. Muitos esperam que esse número aumente, de modo que, no fim, todas as paróquias possam ser amigáveis aos LGBT.

IHU On-Line - Existe alguma expectativa de que a Igreja mude a sua doutrina, de forma que a homossexualidade não seja mais pecado, mesmo que os atos homossexuais sejam?

Jeannine Gramick - Primeiro, precisamos entender o que o ensinamento tradicional da Igreja Católica afirma, na verdade, sobre a homossexualidade. O ensinamento não afirma que a orientação homossexual é um pecado. O Catecismo

da Igreja Católica afirma que a orientação homossexual é "objetivamente desordenada". Esse é um julgamento filosófico, não moral. O Catecismo afirma, ainda, que os atos homossexuais são "intrinsecamente desordenados" e "contrários à lei natural".

Esse é um julgamento moral ou ético sobre as ações, e não sobre a orientação nem sobre a pessoa. O pecado de qualquer ato imoral depende do fato de se a pessoa se envolveu em uma reflexão suficiente e deu pleno consentimento da vontade. Aqui, podemos dizer, com razão, com o Papa Francisco: "Quem sou eu para julgar?", porque só Deus sabe se a ação da pessoa é um pecado.

Em segundo lugar, é preciso estar ciente das posições teológicas católicas atuais sobre a homossexualidade. A maioria dos moralistas católicos, hoje, não concorda com a avaliação moral tradicional da homossexualidade. Suas divergências se centralizam em suas avaliações de orientação e comportamento. Por exemplo, alguns teólogos morais, que não concordam com o ensino tradicional, sustentam que o comportamento homossexual é moralmente admissível no contexto de um relacionamento amoroso e fiel, mas acham que uma orientação homossexual não é tão boa quanto uma heterossexual. Outros teólogos morais, que não concordam com o ensino tradicional, também afirmam que o comportamento homossexual é moralmente admissível no contexto de um relacionamento amoroso e fiel, mas ensinam que a orientação homossexual é tão boa quanto uma heterossexual.

Em terceiro lugar, é preciso estar ciente do que a comunidade católica, ou seja, o Povo de Deus, acredita sobre a homossexualidade. As crenças e as atitudes dos católicos e de outras pessoas de fé muitas vezes seguem a cultura ou a sociedade em que vivem. Segundo uma pesquisa de 2013, do Centro de Pesquisas Pew, existe uma aceitação generalizada da homossexualidade na América do Norte, América Latina e Europa, exceto na Polônia,

Rússia, Bolívia e El Salvador. Há uma forte rejeição da homossexualidade no Oriente Médio, Ásia e África, com exceção da Austrália, Filipinas, Japão, Coreia do Sul, Israel e África do Sul.

O mesmo estudo descobriu que há menos aceitação da homossexualidade nos países onde a religião é importante na vida das pessoas, mas também mostrou grande aceitação das pessoas LGBT em alguns países fortemente católicos. É difícil determinar se a religião ou a cultura é o principal responsável para as atitudes das pessoas. Aqui nos Estados Unidos, 51% dos católicos apoiam a legalização do casamento homossexual.

Como eu disse anteriormente, muitas pessoas LGBT e seus apoiadores têm esperança de que haverá uma mudança no ensino oficial da Igreja sobre a homossexualidade. Outros dizem que a mudança já está acontecendo na comunidade teológica e entre os milhões e milhões de católicos em todo o mundo. Eles falam da necessidade de diálogo com os líderes da Igreja para que uma mudança oficial possa ser feita.

IHU On-Line - Qual foi o impacto da declaração de que se uma pessoa é gay e busca a Deus, quem é o Papa para julgá-la?

Jeannine Gramick - A pergunta do Papa Francisco "Quem sou eu para julgar?" eletrizou o mundo. Ele enviou uma mensagem inovadora de que a Igreja Católica está suavizando a sua dura posição contra as pessoas LGBT. Aqui nos EUA, o maior jornal LGBT, *The Advocate*, deu ao Papa Francisco o título "Personalidade do Ano" em 2013. O assento especial que nossos peregrinos receberam na audiência com o Papa Francisco na quarta-feira de cinzas foi um exemplo de como o papa, por suas declarações e ações, mudou a abordagem da Igreja para com as pessoas LGBT. Por causa do nosso tratamento especial na audiência papal, alguns peregrinos me disseram que estavam voltando para a Igreja.

As palavras do Papa Francisco têm impactado não só nas pesso-

as LGBT, mas também nos líderes da Igreja. Por exemplo, no fim de 2014, em um jornal belga, o bispo Johan Bonny² declarou que o ensino oficial deve reconhecer as relações do mesmo sexo. Ele também disse que o espírito de mente aberta do Papa Francisco deu-lhe a coragem de falar sobre questões pastorais prementes da atualidade. No início de março de 2015, os bispos católicos das Filipinas aprovaram um projeto de lei de não discriminação LGBT, invertendo sua posição anterior. Talvez essa reversão se deva à recente visita do Papa Francisco às Filipinas e à sua mensagem em curso sobre a misericórdia. Eu acredito que veremos outros exemplos no futuro com o mesmo impacto da pergunta do Papa Francisco "Quem sou eu para julgar?".

IHU On-Line - Qual é a posição da ala conservadora da Igreja com a posição do Papa Francisco sobre esse assunto?

Jeannine Gramick - A ala conservadora da Igreja não está satisfeita com o Papa Francisco desde o dia seguinte à sua eleição. Sua insatisfação decorre não só da sua atitude mais acolhedora para com as pessoas LGBT, mas também da sua acolhida a todos os tipos de pessoas que estão às margens da Igreja, do seu desejo de voltar ao espírito do Concílio Vaticano II e das suas declarações doutrinárias relegadas como menos importantes do que o Evangelho de Jesus. Alguns blogueiros conservadores estão falando de cisma, apesar de eu não enxergar isso como um forte movimento neste momento.

2 Johan Jozef Bonny (1955): é o 22º Bispo da Antuérpia, na Bélgica, e belga defende o reconhecimento dos relacionamentos homoafetivos. As suas recentes declarações afirmando que a Igreja deveria reconhecer as diferentes relações existentes, repercutiram intensamente na imprensa europeia e norte-americana. Para saber mais "A Igreja deveria reconhecer a diversidade de relações existentes." Entrevista com Johan Bonny publicada nas Notícias do Dia, de 15-01-2005, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1P4mx7k>; "Bispo belga defende o reconhecimento dos relacionamentos homoafetivos." Artigo de Johan Bonny publicado nas Notícias do Dia no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1PD6q1Y>. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Por que casais gays não foram convidados para o Sínodo dos Bispos³ para que eles pudessem falar sobre sua fé e sexualidade?

Jeannine Gramick - Eu não sei. Para o Sínodo Extraordinário dos Bispos de 2014, casais heterossexuais foram convidados a falar sobre suas experiências, mas não casais de lésbicas ou gays. Fiquei impressionada quando o casal heterossexual da Austrália⁴ falou dos filhos de lésbicas e gays de uma forma simpática e quando Dom Mario Grech, bispo de Malta, pediu a aceitação das pessoas LGBT na Igreja. Outros, assim como eu, têm sugerido que, para o Sínodo Ordinário dos Bispos de 2015, as pessoas LGBT sejam convidadas a falar. Vamos ver se isso acontece.

IHU On-Line - Historicamente, qual é a posição da Igreja Católica e das outras duas religiões mono-teístas em relação à homossexualidade e à prática da fé?

Jeannine Gramick - Durante quase 20 séculos, o magistério da Igreja Católica tratou a homossexualidade só do ponto de vista da ética sexual. Na maior parte desse tempo, só se falou sobre os atos homossexuais, e estes eram proibidos. No fim do século XIX, os cientistas determinaram que os atos

3 Sínodo dos Bispos: Em 2013 o papa Francisco convocou o Sínodo sobre a família, intitulado "Sínodo dos Bispos: os desafios pastorais da família no contexto da evangelização". Na primeira etapa, o Vaticano enviou às dioceses do mundo todo um questionário de 38 perguntas sobre o tema, que serviu como um documento preparatório para a III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos sobre a Família, que ocorreu em outubro de 2014. Durante a III Assembleia Extraordinária do Sínodo dos Bispos, no Vaticano foi produzido um texto com 46 pontos a serem refletidos pela comunidade católica. Todo esse processo culminará na XIV Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá de 4 a 25 de outubro de 2015, no Vaticano, cujo tema proposto é "A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo. O sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU contém um amplo material sobre o tema que pode ser acessado em ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

4 sobre o tema, leia Casamento gay e uniões entre pessoas do mesmo sexo: desafios à Igreja, publicado nas Notícias do Dia, de 11-03-2011, disponível em <http://bit.ly/1cpbaJk>. (Nota da **IHU On-Line**)

homossexuais eram inadequados; por vezes, eles pareciam confusos em compreender uma pessoa homossexual; a orientação sexual, segundo eles, era o que fazia uma pessoa homossexual.

Desde 1980, o magistério católico reconheceu que não se deve falar das pessoas homossexuais apenas em termos de "atos" e "orientação". Vários documentos da Igreja falam de dignidade, respeito, justiça e cuidado pastoral para com uma pessoa homossexual. Esses documentos refletem o ensino sobre a justiça social da Igreja; infelizmente, o ensino da justiça social da Igreja não recebe tanta atenção quanto a sua doutrina sobre a ética sexual na área da homossexualidade.

Judaísmo

O judaísmo ortodoxo geralmente proíbe a conduta homossexual. O judaísmo conservador vem discutindo as questões homossexuais desde a década de 1980. Em 2012, o ramo norte-americano do judaísmo conservador aprovou formalmente as cerimônias de casamento do mesmo sexo.

A maioria dos rabinos conservadores fora dos EUA rejeita essa abordagem liberal. O maior ramo do judaísmo na América do Norte, o movimento do judaísmo reformista, aceita a ordenação de gays, lésbicas e bissexuais como rabinos e cantores. O movimento judaico reconstrucionista acredita que a homossexualidade e a bissexualidade são expressões sexuais normais e congratula-se com gays, bissexuais e lésbicas para participarem plenamente em todos os aspectos da vida em comunidades reconstrucionistas.

Islamismo

A homossexualidade dentro do Islã é afetada não só pela religião, mas também pelo sistema jurídico e cultural dos países com uma população muçulmana significativa. A homossexualidade é considerada não só um pecado, mas também um crime sob a lei islâmica. As punições são diferentes entre

as escolas de jurisprudência; no entanto, todos concordam que a homossexualidade é digna de uma pena severa (por exemplo, surra, prisão ou morte).

A maioria dos muçulmanos, ainda hoje, acredita que este tratamento cruel das pessoas LGBT é justificado. Na maior parte do mundo islâmico, a homossexualidade não é socialmente aceita, e até mesmo os muçulmanos moderados, que vivem principalmente no mundo ocidental, consideram a homossexualidade como algo ofensivo e indesejável.

IHU On-Line - Qual é o motivo das condenações de pessoas homossexuais encontradas na Bíblia?

Jeannine Gramick - Os atos homossexuais, não as pessoas homossexuais, são condenados na Bíblia. A base para a condenação desses atos é a lei natural. Os autores bíblicos acreditavam que todas as pessoas eram orientadas à heterossexualidade; eles pensavam que não era natural para os heterossexuais envolver-se em um comportamento com pessoas do mesmo sexo.

A condenação dos atos homossexuais, seja nas Escrituras Hebraicas, seja nas Epístolas de São Paulo, baseia-se em uma compreensão limitada da sexualidade na cultura daquela época. Os escritores da Escritura de 2000 a 3000 anos atrás não tinham conhecimento de que algumas pessoas são constitucionalmente atraídas aos membros de seu próprio gênero.

Nosso conhecimento da psicologia e das várias facetas da personalidade humana é imensamente diferente hoje do que era durante o tempo de São Paulo ou dos escritores do Gênesis e do livro do Levítico. A evidência científica atual de que a homossexualidade e a bissexualidade são orientações sexuais inatas exige novas interpretações dessas passagens. Se essa informação científica estivesse disponível, talvez São Paulo não teria julgado os atos homossexuais tão gravemente, ou até mesmo nem os teria julgado.

As Escrituras hebraicas, por vezes, condenam certas atividades sexuais, como as relações conjugais durante o período menstrual da mulher, algo que já não consideramos errado. Da mesma forma, as Escrituras permitem algumas práticas que já não aceitamos, como a pena de morte para pessoas adúlteras. A erudição bíblica atual ajudou enormemente a colocar as passagens em um contexto histórico e cultural adequado. Um estudioso da Bíblia disse que não há ética sexual bíblica, apenas uma ética do amor bíblico.

IHU On-Line - Será que falar sobre a inclusão implica aceitar os gays em comunidades da Igreja e também uma nova interpretação da reflexão teológica anterior sobre a homossexualidade?

Jeannine Gramick - Existem diferentes maneiras em que as pessoas LGBT podem ser incluídas na Igreja. Por exemplo, seja privada ou publicamente, um pároco ou coordenador pastoral de uma paróquia pode falar do púlpito sobre o acolhimento às pessoas LGBT na paróquia. Essas palavras, vindas da liderança, são boas, mas não suficientes. Os membros da comunidade paroquial precisam ajudar as pessoas LGBT a sentirem que são parte integrante da paróquia.

Muitas pessoas LGBT se sentem em casa na sua paróquia, mas muitas vezes a sua orientação sexual ou identidade de gênero é conhecida apenas por alguns paroquianos. Muitos acham que vão ser demitidos ou não convidados a participar dos ministérios da Igreja, como ministros da Eucaristia, leitores, diretores musicais, membro do coral ou membros do conselho paroquial, a menos que escondam que são LGBT.

A vida LGBT dentro da Igreja

Houve um incidente em Viena, em 2013, que mostra a situação precária das pessoas LGBT que trabalham na Igreja. Um homem, que vivia em uma união civil com seu parceiro, foi eleito para atuar no conselho paroquial. Quando o pároco bloqueou a sua eleição, o homem pediu para ver o cardeal Christoph Schönborn,

arcebispo de Viena. O arcebispo convidou o homem e seu parceiro para um almoço, e ficou impressionado com o seu compromisso de fé, humildade e dedicação à Igreja. O cardeal reintegrou o homem ao conselho. Infelizmente, nem todas as situações acabam com um final feliz quando as pessoas LGBT saem do armário na Igreja.

Além de aceitar as pessoas LGBT em comunidades eclesiais, a inclusão exigirá uma reflexão teológica que acabará resultando em novas interpretações sobre a homossexualidade; no entanto, serão necessários muitos, muitos anos antes que essas novas interpretações se tornem parte da doutrina oficial da Igreja.

IHU On-Line - Em que medida deve o discurso cristão sobre a família ser repensado a partir das experiências das pessoas LGBT?

Jeannine Gramick - Há uma série de televisão muito popular nos EUA chamada "Modern Family" [Família Moderna]. Ela acompanha as vidas de três famílias que estão todas relacionadas através de um homem chamado Jay. Jay é divor-

ciado, mas vive com sua segunda esposa, uma mulher colombiana muito mais jovem, com seu filho pequeno e um filho mais velho do casamento anterior de sua esposa. A filha de Jay, Claire, seu marido e seus três filhos são a segunda família. A terceira família é a do filho de Jay, Mitchell, seu marido e sua filha adotada vietnamita. Além de ser engraçado, o programa tenta mostrar que aquilo que nós pensamos como uma "família" está em constante mutação. Apenas uma dessas famílias coincide com o conceito tradicional de uma família biológica nuclear. As outras duas famílias são afetadas pelo divórcio, a homossexualidade e a adoção.

Desafios da família cristã

Em setembro de 2015, as famílias de todo o mundo irão convergir em Filadélfia para o Encontro Mundial das Famílias. Essa conversa pública sobre a família precisa incluir todos os tipos de famílias não tradicionais: famílias com membros divorciados, famílias monoparentais, famílias de pais heterossexuais

com filhos gays ou lésbicas, famílias de casais do mesmo sexo com seus filhos biológicos ou adotados, famílias com membros transexuais ou intersexuais.

O tema do Encontro Mundial das Famílias é "O amor é a nossa missão: a família plenamente viva". Minha prece é que todos esses tipos de famílias mostrem ao mundo como o amor faz uma família. Os nossos bispos, especialmente, precisam ouvir as suas experiências e levar essa nova compreensão sobre a diversidade da família para suas deliberações de outubro, em Roma, para o Sínodo Ordinário sobre a família.

Eu conheço muitos católicos gays e lésbicas que estão comprometidos uns com os outros em relações monogâmicas amorosas de longo prazo. Muitos desses casais são bons pais, criando os filhos com princípios morais. Como podemos dizer que as suas relações familiares são menos sagradas aos olhos de Deus do que as de um casal heterossexual e seus filhos? Certamente, as pessoas LGBT devem ser uma parte essencial desse discurso sobre a família. ■

LEIA MAIS...

- *'A videira é Cristo'*. Entrevista com Irmã Jeannine Gramick, concedida à revista Adista, nº. 19, 14-05-2012, publicada em Notícias do Dia do sítio IHU em 17-05-2012, disponível em <http://bit.ly/1O9fNoq>.
- *Grupo católico gay recebe tratamento VIP no Vaticano pela primeira vez*. Reportagem da agência Reuters em 18-02-2015, publicada em Notícias do Dia do sítio IHU em 19-02-2015, disponível em <http://bit.ly/1BpiMFY>.
- *'A Igreja deveria reconhecer a diversidade de relações existentes'*. Entrevista com Johan Bonny publicada nas Notícias do Dia, de 15-01-2005, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1P4mx7k>;
- *"Bispo belga defende o reconhecimento dos relacionamentos homoafetivos."* Artigo de Johan Bonny publicado nas Notícias do Dia no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1PD6q1Y>.
- Arcebispo de Canterbury sobre os gays: "Quem sou eu para julgá-los por seus pecados, caso tenham pecados?". Artigo publicado nas Notícias do Dia, de 26-02-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1D5h7QM>;
- A Igreja e os homossexuais. Entrevista com Luís Corrêa Lima publicada nas Notícias do Dia, de 05-08-2009, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1O7z5hb>;
- Católicos gays encontram um novo tom sob o Papa Francisco e com seus próprios bispos. Reportagem publicada nas Notícias do Dia, de 18-02-2015, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1O7z8cU>.

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos entre os dias 20-04-2015 e 29-04-2015.



IHU Ideias – Jovens, novas mídias e o compartilhamento de protocolos de comunicação na sociedade em rede

Palestrante: Profa. Dra. Carla Mendonça

Local: Sala Inácio Ellacuría e Companheiros - IHU

Horário: 17h30min às 19h

Sabia mais em <http://bit.ly/1Jtvjly>

Oficina – Exercício e Acesso à Base de Dados do IBGE (2ª edição)

Ministrante: Prof. MS Ademir Barbosa Koucher - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Horário: 9h às 12h

Local: Laboratório de Informática - B09 009

Saiba mais em <http://bit.ly/1yuPtry>



METRÓPOLES – Pegada Hídrica, transparência e governança da água nas metrópoles brasileiras: desafios e avanços

Palestrante: Profa. Dra. Vanessa Lucena Empinotti

Horário: 19h45min às 22h

Local: Sala Inácio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1ClSn8y>

**LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR**

TEOLOGIA PÚBLICA

A mística teresiana e a profunda transformação

Lúcia Pedrosa de Pádua apresenta a narrativa de Teresa de Ávila como caminho para buscar o contato íntimo consigo e com Deus, transformando o mundo a partir desse instante

Por João Vitor Santos

A experiência mística é transformadora. A afirmação não chega a trazer novidade, mas e se pensarmos numa mística transformadora para além do espiritual, algo simplesmente humano? É com essa abordagem que a professora de teologia da PUC-Rio Lúcia Pedrosa de Pádua fala da experiência de Teresa de Ávila. Para ela, Teresa só alcançou o melhor da vivência mística porque encarou sua condição humana. “Ela prova que o amor espiritual é humano. Não existe amor puramente espiritual porque não somos anjos. Somos humanos”, pontua. Na entrevista a seguir, concedida pessoalmente à **IHU On-Line quando da sua presença no Instituto Humanitas Unisinos - IHU**, Lúcia propõe uma leitura do legado de Santa Teresa para os dias atuais.

Lúcia entende Teresa como uma peregrina inquieta. Significa que a vê na figura de uma mulher que busca, vai atrás, quer movimento. Postura que, segundo a teóloga, o papa Francisco destaca ao dizer que temos de aprender a sermos peregrinos. Isso, pela mística teresiana, sinaliza transformações. “Francisco chama atenção para a necessidade de uma Igreja em saída. Ou seja, ele quer movimento na Igreja. Então, sabe que não há movimento se a gente não sacode a poeira de muitas coisas que engessam esse movimento”, destaca.

E não suscita só mudanças na Igreja. Através da experiência mística, Teresa tece uma narrativa de vida que incita a busca por algo mais. Coloca em cheque desde a condição da mulher, da oração e

da busca pelo essencial. Logo, tal experiência pode passar a ser lida desde como forma de superar crises, até a conquista de espaços para as questões de gênero, cor ou classe social. “Teresa dilata e empodera as capacidades humanas. Descobre e dilata o eu interior na sua forma até mesmo de ver e compreender interiormente”, o que de fato suscita uma verdadeira e profunda transformação nas mais diversas instâncias da vida humana.

Na entrevista, Lúcia demonstra como esse processo pode inspirar a humanidade hoje. Para ela, a prova da força dessa narrativa da experiência mística de Teresa de Ávila pode ser demonstrada pelo interesse em sua obra, estudada por várias áreas do saber. “Ela morre em 1582, a primeira edição das suas obras é de 1588 e não deixaram de ser publicadas.”

Lúcia Pedrosa de Pádua tem doutorado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e pós-doutorado em Teologia da Espiritualidade pela Pontifícia Università Gregoriana de Roma, na Itália. É professora de Teologia e Cultura Religiosa na PUC-Rio. Entre suas obras, destacam-se *Espiritualidad de Encarnación de la Institución Teresiana: una reflexión a partir de la Teología Latinoamericana* (Cochabamba, Bolívia: Editorial Serrano, 2006), *O humano e o fenômeno religioso* (Rio de Janeiro - RJ: PUC-Rio, 2010) e *Santa Teresa. Mística para o nosso tempo* (Rio de Janeiro: PUC-Rio e Reflexão, 2011).

Confira a entrevista.



Teresa dilata e empodera as capacidades humanas. Descobre e dilata o eu interior na sua forma até mesmo de ver e compreender interiormente

IHU On-Line - Como analisa o legado de Teresa de Ávila a partir dessa conexão íntima entre o amor espiritual e o amor humano?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Eu vejo Santa Teresa como uma mulher que deixou uma herança enorme, quase do tamanho do que ela recebeu. Todos nós recebemos muito da história e, em geral, na maioria das vezes, deixamos pouco. Teresa deixa um legado impressionante em termos do conjunto de sua obra e de sua vida. Ela é estudada a partir de várias perspectivas. Eu conheço até quem a estude a partir da perspectiva da medicina popular, através das Cartas, e da administração, administração das comunidades, dos conventos que ela fundou.

Agora, com certeza, seu grande legado é sua experiência de oração. E nessa experiência de oração há um processo, um caminhar. É um processo que ela vai *experimentando*, que vai vivendo ao longo da vida dela. E sobre essa relação entre o amor espiritual e humano, ela prova que o amor espiritual é humano. Não existe amor puramente espiritual porque não somos anjos. Somos humanos. Nenhum amor é puramente espiritual, embora na linguagem às vezes apareça esse dualismo. Mas ela prova e vai integrando todo esse amor que, segundo as palavras dela, aparecia “aos borbotões”. O amor espiritual, ou seja, o amor a Deus, é integradamente um amor humano, por ser um amor para os demais e por ser um amor para consigo próprio. No sentido de criar um autoconheci-

mento. Portanto, é um amor irradiante em todas as direções.

IHU On-Line - Então, assume-se essa condição humana. Portanto, o amor será humano. Mas se passa a desenvolver e trabalhar essa relação no espiritual. É isso o que fica do grande legado de Teresa?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Ela vai desenvolvendo, vai descobrindo e se descobrindo em sua humanidade na medida em que vai descobrindo este Deus que tanto a chama. É uma dialética inseparável. Quanto mais perto de Deus, mais perto de si própria Teresa está. Essa é a dinâmica do *Castelo Interior*¹. Deus, como um sol, habita a pessoa, que é comparada a um castelo de diamante ou muito claro, como cristal. Este sol interior como que atrai uma entrada para dentro de si. Esta entrada dentro de si é também uma entrada na claridade de si mesmo. No melhor que a pessoa pode ter. No melhor que a pessoa se descobre do ponto de vista humano e ético. E este encontrar-se e descobrir-se humano e ético coincidem com o encontro cada vez mais profundo com Deus. Com o Deus de Jesus Cristo, como ela vai definindo mais tarde no seu caminhar espiritual.

IHU On-Line - Por que Teresa de Ávila é uma andarilha para tempos de peregrinação²?

¹ *Castelo Interior ou moradas*. São Paulo: Paulus, 1997. (Nota da **IHU On-Line**)

² Na 12ª Páscoa IHU, Lúcia conduziu a conferência Teresa de Ávila, a andarilha em tempos de peregrinação. (Nota da **IHU On-Line**)

Lúcia Pedrosa de Pádua - No tempo dela, foi chamada de mulher inquieta e andarilha. Hoje, nós admiramos o fato de ela ser uma andarilha, uma mulher inquieta. Porém, no tempo dela, esta expressão foi pejorativa. Foi uma expressão realizada por um núncio papal que, de forma pejorativa, vai dizer que Teresa é uma mulher inquieta e andarilha; e continua, ao dizer que é desobediente e contumaz; e continua ainda, ao dizer que, em termos de religião, inventa más doutrinas. Ou seja, desqualifica sua atividade como má doutrina. E continua, ao ir contra o Concílio de Trento³, recém-finalizado. E, ao finalizar a frase, acrescenta que vai contra o apóstolo que ensinava que as mulheres não deviam falar ou ensinar. Portanto, Teresa era uma mulher que ia contra os costumes, contra o Concílio, contra os preladados e contra a própria Bíblia. Não é muito honroso e também é uma frase que demonstra a perseguição e os riscos pelos quais Teresa, com sua ousadia, passou.

Hoje em dia, agradecemos essa explicação pejorativa porque ela é ressignificada. O papa Francisco, na abertura do Ano Teresiano⁴, vai convidar os cristãos a entrarem na escola de Teresa, na escola da Santa Andarilha, e a aprenderem que na escola na Santa Andarilha somos todos peregrinos. É uma ressignificação, cinco séculos depois, positiva, que coloca essa inquietude e andar teresianos.

Aí você pode me perguntar: em que sentido ela foi andarilha? Sa-

³ **Concílio de Trento**: realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé (sagrada escritura histórica) e a disciplina eclesial, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contrarreforma. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Ano Teresiano**: 2015 é considerado o Ano Jubilar Teresiano, decretado pelo papa Francisco em referência ao 5º centenário de nascimento de Teresa de Ávila. (Nota da **IHU On-Line**)

bemos que ela foi uma andarilha como fundadora. Ela pessoalmente fundou mais de 15 conventos. Portanto, andou por meia Espanha. Foi uma andarilha dos caminhos da Espanha, na intempérie, na chuva, no vento, na neve, no sol inclemente das regiões do sul. E uma andarilha incansável porque sempre esperançada no futuro e no que viria depois. Ao mesmo tempo, nós podemos também descobrir na vida dela várias peregrinações. Toda a vida dela foi um grande processo de amadurecimento e de encontro com aquele que, segundo ela, sabemos que nos ama: o próprio Deus.

IHU On-Line - Como podemos entender o significado desse convite do papa Francisco para sermos peregrinos e teresianos? De que forma isso representa uma ressignificação de papéis da Igreja?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Dois momentos. No tempo dela, esta ousadia foi admirada por vários varões e várias pessoas. Não podemos esquecer que ela teve a crítica, mas também teve seguidores. Hoje em dia, torna-se especialmente importante pelo fato de Francisco chamar atenção para a necessidade de uma Igreja em saída. Ou seja, ela quer movimento na Igreja.

Então, sabe que não há movimento se a gente não sacode a poeira de muitas coisas que engessam esse movimento. Daí esse convite do papa, tão forte, de colocar a vida e as pessoas acima das leis, que podem engessar. É um convite ao dar-se. As peregrinações teresianas podem ajudar a gente nessa movimentação, nessa retomada de um dinamismo. Por exemplo: Teresa foi uma mulher que buscou, que não se acomodou. E que apresentou ao longo de sua vida muita jovialidade. E jovialidade nesse sentido de flexibilidade. Uma das palavras dela ao morrer: “é tempo de caminhar”. Uma pessoa doente que no leito de morte diz que

é tempo de caminhar, indica uma pessoa que se coloca em movimento, deseja e busca.

Busca que se manifesta desde o início da vida dela. Com sete anos, foge de casa querendo ser misso-

“

Ela prova que o amor espiritual é humano

nária. Nas palavras dela, queria ser “descabeçada pelos mouros, queria morrer mártir”. Mas nós temos também uma segunda fuga, para ser freira, para ser carmelita. Uma fuga difícil, pois o pai dela não queria esse caminho. Mas, mesmo assim, ela busca a sua felicidade. Aí está algo interessante, porque felicidade não é uma categoria do tempo dela, mas é do nosso tempo.

IHU On-Line - Pensando a partir da história de Teresa, quais são as principais peregrinações da mulher hoje dentro e fora da Igreja?

Lúcia Pedrosa de Pádua - A mulher tem sempre que ousar. Tem que buscar, não pode deixar essa movimentação. Porque vemos - os dados e a vida cotidiana mostram - que ainda não temos essa qualificação ou esta igualdade (com os homens). No tempo de Teresa, isso era muito forte. E ela teve que, primeiro, ser muito observadora. Cair na conta da desqualificação que as mulheres sofriam. Isso é algo para hoje: cair na conta, não abandonar o sentido crítico.

Teresa foi uma observadora da mãe. A mãe dela teve nove filhos. Ela observava que a mãe e ela liam os livros de cavalaria sempre escondidas do pai. Sempre olhando para porta, com medo que o pai entrasse. Então, observa essa condição feminina que está dentro de

casa. E observa isso dentro dela. A forma como é desqualificada por alguns varões, como o núncio, que é um dos testemunhos. Temos outros testemunhos também de cate-dráticos de Salamanca.

Essa observação é crítica, que se abre à crítica. Nós temos uma oração dela que denuncia essa situação de encurralamento que as mulheres viviam. Ela diz, em forma de oração: “já não basta, senhor, que o mundo nos traga encurralados e que não haja virtude de mulher que não tenham por suspeita”. Teresa vai observar que as mulheres não podem falar em público aquilo que choram em segredo. Portanto, esta observação crítica e que é capaz de se expressar, Teresa expressa em forma de oração. Isso é muito belo. É uma função e necessária ao papel da mulher hoje em dia: a observação, a crítica e o falar, buscar palavras. A violência contra a mulher ainda necessita de muita palavra, muita denúncia. O Brasil vive essas denúncias em torno do 8 de março. Mas o 8 de março manifesta uma situação longe de ser ideal. Temos caminhado, mas está longe de ser até mesmo calculada.

IHU On-Line - E dentro da Igreja, quais os desafios da mulher peregrina?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Um dos papéis importantes é crescer e desenvolver essa função teológica. A mulher teóloga é muito importante na Igreja e ainda são poucas as mulheres que se aventuram no caminho da teologia, no estudo teológico.

IHU On-Line - Por que são tão importantes?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Porque a mulher precisa se ver na teologia, na história e no futuro da teologia para descobrir sua qualidade. Nos fóruns, nas comunidades, como dirigentes da comunidade, como participantes principais que nós temos no Brasil falta ainda essa palavra da mulher especialmente

nas instâncias mais qualificadas e mais decisórias.

IHU On-Line - Você fala, então, de uma mulher que não somente conte a história de varões, mas também se insira dentro dessa história?

Lúcia Pedrosa de Pádua - A barreira da inserção deve ser sempre galgada, pulada, na instância política, etc. Talvez a mulher não se veja ainda ocupando esses espaços como poderia, como deveria.

IHU On-Line - Por que você considera a experiência teresiana como grande janela através da qual vislumbramos as possibilidades humanas em sua comunicação com Deus?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Teresa, como os grandes místicos, reflete algo de nós. Por isso são atuais. Aliás, as obras teresianas nunca deixaram de ser publicadas. Ela morre em 1582, a primeira edição das suas obras é de 1588 e não deixaram de ser publicadas. Por quê? Qual o segredo disso? Curiosidade? Não. Vontade de estudá-la? É pouco para esse êxito editorial. O êxito vem do encontro que a pessoa que a lê faz consigo mesma e com Deus e com ela.

A pessoa que lê encontra algo de si. E além de encontrar algo de si, pode vislumbrar um si mesmo desconhecido. Lendo Teresa, nós podemos vislumbrar a enorme capacidade humana, a enorme capacidade e beleza. "Beleza e capacidade da alma", na expressão dela. Teresa dilata e empodera as capacidades humanas. Descobre e dilata o eu interior na sua forma até mesmo de ver e compreender interiormente. Dilata suas capacidades de descobrir-se em suas potencialidades, de gerenciar medos, de avançar em coragem, de iniciar trabalhos insuspeitáveis antes. Então, lendo Teresa podemos, primeiro, admirá-la como pessoa, mas, pelas asas dela, voar também. Descobrimos em

nós dimensões adormecidas. Da nossa capacidade, interioridade e capacidade dinâmica.

IHU On-Line - É isso que também leva Teresa e sua obra para outras áreas do conhecimento?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Teresa desperta o interesse de vários saberes. Primeiro essa forma dela de falar do humano vai despertar o interesse da literatura. Atualmente tem despertado especialmente a atenção da psicologia, psicologia profunda e outras vertentes. Porque Teresa é uma mulher capaz de falar em filigrana do humano. Não tem medo de descobrir em sua beleza e em sua fealdade, em suas mazelas, no mal que pode provocar. Isso a torna fascinante para a psicologia, essa filigrana com que ela descreve essa inter-relação entre corpo, mente e espírito. As capacidades psíquicas também de reciclar as memórias e refazer-se como pessoa humana e de integrar o próprio corpo em tudo isso, em toda essa experiência.

A História também desperta esse interesse. A história dos costumes tem em livros históricos de Teresa, como *As Fundações*⁵, as cartas, um enorme veio. O *Dicionário Teresiano*⁶, publicado há pouco tempo, é grande, foi caríssimo e demorou a ver a luz. Por quê? Devido à quantidade de nomes que Teresa cita, com nomes e sobrenomes em suas cartas. Pessoas tão diferentes e de estratos sociais tão diversos. São nobres, burgueses, há escritos ao rei, escritos a pessoas de ordens religiosas diferentes, ordem novas como os Jesuítas, ordens tradicionais, homens e mulheres, familiares. Teresa acompanha a vida de seus irmãos. Ela vai acompanhar até a terceira geração na sua família naqueles que sobreviveram ou

que retornaram de incursões pelas Índias. Portanto, essa riqueza de detalhes e costumes, de narrativas presentes nas cartas que circulam pelo mundo da culinária, da medicina, dos chás, dos acontecimentos políticos, das guerras que vão atingir e provocar também a preocupação de Teresa. Tudo isso faz das cartas e das Fundações uma verdadeira crônica de época na qual podemos ver não só a vida cotidiana como também a vida política não fácil daquele tempo, de guerras e um tempo também de inquisições e perseguições.

IHU On-Line - Qual é o poder da narrativa de Teresa, já que é uma narrativa de si própria, da sua experiência? A impressão que se tem é de que são duas Teresas: a experienciadora, que vive a experiência, e a narradora, que transmite a mensagem dessa experiência.

Lúcia Pedrosa de Pádua - Teresa tem muita consciência de que há três momentos na narrativa. E ela escreve isso. O primeiro momento é a experiência. O segundo momento é refletir sobre a experiência, é saber, segundo suas palavras, "de qual graça se trata". E o terceiro momento é saber comunicá-la. E ela vai fazer com maestria essa narrativa.

Além disso, Teresa é uma mulher moderna. Está no início da modernidade. E o início da modernidade traz em si essa descoberta da subjetividade, e por isso Teresa vai ser uma narradora. O *Livro da Vida*⁷ está escrito em primeira pessoa. Isso antes de Descartes⁸. Ela co-

⁷ *Livro da vida*. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2010. (Nota da **IHU On-Line**)

⁸ **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesianas, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns

⁵ *As fundações de Santa Teresa de Ávila*. Fortaleza: Shalon, 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ *Dicionário de Santa Teresa de Jesus*. São Paulo: LTR Editora, 2009. (Nota da **IHU On-Line**)

meça falando, a primeira frase do livro é: “ter pais tão virtuosos e tementes a Deus me teria bastado, se eu não fosse tão ruim, junto com o que o senhor me favorecia para ser boa”. Ou seja, ela já começa ali falando de sua vida.

O que acontece com a narrativa? É um gancho com o leitor, porque pela narrativa o leitor também se narra. E é uma das chaves do êxito editorial de Teresa. Ela não estudou teologia escolástica, como seu amigo João da Cruz¹⁰ e outros. A sua forma de narrar, apesar de não ser desprovida de teologia, traz muita teologia através de leituras e conversas com os teólogos. Mas na hora de explicar, ela vai usar e buscar as suas próprias palavras e uma forma de ser compreendida. Assim, embutida na narrativa de Teresa, há uma intencionalidade didático-pedagógica.

Profetisa narradora

Teresa quer ser compreendida para que sua mensagem cumpra a função. Primeiro, porque precisa narrar como os grandes profetas que diante de Deus têm que falar.

comentadores, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da **IHU On-Line**)

9 *Livro da vida*. São Paulo: Penguin Classics. Companhia das Letras, 2010. p. 37. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **João de Yepes ou São João da Cruz** (1542-1591): ingressou na Ordem dos Carmelitas aos 21 anos de idade, em 1563, quando recebe o nome de Frei João de São Matias, em Medina del Campo. Em setembro de 1567 encontra-se com Santa Teresa de Jesus, que lhe fala sobre o projeto de estender a Reforma da Ordem Carmelita também aos padres. Aceitou o desafio e trocou o nome para João da Cruz. No dia 28 de novembro de 1568, juntamente com Frei Antônio de Jesús Heredia, inicia a Reforma. No dia 25 de janeiro de 1675 foi beatificado por Clemente X. Foi canonizado em 27 de dezembro de 1726 e declarado Doutor da Igreja em 1926 por Pio XI. Em 1952 foi proclamado “Patrono dos Poetas Espanhóis”. Sua festa é comemorada no dia 14 de dezembro. Sobre São João da Cruz, confira *As obras completas de São João da Cruz* (Petrópolis: Vozes, 2002). (Nota da **IHU On-Line**)

Como o profeta Amós¹¹, que diz: “O leão rugiu. Quem não temerá? Deus falou: quem não profetizará?” Portanto, ser profeta é um imperativo que surge do interior de Teresa de forma irrevogável. Ela não pode ficar calada, os místicos não podem ficar calados. Ela precisa falar e

“

Não existe amor puramente espiritual porque não somos anjos

tem o que dizer. O que ela tem a dizer fundamentalmente é o que Deus faz com a pessoa humana. É a narrativa do encontro da pessoa humana com Deus e, antes, dessa busca que Deus faz. Deus realiza por cada pessoa humana.

E Teresa tem o dom da pluma. O dom da fala. Ela é uma pessoa comunicativa. E ela mesma vai dizer: “quanto mais santas, mais conversáveis”. Portanto, a noção de santidade ligada a uma austeridade de palavras não é a vertente teresiana. E nisso ela vai ser pioneira. Esse conjunto de qualidades proféticas e humanas no sentido do dom mesmo particular de narrador, de faladora, de conversadora e leitora, que é Teresa, tudo isso vai fazer dela uma grande narradora.

O *Livro da Vida* é narrativa em primeira pessoa, mas o *Livro das Moradas* também. É uma auto-

11 **Amós**: profeta do Antigo Testamento, autor do Livro de Amós. Ele é um dos doze Profetas Menores. Nativo de Tecoa, uma cidade a cerca de 20 km, nos limites do deserto de Judá, a sudeste de Belém. Ele era um homem de família humilde, vaqueiro e cultivador de sicómoros. Aproximadamente em 760 a.C., deixou sua vida tranquila e foi anunciar e denunciar no Reino de Israel Setentrional, durante o reinado de Jeroboão II. Profetizou durante os reinados de Uzias, rei de Judá, e foi contemporâneo de Isaías e Oseias, que viveram alguns anos a mais que ele. (Nota da **IHU On-Line**)

biografia, embora não seja em primeira pessoa. É uma forma de falar a sua experiência, do Castelo Interior, mas não em primeira pessoa. É outra forma de narrar o que viu de mais impressionante na sua existência, que foi a presença e a comunicação de Deus. Aliás, a teologia de Teresa também está ancorada na ideia de que Deus também é um falador. É um Deus, nas palavras dela: “que assim se comunica”. Que quer se comunicar, que desce, que condescende, que deseja e estabelece o contato com a pessoa humana, fazendo da pessoa humana uma maravilha.

IHU On-Line - Vivemos um momento no mundo, e no Brasil em especial, em que falamos muito em crise. Crise política, social, econômica e até do humanismo. De que forma a mística de Teresa de Ávila pode inspirar saídas para esse estado de mal-estar e crise?

Lúcia Pedrosa de Pádua - Teresa pode nos ensinar a ser mais consistentes e mais sensíveis com o outro. Há dois movimentos. Um que é centrípeto e outro que é centrífugo, provando que se exigem mutuamente. Vejo que nós podemos, cada um, mas como humanidade, caminhar nessa verdade diante de si mesmo. Abandonar um pouco a crítica que fazemos aos outros e a desculpa que nos damos a nós mesmos sempre. Isso não contribui para um estado ético. Porque caminhamos olhando para fora e olhando pouco para dentro. Mística e ética se complementam.

Toda mística exige uma transformação interior. As transformações internas são lentas e necessitam uma experiência, e experiência exige tempo. Então, sermos transformados em nosso medo, nosso fechamento, em nossa falta de coragem de olhar o que em nós não é ético e não é bonito. Isso é uma necessidade atual de um estado ético, de uma situação ética. Ou seja, precisamos descobrir isso, fa-

zer uma séria autocrítica da nossa fragilidade ética. Uma fragilidade muito encoberta por situações de corrupção, cobrindo nossa ética pessoal.

A mística forma sujeitos consistentes. Humanamente consistentes. E, aí, consistentes no seu autoconhecimento, na sua própria verdade e na sua coragem de transformação. E uma coragem de transformação sem perfeccionismo. Porque o perfeccionismo não ajuda nessa trajetória. Sabendo que tudo é um processo. Nesse ponto, o papa Francisco fala bem. O ser humano é um ser em processo. Então, não ter medo. A mística cria e recria uma qualidade nova de consistência humana e ética. A mística não pode ser vista como momentos de meditação. Ela é uma transformação profunda que atravessa o sujeito como um todo.

Ao mesmo tempo em que a mística transforma e cria consistência, ela projeta e potencializa. O projetar e potencializar é poder enxergar o mundo, como o co-humano, como co-humanidade, na qual estamos juntos, na qual temos que pensar, refletir e atuar em projetos comunitários, de país, que vão para além de uma mudança efêmera aqui ou ali e que não tem consistência enquanto processo maior, enquanto passo a passo de uma nova comunidade, novo projeto, novo país.

Corrupção é problema espiritual

O que temos feito? Temos dado passos? Mas falta muito. Nós estamos atualmente neste tempo de corrupção. Podemos dizer que esse é um problema espiritual também. Porque é um problema de formação humana, de subjetividades. Formação de subjetividades cuja tendência forte tem sido o fechamento, subjetividades fechadas. Fechadas em mundos próprios e reduzidos, como pode ser, por exemplo, o mundo do consumo.

A subjetividade aberta tem que ir para além, muito além disso. Mas ninguém consegue ir além sem essa consistência interna. É importante caminhar juntos. É o que Teresa mostra. Biblicamente, temos aquela frase: Marta e Maria estão juntas. É tão simples, tão evangélico. O amor, o serviço sempre juntos. A contemplação e ação inseparáveis¹². Isso não é fácil. Ou melhor, é um caminho saboroso. Teresa vai convidar a isso.

Por que não é fácil? Na ação nós queremos transformar, mas na oração nós temos que ter o chamado da humildade, não para transformar, mas transformar-nos. Então, são movimentos diferentes. E como estamos mais acostumados a exigir ou agir, às vezes transferimos esse mesmo movimento para a oração.

¹² Evangelho de Lucas 10, 38-42. (Nota da IHU On-Line)

E aí exigimos de Deus o que ele tem que fazer. Não aceitamos o movimento contrário que é de acolhida e de abertura para a novidade de Deus que os místicos vêm mostrar, que é sempre desconcertante.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Lúcia Pedrosa de Pádua - A experiência de Teresa, na verdade, é extremamente simples. Muitas vezes pensamos na Teresa do êxtase. Como se o êxtase fosse o máximo na espiritualidade e na mística teresiana. E não. O êxtase não é o ponto de chegada dela. Ainda é uma parada. O ponto de chegada de Teresa é a integração da oração com a ação. É a integração de Marta e Maria.

E quando Teresa ensina a oração é muito simples. Para ela, a oração é um trato de amizade. É uma conversa com Deus. Na expressão dela é "tratar de amizade com quem sabemos que nos ama. Estar com ele, muitas vezes, a sós". Portanto, é um convite simples. Entende a criança, entende o jovem, entende o velho, entende o adulto. Porque as amizades são construções. Em cada etapa de nossa vida, elas exigem coisas diferentes. O que Teresa ensina, o magistério teresiano no fundo é muito simples. É bastante acessível. E por isso Paulo VI viu com tanto gosto que Teresa fosse uma doutora da Igreja. Doutora da Igreja Universal. ■

LEIA MAIS...

- *A liberdade da experiência no encontro com Deus*. Entrevista com Lúcia Pedrosa Padua, publicada na edição 460, de 16-12-2014, disponível em <http://bit.ly/1D0ZTEk>
- *Teresa de Ávila, mulher "eminentemente humana e toda de Deus"*. Entrevista com Lúcia Pedrosa Pádua, publicada na edição 403, de 24-09-2012, disponível em <http://bit.ly/1cvKE0M>
- *"Mãe da psicologia"? Subjetividade, liberdade e autonomia em Teresa de Jesus*. Entrevista com Lúcia Pedrosa Pádua, publicada em Entrevista do Dia, no sitio IHU em 08-01-2012, disponível em <http://bit.ly/1b2T13v>
- *Teresa de Ávila: peregrina solar que inspira a busca pelo essencial hoje*. Reportagem publicada na edição 461, de 23-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1JKg7as>

TEOLOGIA PÚBLICA

O que significa pensar o cristianismo hoje? 70 anos sem Bonhoeffer

“Bonhoeffer não era uma mentira ambulante, nem um pensador confinado em seu escritório. A coerência entre a teoria e a prática era fundamental para ele”, escreve Pedro Lucas Dulci, mestre em filosofia pela UFG e graduando em teologia pelo SPBC, ao lembrar os 70 anos do martírio do pastor luterano e teólogo Dietrich Bonhoeffer. Segundo o teólogo, “Bonhoeffer nos ajuda a problematizar o contemporâneo sob as lentes da confissão cristã radical”. “Sendo assim, - continua - a primeira característica do conjunto de sua obra é sua tentativa de iluminar o contemporâneo - pois já nos foi ensinado um dia que ser contemporâneo é responder ao apelo que a escuridão de uma época faz a cada um de nós”. O artigo foi publicado no sítio do IHU, dia 09-04-2015, disponível em <http://bit.ly/1P4s0uN>. Eis o artigo.

No dia nove de abril de 2015 completa 70 anos desde o que pastor luterano, teólogo e mártir alemão Dietrich Bonhoeffer (1906-1945) foi sentenciado e executado pela Gestapo a pedido pessoal de Adolf Hitler. Nesses dias, portanto, seria muito adequado nos ocuparmos com a exemplaridade do pensamento e testemunho de Dietrich. Aqui a distinção entre vida e obra não é retórica. Primeiro porque, como em todo processo de formação de si, Bonhoeffer teve sua teologia moldada pelas experiências que Deus concedeu à sua vida. Mais definitivo que isso, entretanto, foi o fato de que Dietrich não se permitiu escapar da coerência com aquilo que escreveu, pregou e ensinou durante todos os anos de sua vida. Mesmo que não possamos subscrever totalmente o conteúdo da sua teologia, não podemos dizer, em hipótese nenhuma, que ela não é consistente e coerente com cada escolha que ele fez. Desde sua decepção com o ambiente acadêmico do Union Theological Seminary, até sua opção por retornar à Alemanha mesmo a custo de sua vida. Bonhoeffer não era uma mentira ambulante, nem um pensador confinado em seu escritório. A coerência entre a teoria e a prática era fundamental para ele.

Tudo isso fez com que uma particularidade se destacasse como distintiva de todo o seu esforço teórico e ministerial - particularidade essa que justifica a tentativa pouco provável de reler os acontecimentos sociopolíticos contemporâneos com raciocínios teológicos do século passado. Bonhoeffer almejava que seus pensamentos sobre Jesus Cristo se mostrassem eticamente frutífero para a sua época. A preocupação com a atualidade da confissão de fé em Cristo marca a obra de Bonhoeffer e nos desafia, ainda hoje, a fazer o mesmo: pensar os acontecimentos contemporâneos

através de uma mediação cristocêntrica relevante à nossa geração.

Em outras palavras, Bonhoeffer nos ajuda a problematizar o contemporâneo sob as lentes da confissão cristã radical. Os fatos que desencadearam a escrita de cada uma das linhas de sua obra, de alguma forma, dizem do nosso tempo e ajudam a enxergar os acontecimentos recentes que ainda precisam ser digeridos antes de serem totalmente assimilados. Sendo assim, a primeira característica do conjunto de sua obra é sua tentativa de iluminar o contemporâneo - pois já nos foi ensinado um dia que ser contemporâneo é responder ao apelo que a escuridão de uma época faz a cada um de nós.¹ (1).

Conforme ele mesmo escreve ao final de sua vida para seu melhor amigo Eberhard Bethge, por ocasião de suas conversas sobre como ultrapassar o modo meramente religioso de pensar:

Na minha opinião, [a forma meramente religiosa] significa falar por um lado de forma metafísica e, por outro lado, de forma individualista. Ambas as formas não atinam nem com a mensagem bíblica nem com o ser humano atual. A pergunta individualista pela salvação pessoal da alma não desapareceu quase completamente de nossa visão? Não temos realmente a impressão de que existem coisas mais importantes do que essa pergunta (- talvez não mais do que esse assunto, mas sim mais do que essa pergunta?!)? Sei que dizer isso parece bastante monstruoso. Mas no fundo, não seria até mes-

¹ AGAMBEN, Giorgio. O pensamento é a coragem de desesperança: uma entrevista com o filósofo Giorgio Agamben concedida à Juliette Cerf. Trad. Pedro Lucas Dulci. Disponível em: <http://outraspalavras.net>. Acessado em: 30 de junho de 2014. (Nota do Autor)

mo bíblico? A questão da salvação da alma ocorre em algum lugar do Antigo Testamento? O centro de tudo não são a justiça e o reino de Deus na terra?...²

O que está em pauta não é o além, mas este mundo e como ele é criado, conservado, estruturado em leis, reconciliado e renovado. O que está além deste mundo quer está aí para este mundo no evangelho; não digo isso no sentido antropocêntrico da teologia liberal, mística, pietista e ética, mas no sentido bíblico da criação e da encarnação, da crucificação e ressurreição de Jesus Cristo.

Extremamente cansado do contexto religioso em que cresceu e viveu - uma educação teológica liberal, uma igreja luterana inerte em razão de sua institucionalização total e uma sociedade cada vez mais secularizada - Bonhoeffer procurou trabalhar a renovação da igreja através de uma redescoberta das Escrituras que tivesse condições de responder as perguntas: o que Jesus quis nos dizer? O que ele requer de nós hoje? De que modo ele pode nos ajudar a ser discípulos fiéis hoje? Em suas próprias palavras, "continua a preocupar-nos o problema do que poderia significar, na atualidade, o chamado ao discipulado de Jesus para o operário, a pessoa de negócios, o agricultor, o soldado - a pergunta se não está sendo levado um conflito insuportável para dentro da existência da pessoa e do cristão que trabalham no mundo".³ Acreditamos que em razão de tudo isso, nossa tentativa de relacionar as questões que o mundo contemporâneo nos apresenta com a postura teológica de Bonhoeffer pode mostrar-se muito adequada.

Assim como o jovem pastor, a preocupação com os desdobramentos socioculturais do discipulado cristão nos desafia e nos faz pensar maneiras adequadas de mediar os clamores do mundo com as respostas do evangelho. Mais do que a teologia de Bonhoeffer, o que precisamos repetir é o seu gesto, sua postura de amor, comprometimento e responsabilidade pelo mundo em que habitava. Pensamos que somente assim conseguiremos dar conta do desafio que ele mesmo deixou a nós: "a pregação evangélica correta deve ser como uma bela maçã oferecida a uma criança ou um copo de água fresca oferecida a um sedento, com a pergunta: Você quer?... Então, as pessoas deveriam correr e não sossegar quando se falasse do Evangelho, assim como os doentes corriam ao encontro de Jesus".⁴

Em poucas palavras, precisamos de Bonhoeffer. Isso não significa que precisamos do Bonhoeffer herói ou

do Bonhoeffer ídolo da cristandade. Talvez isso seja o mais difícil, a saber, honrar o testemunho e repetir o gesto de Bonhoeffer sem permitir que ele se torne um mito. Facilmente nos textos que articulam as ideias, ou mesmo a vida do jovem pastor, logo sua figura é transformada em um caminho a ser seguido. Se algo dessa natureza acontecer estamos nos tornando idólatras. Bonhoeffer não é o caminho - o Cristo que transpareceu em cada palavra e gesto de Dietrich deve ser a mais cativante característica dele que precisa ser destacada.

Bonhoeffer era um cristão ordinário. Por mais estranho que possa parecer, ele não eram alguém especial.

Segundo a melhor definição fornecida pelo filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard, Bonhoeffer não era um gênio, e sim um apóstolo. Enquanto o primeiro é tudo o que é por mérito e para si mesmo, o apóstolo foi chamado por Deus e deriva tudo aquilo que ele é da missão divina que herdou.⁵ Da mesma forma, toda a autoridade e exemplaridade de Bonhoeffer não deriva dele mesmo nem da genialidade de seus raciocínios, mas de sua alegre e criativa submissão à vontade de Deus em cada aspecto de sua trajetória. Ele viveu cada uma das tarefas que lhe foram atribuídas sem reservas, entregando-se integralmente aos desígnios de Deus. Estaríamos pecando contra o Senhor se, depois de Bonhoeffer ter feito tudo aquilo que lhe era dever, não lhe déssemos o título de servo inútil (Lc 17.9-10).

Precisamos da ajuda de Bonhoeffer para voltarmos a encarar os nossos próprios feitos como ordinários, principalmente em tempos que a Geração Y é idolatrada - nome dado aos indivíduos nascidos entre 1978 e 1990, concebidos na era digital, democrática e de ruptura com a forma cultural tradicional; são folgados, distraídos, superficiais, mas encaram tudo o que fazem como genial e capaz de mudar o mundo.⁶

Melhor do que qualquer outro intérprete da fé cristã moderna, Bonhoeffer tem a capacidade de gerar em seus leitores a coragem de comunicar às próximas gerações as verdades mais dolorosas da condição humana caída sem levá-las ao pessimismo cético. Bonhoeffer foi um sinal do Reino de Deus em meio à guerra, à corrupção política, ao abuso de poder, à secularização cultural, à frieza religiosa institucionalizada e à irrelevância teológica liberal. Manter os olhos bem abertos à corrupção do mundo sem perder a capacidade de comunicar esperança às pessoas por meio de Cristo é um verdadeiro dom da graça comum de Deus para seu povo. Mais do que nunca, sua postura se faz urgente em nosso meio.

2 BONHOEFFER, Dietrich. Carta a Eberhard Bethge 05 de maio de 1944. In: Resistência e Submissão: cartas e anotações escritas na prisão. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2003, p. 380.

(Nota do Autor)

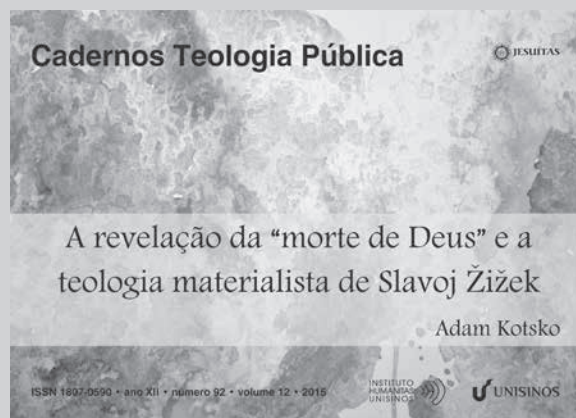
3 BONHOEFFER, Dietrich. Discipulado. Trad. Ilson Kayser. 8ª ed. São Leopoldo: Sinodal, 2004, p. 7. (Nota do Autor)

4 BONHOEFFER, Dietrich. A boa-nova. In: A resposta às nossas perguntas. Reflexões sobre a Bíblia. Trad. A. J. Keller. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 33. (Nota do Autor)

5 KIERKEGAARD, Søren. Sobre a diferença entre um Gênio e um Apóstolo. In: Ponto de vista explicativo da minha obra como escritor. Lisboa: Ed. 70, 1988, p. 162. (Nota do Autor)

6 LOIOLA, Rita. Geração Y. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com>. Acessado em: 08 de março de 2015. (Nota do Autor)

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

#CREIO

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

É doutor em Ciências Sociais pela USP e mestre em Antropologia e Comunicação pela UnB. Também realizou estudos de pós-doutorado na *Facultad de Geografía e Historia da Universidad de Santiago*, Espanha e na *Università Degli Studi di Perugia*, Itália. Atualmente é professor na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, professor visitante na Universidade Federal de Uberlândia - UFU e professor convidado na Universidade Federal de Goiás - UFG.

Creio em...

*Minha pergunta é do tamanho do Universo.
E a única resposta que me preenche
a indagação é o próprio Universo.*

Clarisse Lispector

Eu creio que deveria haver o nada e não o que há. Mas como existe o que há e em que eu creio, creio que nada do que há existe ao acaso. Na verdade creio que o acaso é o nome do nada quando ele tenta existir.

Creio que em mim, creio que em nós, creio que entre-nós e por toda a parte - incluídas as infinitas e quase impensáveis dimensões e partes do existente que sequer imaginamos - tudo o que há provem de uma origem, evolui e transforma-se com um sentido e se destina a uma finalidade. Qual? Não sei. Mas creio.

Creio que nós, surgidos há eras atrás nesta pequenina esquina do Universo, somos seres através dos quais o que existe torna-se consciente de si-mesmo de uma forma reflexiva. Através de nós as bactérias e também as estrelas se pensam. Creio que possivelmente em milhões de outros mundos outros seres existentes poderão experimentar esta mesma extraordinária aventura.

Creio que como nada "está aí" ao acaso, talvez com mais razões também nós. Creio que os seres de quem somos a herança não foram criados perfeitos e "em estado de Paraíso". Prefiro acreditar que os nossos ancestrais des-

ceram das árvores há alguns milhões de anos, e ao longo de uma difícil e maravilhosa trajetória evoluíram, transformaram-se e se fizeram a si-mesmos. E nos fizeram ser quem somos.

Prefiro crer nesta perigosa e fascinante aventura humana, a invés de acreditar que um deus acostumado a criar e a descrever, a fazer e a desfazer, a vigiar e punir, criou os nossos inocentes e pelados pais e os expulsou do Paraíso para o sofrimento quando eles resolveram deixar de ser inocentes. Creio que o que está escrito no Gênesis (na verdade nos "dois Gênesis") é apenas um mito que um povo pária e pastor criou para tentar dizer o que teria acontecido com eles. E porque apesar de procurarem ser tão fiéis a um deus ao mesmo tempo amoroso e implacável, eles eram afinal mais nômades e infelizes do que os outros povos. Os nossos indígenas possuíram no passado e possuem até hoje centenas de outros "Gênesis". Alguns deles bastante mais humanamente generosos.

Creio que além de não estarmos aqui - e nem em parte alguma - ao acaso, somos a dimensão conscientemente reflexiva de um universo que desde a sua criação flui e se transforma. E ao se transformar ascende e unifica. E ao ascender e unificar se espiritualiza.

Creio que tudo isto poderia estar acontecendo sem nós, os humanos. Mas já que nós "acontecemos", tudo "isto", a partir de nós-

-estarmos-aqui, não poderia mais acontecer sem nós.

Creio que o grande desafio da humanidade não é apenas sobreviver sustentavelmente. Isso é conversa pra reunião da ONU. Creio que fomos e seguimos sendo destinados a muito mais do que isto. Estamos aqui para, ao longo das eras, entre acertos e tropeços, entre a paz e os massacres, entre a opressão e a liberdade, entre perguntas sem respostas e respostas sem sentido, entre o egoísmo dos sistemas e a generosidade do fundo do coração humano, elevarmos o que há de humano - e, portanto, divino - em nós, a dimensões e realizações destinadas a tornar a charada mal-humorada do Apocalipse um infeliz conto de terror.

Creio que mesmo a partir dos "piores", somos seres individual e coletivamente destinados a realizar na história humana e em cada um/uma de nós, aquilo que os cristãos chamam de "salvação" ou "redenção", os budistas de "iluminação", os poetas de "poesia" e as crianças de "felicidade". Assim, não posso crer em absoluto que a "salvação" de alguns poucos (mesmo que sejam bem mais do 144 mil) custe a "danação" de todos os outros. Se isto fosse verdadeiro, o Céu dos salvos haveria de ser um Inferno também, se eles guardassem lá "na glória eterna" um mínimo de sentimento humano.

Creio que estamos ainda apenas a um passo além da "pré-história". Creio que a verdadeira história humana aqui no Planeta Terra está ainda no começo. Creio na "noosfera", creio no "Ponto Ômega". Creio que faz anos sou um leitor costumeiro de Pierre Teilhard de Chardin. Creio que se um deus há, em nossos corações e entre nossas mãos e mentes nós o estamos recriando a cada dia. Creio que se ele existe, haverá um dia em que a "Terra Humana" estará a tal ponto iluminada que ele haverá de querer vir habitá-la aqui com homens e as mulheres, nossos distantes humanos herdeiros.

Hoje é o dia 3 de abril de 2015. É a Sexta Feira Santa. Um dia que em alguns lugares de "roça" no Brasil o povo chama também "Sexta Feira Maior". Dia de pesado luto e aqui, no Vale da Pedra Branca, no Sul de Minas onde estou agora, é quase um pecado pentear os cabelos e, mais ainda, sequer varrer a casa. Não fui a igreja alguma, porque creio que se um deus há, ele está mais na floresta ao meu lado do que em qualquer altar. Iria, se uma pequena comunidade de pessoas fosse comigo.

Enquanto escrevo isto coloquei no som do computador alguns cantos gregorianos (velho costume que recomendo enfaticamente). Os monges da Abadia de Silos estão cantando o Credo Católico que aprendi de menino pequeno, em minha família católica tradicional, nas igrejas de Copacabana e da Gávea, e nos colégios católicos de que fui aluno. De todo o Credo que ouço cantado agora, eu me pergunto em que creio ainda. "Ao pé da letra" creio que eu creio em muito pouco. Difícil crer em "Um deus todo poderoso". A menos que, "amoroso" ele seja bem mais o "Abba Pai" de um judeu chamado Jesus, do que o "YAVÉ" impronunciável e rancoroso de Moisés.

Hoje se festeja a "Morte de Jesus Cristo". Passei anos de minha vida, entre o pai e a JUC, aprendendo que deveria viver com compungida piedade e com a certeza de eu era parte da culpa do que havia acontecido, a memória do sofrimento inigualável da morte do homem que se proclamava "Filho de Deus", como qualquer outra pessoa de fé. O homem nazareno que ousou dizer em uma língua hoje desaparecida, no que mais tarde chamaram: "sermão da montanha", o que eu acredito que em muitas línguas, entre pessoas de incontáveis outras culturas ao longo da história humana, outras mulheres e outros homens terão pronunciado também de igual maneira, com quase as mesmas palavras.

Hoje, depois de tantos anos entre crenças e descrenças (e elas se equivalem se os gestos do coração são os mesmos, entre umas e outras), não me espanta que em vez de mergulhar "no mistério do sofrimento e da morte de Jesus Cristo", eu me veja mais solidário com o sofrimento do ladrão ao seu lado. E não o "bom ladrão", mas o "mau". Penso nele e gostaria de me ver sensível ao sofrimento dele, tão humano. Teria ele uma mãe que algum dia o consolasse? Teriam um outro alguém? Morreu tão absolutamente só e sem sequer sob o olhar aos prantos de uma mãe e de outras mulheres e discípulos! Ele não se arrependeu porque talvez não tivesse nada do que se arrepender? Terá sido um mero ladrão, ou um corajoso revoltoso não subordinado nem aos sacerdotes e nem ao poder romano? Qual o seu nome?

E se por algumas palavras de medo e pesar um dos ladrões foi parar no Paraíso e outro não, do que vale o Paraíso para onde o outro foi?

Eu quero simplesmente isto: o impossível.

Ver Deus.

IHU REPÓRTER

Um homem de mente limpa, alma aberta e poesia no coração

Luis Carlos trabalha na limpeza, mas gosta de mexer com poesia. Sua sensibilidade permite olhar para além do binarismo homem X mulher, com respeito e escuta

Por João Vitor Santos

Imagine um poeta. Mas não qualquer poeta. Alguém que tem pouco estudo, nem lê tanto, mas que é capaz de, através de sua sensibilidade, captar as sutilezas da vida. Esse é o Luis Carlos de Souza, de 43 anos. Provocado a pensar nas questões de gênero, olha desde sua perspectiva - afinal, é um dos poucos homens que trabalha na limpeza - para sintetizar o que acredita que deveria ser pensamento comum: homens e mulheres com direitos iguais e respeito a tudo que fugir a esses moldes. "São todos seres humanos."

De fala mansa, voz baixa, revela candura em seu olhar. E não é por menos. Em meio a uma vassourada aqui e espanada acolá, ele acha inspiração para fazer poesia. Separado, pai de um filho de 16 anos, vive com a mãe. Na sua vida, não há muito espaço para estereótipos, afirmações que delegam o que é de homem e de mulher. O que sente não é segredo. Tem suas namoradas de vez em quando, mas não se esquece de externar com beijos e abraços seu amor de pai e de filho. Nos colegas e em cada um que passa por ele, lança o olhar fraterno de admiração e respeito.

Na entrevista a seguir, o **IHU Repórter** apresenta o homem simples que diz trabalhar no lugar que sempre sonhou: o Campus da Unisinos, embora na verdade seja funcionário de uma empresa terceirizada. Gosta de estar entre os corredores, encontrando as pessoas, fazendo poesia, limpeza, falando de Deus e da importância da igualdade.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O senhor é de onde?



Foto: João Vitor Santos/IHU

Luis Carlos - Daqui de São Leopoldo mesmo, do bairro Santa Teresa, perto da Estação.

IHU On-Line - Começou trabalhando com o quê?

Luis Carlos - Tinha 14 anos quando comecei a trabalhar com calçado. Naquela época do calçado, tinha bem mais trabalho. Agora, quebrou as firmas e não tem mais tanto. Foi complicado achar trabalho. Trabalhei nos mercados por aí. Daí, surgiu a vaga aqui (na Unisinos) e vim pra cá. Tinha uma vaga só quando eu vim. Isso foi em 2006. No dia 2 de maio eu comecei a trabalhar. Lembro: o salário era 364.

IHU On-Line - E como foi quando ficou sabendo da vaga?

Luis Carlos - Tinha deixado um currículo e me chamaram. Era um sonho meu trabalhar aqui dentro. Seja em qualquer setor. E eu lembro até hoje o que eu disse: "o serviço não importa, o que me importa é ter um trabalho". Tinha

recém passado a Páscoa. Meu filho sentou com os coleguinhas e disse que os pais trabalhavam aqui numa firma, outro em outra firma. E meu filho disse: "meu pai é desempregado". Bah, aquilo doía em mim. O meu filho ganhou Páscoa só porque a vó dele deu. Eu não tinha condições de dar nada. Isso já aí vai fazer nove anos.

IHU On-Line - E tem quanto filhos agora? É casado?

Luis Carlos - Não, sou separado. Namoro, mas estou solteiro no momento. Tenho só um filho desse meu casamento. Ele tem agora 16 anos.

IHU On-Line - Por que era um sonho trabalhar aqui no Campus?

Luis Carlos - Não sei explicar. Ouvia falar na Universidade Unisinos, que é enorme, que é uma cidade lá dentro. Fiquei curioso. Como também escrevo, pensei: "ah, de repente coloco em algum lugar (as poesias), alguém me descobre".

IHU On-Line - Como se descobriu como poeta? Quando começou a escrever?

Luis Carlos - Desde quando era casado. Colava bilhetes por tudo. Bilhetezinho na geladeira, nas paredes... E fui pegando um gosto por aquilo. Fui lendo, lendo... Não que gostasse de ler poesia. Gosto mesmo é de olhar filme.

IHU On-Line - E sua esposa gostava disso?

Luis Carlos - Não. Ela não gostava. Dizia que era bobagem. Dizia que as minhas colegas me enganavam. Que diziam que gostavam só para me agradar. Por ela eu já tinha parado. Daí, conversando com um professor aqui no Centro 3, o Pedro Osório, ele disse: "olha, tem gente aqui com oito meses de Universidade, pagando 800 reais o curso e não consegue fazer três linhas do que tu fez". Bah, foi um incentivo para mim. Como é que o professor vai estar errado e minha ex-mulher certa?

IHU On-Line - Tu tens alguma coisa contigo das tuas poesias? Te importa de mostrar para gente?

Luis Carlos - Não. Aí vai:

Simplesmente sorria

Se eu tivesse asas, eu com certeza voaria.

Seu eu tivesse o dom das palavras, com certeza eu falaria.

Se eu tivesse superpoderes, eu com certeza usaria.

Mas se eu não tiver Deus sempre ao meu lado eu, com certeza, nada seria.

Portanto, se você tiver algum tipo de tristeza, eu quero trocar por algumas de minhas alegrias.

E se achares que não tem resposta para tudo, simplesmente sorria.

Pois o mundo se torna mais leve se vivermos com alegria.

IHU On-Line - Você falou de Deus. Qual sua religião?

Luis Carlos - Sou evangélico. Mas não sou fanático. Creio que há um Deus só para todo mundo, para qualquer religião. O meu Deus está aqui, no coração. Nenhuma igreja é melhor que a outra. Para mim,

a Igreja não salva ninguém. O que salva é tua fé. É acreditar em alguma coisa. E fazer alguma coisa para alguém.

Eu penso que se tu sai da igreja e não faz nada por ninguém está morto. Morto na fé. Ah, estou com a bíblia debaixo do braço, mas não dei pão para quem está com fome, não ajudei um que estava caído, não dei água para outro que pediu. E de que adianta estar na igreja assim? Vou estar ali enganando a mim mesmo.

IHU On-Line - O que é o teu trabalho? O que tu faz aqui na Unisinos?

Luis Carlos - De tudo um pouco. A gente tira o lixo, o pó, limpa as mesas, o chão, varre.

IHU On-Line - E quando soube que iria realizar teu sonho trabalhando na Unisinos, mas no setor da limpeza, numa empresa terceirizada, qual foi tua reação?

Luis Carlos - Não tem problema nenhum. Eu quero trabalhar, independente do setor. Não vim aqui para trabalhar no escritório. Eu vim para trabalhar no que me desse para trabalhar.

IHU On-Line - Tem muita gente que fala que trabalho de limpeza é trabalho de mulher. O que acha disso?

Luis Carlos - Não tem problema algum. Não tenho preconceito com isso aí. Tem gente que acha que se lavar a louça, tirar um pó vai cair os dedos. Não cai não. É um serviço honesto.

IHU On-Line - Por que tanta mulher e tão pouco homem na limpeza?

Luis Carlos - Isso não entendo. Tem serviço. Acho que eles não procuram. O Brasil é machista. Então o homem não quer varrer, passar um paninho na casa. Quer ver o homem se sentir menos homem é colocar um avental nele. É muito machismo. Tanto que tem mulher que faz tudo que a gente faz. Única coisa que o homem não consegue fazer é ganhar filho. Então, a mulher ainda tá na nossa frente por causa disso.

IHU On-Line - Você parece um cara bem sensível. Gosta de poesia...

Luis Carlos - Ah, sim. Eu tinha um sogro que dizia que se lavasse a louça era viado. Eu disse que ia lavar a louça e que o problema era dele. Meu pai também era assim. O homem chega em casa e bota o pé no sofazinho e a mulher que se vire. Mas isso não é justo. A mulher trabalha mais do que nós em casa. Tem mulheres que trabalham aqui, que ainda chegam em casa e tem filho, marido para cuidar. E sai daqui esgotada. E tem homem que não reconhece.

IHU On-Line - Quando não está trabalhando, além de escrever poesia, o que gosta de fazer?

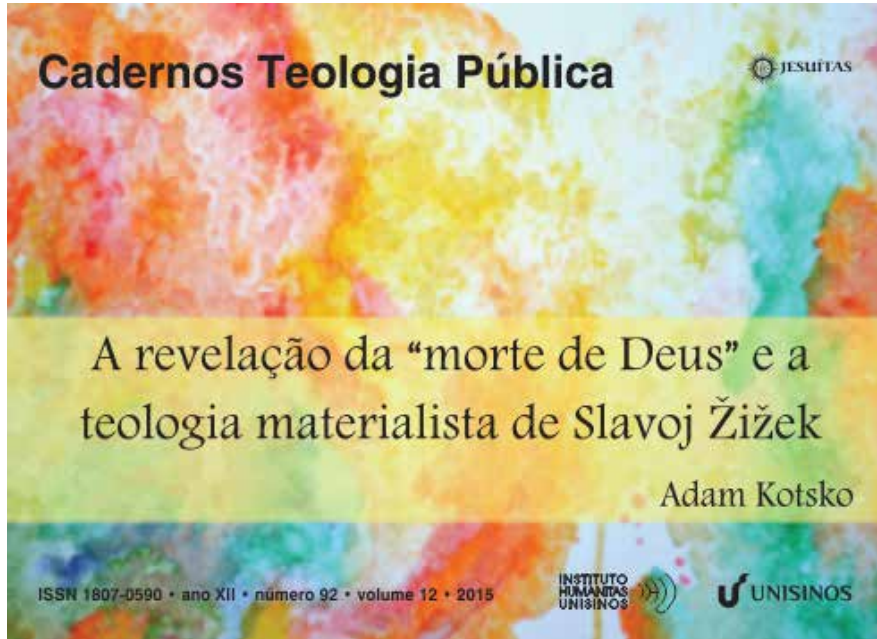
Luis Carlos - Ultimamente eu tenho feito serviço voluntário. Fazendo buraco, montando cerca, pregando, estava até fazendo uma casinha para minha sobrinha lá na Cohab. É aquele serviço voluntário para ajudar as pessoas. Nunca faço nada só pra mim. Acordo cedo. Faço o café, deixo a mesa arrumada para meu filho. Ele toma café e vou com ele até o portão. E até é engraçado. Quem olhar, pode até ter preconceito: eu do lado daquele baita homem. Mas levo ele até a rua. Lá, beijo o rosto dele, faço uma oração para ele e digo para ir com Deus. Quem vê deve dizer que é um casal gay. Beijo o rosto dele e ele beija meu rosto.

IHU On-Line - E ele, aceita?

Luis Carlos - Tranquilo. Os colegas dele não entendiam, pois o pai não dava abraço, carinho. Ele senta no meu colo e a gente conversa. E os amigos dele diziam que era coisa de gay. Mas é preconceito. Perguntava para eles se o pai nunca tinha beijado eles e diziam que não, nem conheciam isso. Os pais diziam para eles que era coisa de viado. Não é não! É coisa de amor, de carinho! De pai e filho! E hoje, se fosse o caso, isso seria até homofobia. Eu não ligo pra isso (se a pessoa é gay ou não). Aqui mesmo, vejo muita gente e me acostumei com tudo isso. Não tenho e nunca tive preconceito com ninguém. ■

PUBLICAÇÕES

Žižek e a Teologia, por Adam Kotsko



O Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou, recentemente, a 92ª edição dos Cadernos Teologia Pública, sob o título *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek*. Este volume é a segunda edição que o IHU traz para o público lusófono com textos do teólogo norte-americano Adam Kotsko, professor do Shimer College de Chicago, sobre a obra do filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek.

Ao todo estas duas publicações trazem cinco textos do autor. A primeira edição dos Cader-

nos Teologia Pública com textos deste teólogo foi a de número 88, sob o título *Política e perversão: Paulo segundo Žižek*:

- *Como ler Žižek*, ensaio especial de Adam Kotsko, um texto introdutório à obra de Žižek que serve como guia para a leitura de seus diversos livros, publicado na Los Angeles Review of Books, em setembro de 2012;

- O artigo *Política e perversão: Paulo segundo Žižek*, que dá nome a este caderno, trata-se de um artigo especial de Adam Kotsko em que o autor disserta sobre as obras *São Paulo: a fundação do universalismo de Alain Badiou* e de *A Marionete e o Anão: o cristianismo entre perversão e subversão de Slavoj Žižek*. Kotsko analisa, especialmente, a questão da lei no Capítulo 7 da Carta de Paulo aos Romanos e apresenta a interpretação da posição de Paulo sobre a lei segundo Badiou, criticada por Žižek, buscando compreender o argumento de Žižek em *A Marionete e o Anão*;

- *Žižek e a tentativa radical de repensar a tradição cristã* é uma entrevista com Adam Kotsko feita por Márcia Rosane Junges, publicada na revista *IHU On-line* nº 431, de novembro de 2013.

Na 92ª edição dos Cadernos Teologia Pública, *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek*, os textos são os seguintes:

- *Teologia Materialista*, artigo de Kotsko, pretende conectar a ontologia e a ética - elas próprias inter-relacionadas - de *Visão em paralaxe* (de Žižek) com a teologia. Ao colocar os conceitos a operar teologicamente, ou, em outras palavras, ao introduzir estes conceitos na teologia, reflete-se sobre a relação entre o materialismo dialético e a “morte de Deus”.

- O segundo texto, *A “experiência cristã” continua: a obra de Žižek desde Visão em paralaxe*, apresenta um resumo da leitura de Žižek sobre a “experiência cristã” no livro *Visão em paralaxe*. Segundo o autor, a ética de Žižek fala sobre o cerne do evangelho: uma amoralidade radical, não menos jovial por causa de seu rigor.

Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br.

As versões digitais das publicações estão disponíveis para download. Acesse *Política e perversão: Paulo segundo Žižek* em <http://bit.ly/1F02LZw>; e *A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek* em <http://bit.ly/106N6Xc>.

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

Corpo e sexualidade. A contribuição de Michel Foucault

Edição 335 - Ano X - 28-06-2010

Disponível em <http://bit.ly/1HR6g1s>

O corpo e a sexualidade a partir da perspectiva de Michel Foucault é um dos temas discutidos na edição 335 da **IHU On-Line**. A dissolução da identidade é analisada pela historiadora Margareth Rago, da Universidade de Campinas - Unicamp. De acordo com ela, o pensamento de Michel Foucault ajuda a compreender a pessoa humana sem catalogá-la através de "etiquetas sexuais". A também historiadora Tânia Navarro Swain, da Universidade de Brasília, constata que as representações sociais do binarismo sexuado estão longe de desaparecer. O sociólogo Marcos César Alvarez, professor da Universidade de São Paulo, discute a sexualidade, o poder político e as técnicas disciplinares. A edição conta com dois artigos de Alexandre Filordi e Carlos Eduardo Ribeiro.

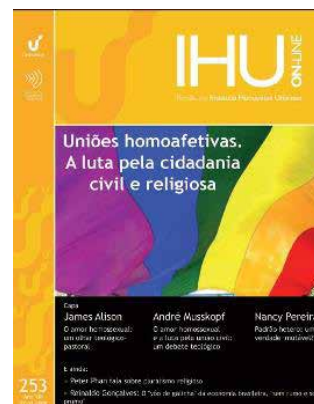


União homoafetiva. A luta pela cidadania civil e religiosa

Edição 253 - Ano VIII - 07-04-2008

Disponível em <http://bit.ly/1FhIUV5>

As homossexualidades são cada vez mais presentes no debate público. Sim, o tema é compreendido cada vez mais no plural e abrange um amplo campo de autopercepções e práticas de vida. Assim, a homossexualidade, entendida como atitude e característica que marca uma identidade, é um conceito novo do ponto de vista histórico. A luta pela cidadania religiosa e civil das uniões homoafetivas desafia o conjunto de uma sociedade que identifica os homossexuais com o excesso sexual, com o puro prazer e como destruidores da ordem hierárquica natural, ou entendida como tal. Contribuem para essa discussão Luiz Mello, Rui Portanova, James Alison, Juan Masiá, Darío García, Luís Corrêa Lima, Antonio Trasferetti, André Musskopf, Nancy Cardoso e Erik Borgman.



Os desafios da diversidade sexual

Edição 199 - Ano VI - 06-06-2006

Disponível em <http://bit.ly/1HR9Zfi>

A sociedade contemporânea tem apresentado diversos desafios para os sujeitos sociais em seus diferentes cenários de existência. Uma das discussões que mais levanta polêmica no mundo de hoje é o universo da diversidade sexual, que abrangem as realidades de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Para entender melhor este universo, a **IHU On-Line** entrevistou vários estudiosos que há tempo se debruçam sobre este tema. Contribuem para o debate Jon Nilson, Judith Butler, Mary Hunt, Susan Ross, Thomas Laqueur, Alessandro Soares e Renato Barboza.



Oficina – Exercício e Acesso à Base de Dados do IBGE

A atividade é um espaço de informação e formação sobre os indicadores socioeconômicos e sua aplicabilidade técnica e política a partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O evento é organizado pelo Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos, do Instituto Humanitas Unisinos - IHU.



O evento será ministrado pelo Prof. MS **Ademir Barbosa Koucher**, do IBGE, no dia **28-04-2015**, às 9 horas, na **Unisinos** em São Leopoldo. Mais informações em <http://bit.ly/1JQaK90>.

A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek

Cadernos Teologia Pública, em sua 92ª edição, publica o texto **A revelação da “morte de Deus” e a teologia materialista de Slavoj Žižek** de autoria do teólogo norte-americano Adam Kotsko, professor do Shimer College de Chicago.

O primeiro artigo desta publicação pretende conectar a ontologia e a ética - elas próprias inter-relacionadas - de



Visão em paralaxe (de Žižek) com a teologia. O segundo apresenta um resumo da leitura de Zizek sobre a “experiência cristã” no livro *Visão em Paralaxe*. Acesse <http://bit.ly/1bkfucD>.



Acesse a página do IHU e fique atento à programação do Ciclo de Estudos **Metrópoles**, Políticas Públicas e Tecnologias de Governo no link <http://bit.ly/IHUmultipoles>.



twitter.com/_ihu



medium.com/@_ihu



youtube.com/ihucomunica



bit.ly/ihuon